UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCIANA DE JESUS DIAS

**Dinâmicas de raça na periferia:
a experiência de jovens da região de M'Boi Mirim**

SÃO PAULO
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Dinâmicas de raça na periferia:
a experiência de jovens da região de M'Boi Mirim**

Luciana de Jesus Dias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

email: luciana.dias@usp.br

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina de Lima Silva

São Paulo
2011

*À minha mãe Maria de Lourdes
exemplo de força e leveza*

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças a muitos esforços, apoios, incentivos que recebi de diversas pessoas ao longo da minha trajetória de vida e de minha trajetória acadêmica. Muitas dessas pessoas talvez não saibam o quanto foram importantes, muitas vezes, simplesmente por existirem e terem cruzado meu caminho.

Inicialmente gostaria de agradecer a minha orientadora Márcia Lima pelo acolhimento e recepção que tive desde nossa primeira conversa e, posteriormente, pela confiança, compreensão e pelas sugestões e críticas que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Neste processo de construção, as sugestões e críticas de Gabriel Feltran e Laura Moutinho membros da banca de qualificação, foram de extrema importância para a escrita deste texto. Com a larga experiência de pesquisa etnográfica que ambos possuem me deram dicas valiosas de como eu poderia me mover em meu campo que, de muito próximo, se confunde comigo mesma.

Agradeço ao professor Antonio Sergio e a seu grupo de pesquisa pelos encontros ricos em discussões e troca de saberes. Desde a graduação o professor Antonio Sergio tem contribuído muito para minha formação e, durante o mestrado, tive a oportunidade de ser monitora de sua disciplina Sociologia das Relações Raciais.

Aprendi bastante também em minha monitoria da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa I ministrada pelos professores Nadya Guimarães, Marcia Lima e Gustavo Venturi .

Agradeço à Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa, sem a qual não seria possível realizar este estudo.

Meus agradecimentos também aos funcionários da FFLCH em especial aos da secretaria de sociologia que sempre estiveram prontos para sanar dúvidas e me ajudar a entender os trâmites burocráticos nesta minha passagem pelo mestrado.

Agradeço a cada um dos jovens que aceitou participar desta pesquisa e também seus respectivos pais e familiares que sempre se mostraram solícitos durante minhas visitas as casas. Ao dividirem suas experiências, seus dilemas e suas esperanças

acabaram alimentando as minhas.

Também agradeço as instituições que foram a primeira “porta de entrada” em campo desta pesquisa: ao NPPE São Luis e ao Centro de Juventude do Riviera.

Minha eterna gratidão aos parceiros de jornada, labuta e sonhos:

À Rogério Pixote, companheiro de todas as horas. Esteve sempre presente nas idas e vindas da minha trajetória, se mostrando também um interlocutor atento, carinhoso e paciente que, com seu olhar aguçado para o que nos rodeia, me ensinou a olhar para muitos horizontes.

À minha mãe e também meus familiares que muitas vezes me acolheram quando da sua ausência/presença, especialmente minha tia Raimunda que agora é acolhida em minhas lembranças.

Ao coletivo Cine Becos e ao grupo Umoja que são espaços potenciais de vida, uniões de pessoas que trabalham e vislumbram dias melhores na quebrada e para os quais pretendo continuar contribuindo.

Aos amigos de longa data: Elizandra Souza, Andréia Nunes, José Helio, Euler Alves.

À Josué Nóbrega que mesmo tão distante sempre encontra tempo para me dar conselhos e orientações acadêmicas providenciais.

Também sou grata aos recentes e não menos importantes interlocutores que se dispuseram a ler versões deste trabalho, trocar ideias e ouvir minhas inquietações : Shisleni Macedo, Alexandre Pereira, Danilo França, Túlio Custodio, Marcio Macedo, Silvia Gaban e Juliana Carlos.

Pela primeira vez me apetece a palavra para te contar dessa cidade que não era a minha, onde cheguei antes de ter idade para a distância (...). Dava pra desconfiar o mapa antigo escrito na cara com a infância em cicatriz na testa. Apetece-me, pois meu muito menino , para te dizer dessa cidade que se transforma do dia para a noite em cidades diferentes e outras e outras”

(Ana Paula Tavares no livro “Os da minha rua”de Ondjaki)

Resumo

Nesta dissertação, analiso as diferentes percepções de jovens negros moradores da região periférica de M'boi Mirim acerca de sua condição racial e os modos como a articulavam com outros marcadores sociais tais como, local de moradia e condição social. A partir da revisão dos estudos sobre juventude busco situar os jovens negros na literatura sobre a juventude brasileira. Toma-se o debate acerca da vulnerabilidade social e da heterogeneidade das situações de pobreza nas periferias para caracterizar as condições sociais da região em que os jovens entrevistados estão inseridos. Verificou-se que as percepções e construções acerca da cor ganham contornos diversos ao longo das trajetórias de vida dos jovens bem como de seus trajetos urbanos que os colocam em diferentes contextos de interação.

Palavras-chaves: Juventude, Jovens negros, periferias, vulnerabilidade social

Abstract

In this dissertation I analyze different perceptions of young black inhabitants from M'Boi Mirim's poor neighborhoods about their racial condition, and the way they associate those perceptions with other social markers, such as their living and social conditions. Based on a review of studies about youth, I frame the young blacks in the literature about the Brazilian youth. I took the debate about social vulnerability and heterogeneity in the context of poverty to characterize the social conditions where the young blacks are inserted. I verify that perceptions and "constructions" about color acquire not only diverse frameworks throughout the youth's life paths, but also their urban trajectories interact with different contexts.

Keywords: youth, young black, poor neighborhoods, social vulnerability

Sumário

Introdução	10
1. A construção da categoria sociológica da juventude	17
1.1 O jovem como uma etapa do ciclo de vida.....	18
1.2 O jovem como problema social.....	20
1.3 A corrente geracional e a corrente classista	25
1.4 Juventude e juventudes: condição e situação.....	29
1.5 O itinerário do tema da juventude no Brasil.....	32
1.6 . O Jovem negro na pesquisa social	45
2. Os enfoques sobre vulnerabilidade social.....	58
2.1 Situando a região de M’Boi Mirim: heterogeneidade das periferias	73
3. Região de M’Boi Mirim: inserção e vicissitudes	81
3.1 De perto e de dentro: as impressões e a definição dos rumos da pesquisa.....	85
3.1.2 Mobilização dos conceitos chave.....	92
3.2 Trajetórias e trajetos: aproximando nossos entrevistados	97
3.2.1 Dimensões da percepção racial nas trajetórias de vida	101
3.2.2 “Da ponte pra lá , da ponte pra cá”: estigma territorial	120
3.2.3 As dinâmicas de cor relacionadas a trajetos urbanos	132
4. Considerações finais	146
5.Referências bibliográficas.....	152
Anexos	162

Introdução

Esta pesquisa se insere no campo da juventude em articulação com os temas da raça e da vulnerabilidade social. O problema central que a norteia é entender de que forma jovens negros e moradores de uma região da periferia da cidade de São Paulo constroem a percepção sobre sua condição racial e como articulam esta percepção com outras categorias como local de moradia. Assim, as experiências, sentidos e significados sobre o ser negro para estes jovens são tomadas como ponto de partida.

Investiguei esta articulação buscando situar os jovens negros enquanto um grupo específico no universo da juventude e da população negra brasileira. Porém, não o tomei como um todo homogêneo e sim busquei as diferentes percepções e representações que os mesmos constroem sobre si e sobre os contextos em que vivem.

Para dar conta dessa articulação, mobilizei a literatura sociológica sobre a juventude; e dela destaquei alguns dos principais olhares desenvolvidos por algumas linhas de pesquisa, assim como, tais estudos foram desenvolvidos recentemente no Brasil. O entendimento da juventude como etapa do ciclo de vida é inaugural no debate sobre o tema, porém tende a considerar a juventude como um grupo homogêneo na vivência deste ciclo, grupo esse faz parte do modelo linear de desenvolvimento das fases da vida. São outros condicionantes da vivência da juventude, primeiramente o fator classe, passam a abrir uma perspectiva de análise importante até então não considerada.

Nos recentes estudos que abordam a juventude é comum tratá-la não como uma categoria homogênea, mas sim a partir de sua heterogeneidade presente nas clivagens socioeconômicas (origem social, renda, nível de escolaridade, região de moradia) relacionadas à atributos como gênero e raça. As múltiplas possibilidades de combinação entre estas variáveis nos permite falar em *juventudes* e em *situações juvenis* diferenciadas para este segmento social. Nesse sentido, podemos dizer que o jovem negro configura uma situação juvenil específica no universo da juventude brasileira.

Notei porém, que o jovem negro é categoria incipiente em vários campos: nas pesquisas acadêmicas, como faixa distinta na produção quantitativa de dados, e também no campo do ativismo político. Apesar do reconhecimento da pluralidade de situações na vivência da juventude, os jovens negros são raramente abordados enquanto tais, ou seja, nos estudos sobre a juventude ainda são poucos os que

abordam a variável racial como um atributo característico de uma situação juvenil singular.

Já no âmbito dos estudos sobre as relações raciais no Brasil também identificamos que são poucos estudos que se debruçam sobre as especificidades relacionadas à juventude. Destaco as pesquisas de Sansone (1993; 2007) sobre a “nova identidade negra baiana” entre jovens negros das classes baixas, nas quais as categorias classe, cor e gênero são articuladas com a situação juvenil, a fim de perceber como esta condiciona as percepções acerca do racismo, preconceito de cor e identidade étnica. Estas pesquisas demonstram, dentre outros resultados, que a consciência do preconceito de cor bem como a assunção de uma identidade étnica são mais presentes entre os jovens negros mais escolarizados e mais bem remunerados. Também destaco a pesquisa de Cecchetto e Monteiro (2006) com jovens moradores de favelas e bairros populares do Rio de Janeiro sobre a vivência de múltiplas discriminações. Neste contexto a percepção da discriminação racial está sempre interligada e associada a outros fatores tais como o local de moradia e a condição socioeconômica e o recorte de gênero.

Como um tema de investigação incipiente e ainda em construção, o desafio que se coloca para o entendimento da situação juvenil dos jovens negros no Brasil é, pelo menos, de duas ordens. A primeira diz respeito à interpretação do papel da raça na reprodução da pobreza entre as novas gerações, presente nos indicadores sociais que demonstram "o ciclo cumulativo de desvantagens" (HASENBALG e SILVA, 1992) que se reproduz entre a população jovem e negra. A segunda está relacionada às ressonâncias cotidianas desta desigualdade expressas nas dimensões da vida social, ou seja, como a vivência da desigualdade social e racial é percebida e interpretada pelos jovens.

Esta pesquisa qualitativa procurará lidar com a segunda ordem deste desafio. Busquei identificar entre jovens negros, que estão em situação de pobreza e expostos à distintas situações de vulnerabilidade social, as diferentes percepções sobre desigualdade de oportunidades, discriminação e estigmatização. Ou, de maneira interrogativa: o que é preponderante em suas visões e percepções sobre si? O pertencimento racial interfere nestas percepções? Se sim em quais contextos, vivências, estas percepções são construídas? Há diferenças de percepção conforme os momentos de suas trajetórias?

Dentre os inúmeros indicadores que demonstram as desigualdades entre jovens

brancos e negros no Brasil como o analfabetismo, inserção no mercado de trabalho, etc., as questões relacionadas à violência, como o alto índice de homicídios entre os jovens negros do sexo masculino, expressa, de uma forma dramática, as dinâmicas sociais de pobreza, desemprego e estigmatização nas quais muitos destes jovens estão inseridos.

Num contexto global da generalização do fenômeno da violência, são os jovens habitantes dos guetos norte-americanos, das *banlieues* francesas, dos morros cariocas ou das periferias paulistanas – figuras paradigmáticas de dilemas estruturais – que atingem – ainda que de maneiras diferentes – estas sociedades. Fenômenos como o desemprego e a violência colocam boa parte desses jovens em situação de insegurança social (CASTEL, 2008), ou na prática de uma marginalidade avançada (WACQUANT, 2005) em seus contextos nacionais específicos, e têm exigido a ampliação do foco de análise e novas definições e abordagens na interpretação de sua situação.

Ao elegermos como sujeitos desta pesquisa jovens moradores de uma região da cidade de São Paulo considerada violenta (ainda que com quedas significativas desses indicadores) e classificada como uma área de alta vulnerabilidade juvenil estamos lidando com um intrincado conjunto de atributos negativos que comumente lhes são imputados. Esta “interseccionalidade” entre sistemas discriminatórios baseados nas diferenças de gênero, classe social, raça e local de moradia, engendram diferentes arranjos, através dos quais, as formas específicas de discriminação aparecem no plano da sociabilidade do grupo pesquisado (CECCHETTO, 2006). Assim, a identidade socialmente estigmatizada que lhes é atribuída pode ser apreendida de diversas formas, em diversas situações e, argumentamos também, está condicionada aos diferentes momentos das trajetórias de vida desses jovens e também à sua mobilidade pela cidade, seus trajetos urbanos.

Desta forma, o desafio deste estudo era aproximar o campo de pesquisa tentando operacionalizar noções como situações juvenis, territorialidades vulnerabilidades, pertencimento racial, periferia, ao mesmo tempo, atentar para as narrativas dos jovens sobre os caminhos, contradições, experiências na vivência deste conjunto de atributos.

Para tratar da região de M’boi Mirim, local de moradia dos jovens, recuperei o debate acerca da noção de vulnerabilidade social e os seus usos relacionados ao grupo juvenil e a espaços urbanos. Estes estudos de base quantitativa são importantes na

medida em que revelam alguns padrões e regularidades sobre a distribuição da pobreza no território. Porém, como são um retrato de um momento, não são capazes captar as dinâmicas dos atores na combinação de diferentes atributos que influenciam as suas distintas vivências desta vulnerabilidade. Também incluí o debate acerca das periferias urbanas que apontam para a heterogeneidade da pobreza em sua dimensão territorial em São Paulo. Ao apontar heterogeneidade do tecido urbano das periferias, estes estudos nos ajudam a diferenciar as periferias consolidadas das chamadas “hiperperiferias” e a entender a diversidade interna presente, muitas vezes, no mesmo distrito.

Tendo em vista este quadro analítico relacionado as vulnerabilidades sociais, e das configurações da pobreza nas periferias, foi importante também entender as relações que cada jovem estabelecia com este contexto, levando em consideração que há diferenças substantivas na vivência destas vulnerabilidades dadas pelo território e por sua condição juvenil. Assim, tomei suas *trajetórias de vida* como ponto de partida, pois esta permitia vislumbrar experiências específicas relacionadas a sua composição familiar, local de moradia, expectativas e projetos de vida, o acesso a estrutura de oportunidades, escolaridade, ou seja, permitia que eu vislumbrasse o processo de socialização dos mesmos em várias instancias que contribuíram para que cada um construísse trajetórias singulares.

À medida que ia realizando a pesquisa de campo e, a partir das considerações de autores preocupados em entender como sistemas classificatórios relacionados à cor e as periferias operam no cotidiano (MOUTINHO, 2004; FELTRAN, 2010), percebi que deveria investigar como os marcadores sociais da diferença apareciam em *diferentes contextos*. Analisando as entrevistas percebi que estes contextos poderiam ser organizados levando em consideração a sua dimensão interna ao bairro, das relações próximas, nas relações no âmbito da família e amigos, dos contextos externos ao local de moradia que se davam muitas vezes nos deslocamento destes jovens em busca de estrutura de oportunidades como a busca por um emprego.

Sendo assim, a escolha das *trajetórias de vida* e dos *trajetos urbanos* destes jovens se colocaram como um duplo eixo de análise importante para entrever estes diversos contextos de interação. As percepções e construções acerca da cor ao longo da trajetória de vida de cada um dos jovens entrevistados juntamente com seus trajetos urbanos faz com que as mesmas ganhem contornos diversos conforme os contextos de interação. O deslocamento para fora do bairro introduz outros diagramas

de relações e o local de moradia passa a ser lido também como estigma produzindo processos discriminatórios simultâneos nos quais os sistemas classificatórios operam.

Neste ponto, a literatura preocupada com as mudanças no mundo do trabalho, com os novos padrões de acesso e mobilidade aos espaços urbanos, com o mundo da ilegalidade e de formas diversas de criminalidade, contribuiu para a construção do nosso problema, pois trabalham com a idéia de percursos de personagens urbanos e de trajetórias urbanas (Cf. ALMEIDA et.al, 2008, TELLES, 2006, FELTRAN, 2008).

O estigma territorial relacionado aos jovens que entrevistamos é referido a localidade que abrange a região de M’Boi Mirim (composta pelos distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luis) que nos anos 1990 ficou mundialmente conhecida pelos altos índices de homicídios. Alguns dos jovens que entrevistamos nasceram no entremeio de muitas mudanças relacionadas tanto ao padrão da criminalidade quanto às transformações sociais e econômicas da própria cidade, que serão explicitadas ao longo do texto. Essas áreas deixam de ser caracterizadas pela oposição centro e periferia e se tornam mais complexas dada a distribuição da pobreza no território.

Nos depoimentos dos jovens verifiquei as ressonâncias cotidianas do estigma da violência relacionados ao local de moradia produzindo o que Bourdieu (1997) denominou como “efeitos de lugar” no qual o espaço passa a ser expressão física das hierarquias e as distâncias sociais reproduzindo também distâncias simbólicas. Dizer que vive nesta região significa para muitos jovens que entrevistamos o acionamento de um conjunto de representações que os alocam em uma posição de desvantagem e interferem em seus percursos, passagens, trânsito, redefinem fronteiras, acessos e bloqueios aos diversos circuitos da vida cotidiana, a estrutura de oportunidades.

A expressão da “ponte pra cá” foi utilizada por um dos nossos entrevistados como um marcador destas fronteiras, esta expressão evoca o título de uma letra do grupo de rap Racionais MC’S que diz em um de suas estrofes: “o mundo é diferente da ponte pra cá”. Foi então tentando entender a inserção dos jovens em seus bairros, suas redes de relações dos “dois lados da ponte” que pude vislumbrar quais marcadores acionavam para falar de suas experiências. Na descrição de suas trajetórias e trajetos identifiquei dois perfis de jovens: aqueles que possuem trajetos urbanos mais locais, circunscritos ao bairro e aqueles que circulam pela cidade e delineam trajetos expandidos.

Além das vicissitudes e estigmas relacionados ao local de moradia, esta

pesquisa estava interessada em perceber se a “cor” era, ou não, um fator estruturante para as experiências sociais dos jovens . Percebi que o marcador racial também é contextual, relacional e que os jovens podem vivenciar ou não o seu pertencimento racial. As diferentes percepções estão condicionadas a forma como a cor é vivida no âmbito familiar, como ela é mobilizada ao longo de sua trajetória de vida e também nas diferentes interações estabelecida pelos jovens, como se movem e entram em contato com “as áreas duras” das relações raciais, como o marcador racial é acionado em seus trajetos urbanos.

O trabalho de campo foi pontuado por idas e vindas, tensões e inflexões à medida que eu, como pesquisadora, também ia redefinindo os trajetos e rumos da pesquisa. Neste ponto, gostaria de salientar a reflexão acerca do meu posicionamento no campo de observação que escolhi, pois certamente tive que aprender a usar a minha própria experiência pessoal em meu “artesanato intelectual” para utilizar a expressão de Wright Mills (1975). Explico-me. Como jovem, negra e moradora da mesma região dos meus interlocutores utilizei as experiências de minha vida como desencadeadora das perguntas que vislumbrava responder. No entanto, tive de lidar com os ardis de “conhecer o outro conhecendo-se a si mesmo” (ZALUAR, 2004), ou seja, em variados momentos tive que distanciar-me, reelaborar meus questionamentos.

Iniciei o trabalho de campo interessada em saber o que os dados estatísticos sobre as desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) não revelavam, ou seja como, como os próprios jovens pensam e vivem seu pertencimento racial. As narrativas que apareceram em meu trabalho de campo algumas vezes me surpreenderam, conversei com alguns jovens que me disseram que as questões relativas à cor nunca foram por eles percebida como um atributo que o localizava no mundo social, outros faziam narrativas ambíguas permeadas por “zonas de sombra e silêncio” (MOUTINHO, 2004), outros pontuavam momentos específicos em suas trajetórias em que as hierarquias relacionadas a cor começaram a ser interpretadas de outra forma.

De forma geral, precisei entrevistar meus interlocutores por mais de uma vez, em diferentes momentos para tentar apreender os significados, os contextos, planos de enunciação discursiva que os mesmos utilizavam ao falar de si e da suas experiências. Muitas vezes, nas interações ocorridas nestas visitas, ao registrar minhas impressões no caderno de campo tinha um embate com meu próprio sistema classificatório

construído a partir de referências teóricas que já não respondiam algumas inquietações e a partir de minhas experiências pessoais. Assim, foram esses inúmeros embates, inquietações, reflexões e leitura que me permitiram a

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro intitulado “A construção sociológica da juventude”, apresento os campos de estudos da juventude e as principais referências conceituais sobre o assunto e como nos estudos brasileiros sobre os jovens, o pertencimento racial é abordado. No segundo: “A região de M’Boi Mirim: vulnerabilidades sociais e periferia heterogênea”, tento aproximar o contexto social e o território em que os jovens entrevistados estão inseridos, apresento alguns estudos que operacionalizam a noção de vulnerabilidade social aplicada tanto a juventude quanto ao território e também algumas informações sobre a região relacionadas a seu espaço e alguns eventos de sua história recente. O terceiro capítulo, Trajetórias e Trajetos Urbanos: nuances relacionadas a cor e ao estigma territorial foi construído com base nas narrativas das trajetórias e trajetos dos jovens que participaram das entrevistas, discuto como os mesmos constroem suas percepções raciais bem como acionam outros marcadores delimitando fronteiras e alteridades. Por fim, exponho as “Considerações finais”.

1. A construção da categoria sociológica da juventude

Tomar a juventude como categoria analítica implica em reconhecer sua construção complexa, variada e reveladora dos contextos históricos sociais em que é forjada. Implica também em entender que “cada sociedade constitui o jovem à sua imagem” (FORACCHI, 1965), e que a categoria juventude é peça fundamental de um “jogo de espelhos” em relação aos problemas da própria organização social (NOVAES, 2007; MELUCCI, 1991).

Por seu caráter polissêmico, sua definição ganhou diversos contornos ao longo do tempo em diferentes disciplinas das ciências humanas. Nesta análise, daremos atenção aos diferentes enfoques sociológicos que a construíram como uma categoria analítica.

O tema juventude aparece na sociologia “como um problema da sociedade moderna” (ABRAMO, 1994)¹, ou seja, a ideia de juventude é uma construção histórica e social datada e resultante de um processo de mudança social na qual se revelam as configurações de vida e os contornos de uma sociedade civil urbano-industrial com novos atores como burgueses, operários, políticos e os próprios jovens.

O objetivo deste capítulo é reconstituir a forma pela qual se deu a construção sociológica da juventude, diacronicamente, em três momentos específicos que revelam os debates internos à disciplina e nos colocam a perspectiva contemporânea de sua abordagem. Assim, apresentaremos a forma pela qual o tema da juventude se delineou no Brasil, especificando as abordagens acerca do segmento social mais empobrecido, tanto no debate público quanto na tematização social.

Por fim, tendo em vista os avanços do debate em torno da juventude no Brasil, abordaremos como os jovens negros vêm se constituindo como um segmento específico dentro desse debate, e como esta pesquisa contribuirá para o entendimento deste grupo.

¹ Em sua obra *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*, Abramo faz um resumo crítico da trajetória do tema juventude no pensamento sociológico. Para um levantamento bibliográfico sobre este tema ver Cardoso e Sampaio (1995).

1.1 O jovem como uma etapa do ciclo de vida

Conforme apontam estudos históricos e sociológicos, a emergência da juventude é resultado de complexos movimentos de mudança social. Um estudo importante comumente citado como exemplar na descrição deste processo de mudança social é o livro do historiador Philippe Ariès (1981), no qual o autor persegue os sentidos dados à noção de infância e família desde a Idade Média.

Para Ariès não há uma completa ausência da noção de infância e juventude nas sociedades anteriores à Era Medieval; no entanto, assinala que é em fins do século XVIII, na Europa ocidental, que mudanças começam a ser gestadas sobretudo em relação aos sentidos e papéis atribuídos à noção de família²; configurando particularidades nos vínculos sociais definidos a partir da “cristalização social das idades da vida” (PERALVA, 1997).

Nesse processo de cristalização das idades da vida, a juventude se configura como uma etapa intermediária entre a infância e a vida adulta, ou seja, ela é vista como uma etapa transitória na qual o indivíduo estará por um tempo socialmente determinado, se preparando para a entrada na vida adulta. ³ :

Tal como foi consolidado no pensamento sociológico, a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX), como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticada das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. (ABRAMO, 2005: 41)

Assim, essa primeira noção de juventude está vinculada sobretudo à ideia de ciclos de vida do desenvolvimento humano, definidos, em grande parte, pelas mudanças biológicas (como a puberdade e a capacidade de reprodução) e por mudanças relacionadas à maturação intelectual e emocional do indivíduo, que o predispõem a vivenciar um novo ciclo no qual há uma série de etapas bem definidas a serem cumpridas.

Tal como os ciclos de vida foram entendidos, todo indivíduo deve necessariamente passar por essas diferentes etapas e, em cada uma delas, adquirir as condições biológicas e sociais que permitem que ele se integre socialmente e se relacione com seus pares. Apesar de cada sociedade definir à sua maneira os limites

² Outro estudo de caráter histórico que recupera a construção da noção de juventude é Levi, Giovanni e Schmitt, Jean Claude (orgs). *História dos jovens*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³A principal instituição responsável por esta preparação é a escola. O progressivo acesso à educação básica significou o protelamento no ingresso da vida produtiva, possibilitando um tempo maior de dedicação à formação escolar.

de cada etapa, estabelecendo marcadores bem definidos, essa forma de compreensão da juventude apresenta-se como um modelo linear que não leva em conta condicionantes sociais, culturais e econômicos que interferem na vivência de cada uma destas etapas.

Logo, como nos alerta Angelina Peralva (1997: 15), o processo de constituição da modernidade implicou em atribuir significados às idades da vida para além do desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, significados que podem ser historicamente datados. Os processos de mudanças sociais afetam as representações relativas à especificidade das fases do ciclo de vida, e fazem com que a juventude possa ser vista como uma categoria manipulada e manipulável, como também apontou Bourdieu (1983).

Um dos significados importantes atribuídos às diferentes fases da vida está relacionado ao fato de que elas são interdependentes e hierarquizadas. Interdependentes no sentido em que o que define uma fase está relacionado aos limites da anterior e o início da subsequente. A juventude, por exemplo, é vista como um momento de transição entre a situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto. Hierarquizada, pois a idade adulta é vista como uma etapa final a ser alcançada por todos, sendo os adultos a expressão mais acabada do amadurecimento (PIMENTA, 2007).

É importante destacar que o que está na base desta interdependência e desta hierarquia é a noção de socialização, numa perspectiva durkheimiana, na qual a educação desempenharia um papel primordial na conformação dos indivíduos à sociedade em que vivem. Essa ação socializadora, exercida tradicionalmente pela família e a escola, garantiria que a ordem social se mantivesse num movimento no qual “O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida”. (PERALVA 2007: 18).

O entendimento da juventude como etapa do ciclo de vida é inaugural no debate sobre o tema e continua representando uma dimensão importante para os debates contemporâneos. Porém, os sentidos atribuídos à essa etapa e suas características diferenciais foram ganhando contornos diversos durante todo o século XX.

Passaremos agora a delinear o que consideramos as três principais abordagens sobre os estudos da juventude, aquelas que a nosso ver expressaram maior relevância

quanto ao aparato conceitual e temático da sociologia.

1.2 O jovem como problema social

O olhar sociológico que marca o início das discussões sobre a juventude se deu no âmbito da Escola de Chicago e nos trabalhos inscritos no arcabouço da Sociologia Funcionalista da primeira metade do século XX. A concepção de juventude forjada nesse contexto histórico e político irá se difundir como noção social e balizará muitas discussões posteriores, que ora se aproximam, ora se afastam das premissas daquele.

Esta literatura nos interessa na medida em que aborda setores da juventude que historicamente são inscritos sob as ideias de “desvio”, “marginalidade”, “risco social”, ou seja, jovens que inseridos em contextos de crescimento urbano acelerado, fenômenos migratórios, segregação espacial, conflitos raciais e violência são vistos a partir de seu potencial de delinquência e desagregação da ordem social.

Podemos dizer que o que há como pano de fundo em todas essas teorias é a “tematização da juventude pela ótica do problema social” (ABRAMO, 2004) e pela noção de desvio: “jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia⁴ em relação a um certo padrão normativo.” (PERALVA, 1997, p. 18).

Encarando a juventude como um momento delicado de transição para vida adulta na qual os indivíduos passam por um processo de integração e socialização ao mundo adulto, estes primeiros estudos estarão interessados nas disfunções, falhas que ocorrem neste processo. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (ABRAMO, 1997, p. 29).

Diversas correntes teóricas no interior da Escola de Chicago suscitaram uma pluralidade de explicação sociológicas acerca da “delinquência juvenil” e de outros fenômenos correlatos frente este processo de integração falho. Realizando um balanço destas correntes, Zaluar (2004) aponta a teoria da desorganização social, a teoria da

4 O campo de investigação do “desvio” tem longa tradição nas ciências sociais. Uma obra que trouxe inovações para o alargamento da compreensão desta noção é *Outsiders*, de Howard Becker. Para o referido autor, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem este rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 2008, p. 22).

frustração e a teoria do rótulo como tendo sido as três principais correntes que se colocaram o desafio de explicação dessa falha .

A autora salienta que todas essas perspectivas teóricas foram, em maior ou menor grau, criticadas pelo seu compromisso com o positivismo “que transformava as pessoas em objeto, e seu comportamento, em fatalidade ou determinação”, dificultando o entendimento delas “enquanto sujeitos que participam de forma ativa nas suas escolhas e ações, apesar das constrictões e pressões de forças de várias ordens” (ZALUAR, *op. cit.*: 179).

Frente aos fenômenos de segregação espacial, social e cultural de migrantes e imigrantes, da crise motivada pelo gradual declínio das formas tradicionais de regular normas e comportamentos, a chamada primeira Escola de Chicago, inquietada com a “crise” e a “desorganização social”⁵ aponta que estes fatores seriam responsáveis pela formação e multiplicação de atividades criminosas, como as gangues juvenis⁶.

Já nos anos sessenta a teoria da frustração, cujo principal autor é Merton (1965), interpreta o envolvimento da segunda geração de imigrantes com a criminalidade como uma frustração provocada pelas aspirações de ascensão social não realizadas baseadas no “sonho americano” de mobilidade social, pois, segundo Zaluar, “por esta nova teoria, haveria um hiato entre as aspirações de todo cidadão norte-americano para adquirir riquezas e ascender socialmente e as oportunidades reais oferecidas aos jovens pobres que tivessem incorporando esses valores da sociedade americana” (ZALUAR, *op. cit.*: 178).

Já a teoria do rótulo, ainda segundo Zaluar, explicava o modo pelos quais as agências governamentais, principalmente aquelas ligadas ao controle da violência e do crime, rotulavam como “delinquentes” os jovens que partilhavam de algumas características, como pertença étnica e local de moradia, mesmo que esses jovens não estivessem envolvidos em atividades criminosas. Tendo como um de seus representantes Matza (1969), a teoria do rótulo também foi importante na medida em que apresentava as organizações juvenis como parte integrante da sociedade, suas ações

⁵ Para entender seu emprego nos estudos da Escola de Chicago ver Whirt, 1964 apud Wacquant, 1995. Wacquant (1995), apesar de utilizar o termo em suas análises sobre o gueto norte-americano, em outro sentido aponta para seu uso indiscriminado nas pesquisas sobre pobreza urbana.

⁶ Comumente citado o estudo de Thrasher “*The Gang*”, publicado pela primeira vez em 1927, é exemplar desta primeira corrente teórica. “Aquela época, Thrasher observou que as gangues eram socialmente percebidas como estruturas de socialização pouco agressivas. Analisando as características de organização de tais grupos, ele verificou que as identidades sociais desses agrupamentos estavam fundadas sobre a noção de território. (Adorno, 1999, p. 73)

não eram isoladas, mas sim inseridas em um contexto cultural e simbólico que estava em constante interação com elas.

Independente das explicações a que chegavam para o fenômenos como as gangues juvenis, seja por disputas territoriais, étnicas ou por frustração frente à impossibilidade de ascensão social, o fundamento explicativo inspirado no funcionalismo estava presente nestes estudos e permaneceram em boa parte da literatura que tratou da juventude na sociologia daquela época.

No segundo quartel do século XX outras correntes explicativas, que trataremos mais adiante, deslocaram o olhar sobre a juventude para além da abordagem do problema social. Como mostram alguns autores (ABRAMO, 1997; ADORNO, 1995) é mais fortemente nos 1990 que ocorre uma “retomada”, ou uma “emergência”, da abordagem da juventude relacionada essencialmente aos fenômenos da violência urbana e criminalidade.

De fato, a metáfora do jogo de espelhos, segundo a qual a juventude costuma refletir o cenário social e cultural em que está inserida, é válida, pois recentes análises colocam em relevo aspectos contemporâneos que condicionam esta vivência, tais como, o gênero e a etnia.

Porém, mesmo tendo ocorrido mudanças importantes em relação ao crime desde as primeiras interpretações sobre a juventude na Escola de Chicago, uma parcela da juventude continua figurando no centro deste debate como um “problema” e como depositários de um certo “pânico moral” da sociedade.

Sem dúvida, muitas mudanças em relação à experiência da punição e do significado da violência ocorreram nestes anos, devido aos contextos sociais, econômicos e políticos. Diversos autores nos Estados Unidos e na Europa vêm construindo explicações no que tange aos novos modelos de punição e controle social, aos quais muitos jovens estão enredados.

Apesar de não tratarem diretamente da especificidade da juventude neste cenário de mudanças estruturais na economia e dos modelos de punição, autores como Bauman (1999), Wieviorka (1997) , Wacquant (2005), David Garland (1995, 2001), apresentam elementos que nos ajudam a entender como o enfoque na juventude pela ótica do “desvio”, do “problema”, aparece sempre em determinadas conjunturas como “fruto de uma situação anômala, de falências de instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo

e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma “dissolução do social” (ABRAMO, 1997 p. 32).

A partir do contexto da globalização e da consequente desintegração do Estado de Bem-estar Social, Zygmund Bauman (1999:119) desenvolve o argumento de que na nova organização do Estado, a prisão passa a ser a pena por excelência, pois o confinamento espacial cumpre o importante papel de controle da população: “nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para qual não há trabalho “ao qual se reintegrar”.

Ao aventar a hipótese de um novo paradigma da violência Wieviorka (1997) também assinala as mudanças no plano econômico e político como componentes da mudança de perfil das práticas punitivas, mas também nos dá pistas de que os significados culturais das mesmas também mudaram. Para ele, as mudanças sociais e a violência são mediadas por outros fatores de ordem simbólica como as representações em torno das identidades étnicas, nacionais e religiosas. Em relação as ações dos jovens neste cenário afirma: “a raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial.

Ademais, o vínculo entre juventude e criminalidade, datada dos estudos funcionalistas dos anos 1920, não se dissolveu nos novos contextos de modernidade e globalização. Os modelos de controle da criminalidade descritos por estes autores demonstram como a população jovem continua sendo responsabilizada em grande parte pelo aumento da criminalidade urbana e como estes modelos ainda estão muito próximos do ideal funcionalista.

Face aos apontamentos dos autores que tratam dos fenômenos da violência e da punição em condições histórico-sociais muito diferentes daquelas as quais os primeiros estudos sobre a juventude na Escola de Chicago se reportavam, podemos dizer que lentamente estas análises vêm sendo incorporadas a explicação de fenômenos complexos como, por exemplo, o das gangues americanas.

Só recentemente outras interpretações surgiram no campo de estudos dedicado ao fenômeno das gangues urbanas nos Estados Unidos. A preocupação da opinião pública daquele país com esse fenômeno se manteve devido à persistência e à expansão das gangues desde os anos 1920. Uma destas interpretações trata a

emergência das gangues como organizações parte de um complexo sistema que as sustenta :

Enquanto resposta coletiva a uma situação econômica de grande penúria e de isolamento, estas organizações elaboraram estratégias racionais de sobrevivência que se aplicam tanto aos meios de aumentar seus efetivos e fazer florescer seus haveres financeiros quanto ao estabelecimento de relações com seu ambiente, quer se trate de organizações rivais, da polícia, do sistema político e da mídia. Estas relações formam um sistema de intercâmbios multiforme que se revela, em última instância, como sustentáculo da existência das gangues. (JANKOWSKI, 1997 p. 6)

É interessante notar que as interpretações sobre as gangues percorreram outro caminho na França. Isto se deve, como pontuaram Vianna (2003) e Zaluar (2004), a dois fatores: a) mesmo havendo registro de algumas organizações juvenis como os *Apaches* já em 1900 e dos *blousons noir* nos anos 1960, é somente no final do século XX que a sociologia francesa se volta pra estes fenômenos, pois é quando há uma efetiva explosão da criminalidade violenta; b) há pouca adesão à sociologia da juventude, pois “no velho continente de gloriosas lutas operárias, a importância da sociologia de classe precede e supera a da sociologia da juventude” (ZALUAR, 2004, p. 184).

Dessa forma, o princípio explicador para o aparecimento das *galères*, nos anos 1970, noção introduzida por Dubet (1987), seria o “enfraquecimento dos movimentos sociais, a diluição dos laços sociais nos bairros operários e a própria ausência de conflito social” (Viana, 2003, p. 32), levando a um afastamento entre as gerações e ao comprometimento do processo de reprodução da classe social. A experiência de vida da *galère* para Dubet (1987) representa o estar “à deriva”, uma sociabilidade marcada pelo niilismo, autodestrutividade e raiva, e por “pequenas incivildades” configurando uma marginalidade difusa muito diferente das gangues estadunidenses

A abordagem francesa para a *galère* é paradigmática de um debate maior no interior da sociologia entre duas correntes teóricas que expressam diferentes tradições no pensamento social, que deram importantes contribuições para o entendimento da juventude. Falaremos um pouco sobre estas contribuições na próxima seção.

1.3 A corrente geracional e a corrente classista

Ao realizar um balanço das diferentes maneiras de olhar a juventude na tradição sociológica, Pais (1990) identifica duas principais correntes que agrupam diferentes teorias, são elas: *a corrente geracional e a corrente classista*. A primeira, segundo o referido autor, está baseada nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e na teoria das gerações, cujo maior clássico é o trabalho de Karl Mannheim. A segunda corrente, por sua vez, interpreta a juventude a partir da determinação das relações de classe sobre essa experiência. No entanto, para ambas as correntes a problemática central é a reprodução social:

Com efeito, enquanto, para a corrente geracional, a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, isto é, à análise da conservação ou sedimentação (ou não) das formas e conteúdos das relações sociais entre gerações, para a corrente classista a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais. (PAIS, 1990: 157)

A corrente geracional está apoiada na ideia da juventude como uma etapa do ciclo de vida já trabalhada anteriormente. Desta forma, a juventude é vista sob um aspecto unitário e o que importa investigar são os processos de continuidades ou rupturas de valores entre as diferentes gerações. Nesta perspectiva, o desenvolvimento social é percebido como uma sucessão de períodos caracterizados pela relação entre as gerações, podendo gerar continuidades ou rupturas importantes. Logo, a ênfase de grande parte desses estudos está na conceituação do problema sociológico das gerações.

Mesmo escrevendo desde os anos cinquenta, os trabalhos de Mannheim sobre juventude são paradigmáticos dessa abordagem e rompem com a temática do desvio até então dominante (PERALVA, 1997)⁷. Em seu clássico *O problema das gerações* (1952), Mannheim se refere à questão da descontinuidade entre as gerações como um fato social, e inova ao apontar para o caráter fragmentário de uma mesma geração. No entanto, apesar dessa fragmentação, era a ideia de unidade geracional que traduzia o potencial de mudança da juventude: “a juventude não se apresenta progressista nem conservadora por natureza, mas é uma potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade” (MANNHEIM, 1979: 95).

⁷ Para um aprofundamento sobre o tema ver: Weller (2007) "Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude".

Desse modo, para Mannheim, o potencial de mudança aparece inerente à juventude, dada a originalidade que caracteriza a posição de cada geração em relação à tradição no momento que ingressa no sistema social (CARDOSO e SAMPAIO, 1995: 17). Porém, a perspectiva mannheimiana de geração não se encerra apenas no recorte biológico, ou seja, não é definida apenas como pertencimento a um mesmo grupo de idade, mas o autor também assinala que há dois aspectos importantes a serem considerados ao se falar de geração.

O primeiro deles é a unidade geracional, ou seja, mesmo havendo diferentes vivências, percepções, contextos de socialização, o fato de partilharem de uma geração faz com que pessoas que dela participam constituam uma mesma comunidade de destino. O segundo aspecto diz respeito aos grupos concretos que se constituem por meio de laços de proximidade, como a família, ou estabelecidos por meio do livre arbítrio, como as associações; esses grupos concretos estão referidos e construídos pela tomada de consciência da unidade geracional, sua interpretação nativa.

Após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente nos anos 60 e 70, inicia-se um debate no interior da sociologia que traz o questionamento acerca da própria validade em se falar de juventude como um grupo homogêneo sem levar em consideração as situações de classe, frente às abordagens que enfatizam os aspectos geracionais (Sposito, 1997). Podemos perceber como nos alerta Abramo (1994), que neste momento há mudanças importantes na forma como a juventude é problematizada. Mudanças que estão ligadas ao novo ciclo de desenvolvimento industrial, com o aumento dos períodos de escolarização, o aumento da oferta de emprego e a possibilidade de diversificação no consumo.

Um texto clássico da sociologia que aponta para as diferentes formas de inserção do jovem na estrutura social, e que traz à tona os questionamentos da corrente classista, é o texto que reproduz uma entrevista de Pierre Bourdieu (1983) intitulado “A juventude é apenas uma palavra”⁸. Concedida em 1978 nessa entrevista transparece o debate da sociologia daquela época acerca da construção da ideia de juventude tomada como uma categoria homogênea. Alertando para o perigo em se tomar a juventude como um “dado” e não como uma construção social em que estão abarcados universos sociais distintos, como o do jovem trabalhador e do jovem

⁸ Essa reflexão de Bourdieu também serviu de base para a declaração “a juventude não existe” feita por Lagrée apud Oliva Augusto (2005).

burguês, Bourdieu fala na necessidade de se falar em *juventudes* levando em consideração as diferentes situações de classe.

Na tradição francesa destacam-se os estudos preocupados com o tema da transição do jovem para a vida adulta , pois transparecem bem a dualidade das abordagens das correntes geracionais e classistas. No final dos anos setenta do século vinte o tema da transição vem à tona como um novo modelo teórico que propõem novas metodologias investigativas tendo em vista o novo contexto de mudanças sociais e econômicas que ocorriam naquela época e que afetavam a passagem dos jovens da escola para o trabalho.

Identificando diferentes formas de transição para jovens da classe média, jovens burgueses e para jovens operários Claude Chamboredon dialoga com Edgar Morin que apontava para a existência de uma “cultura adolescente” relativizando que essa seja uma característica extensiva a todos os setores jovens da sociedade francesa. Com a continuidade de suas pesquisas, Chamboredon (1985 apud Pimenta, 2007) também identifica que com o aumento e a extensão da escolaridade obrigatória, com as indeterminações que a entrada no mercado de trabalho impunha, somado à extensão do período de transição entre a família de origem e a família de procriação, estava se delineando uma nova etapa nas idades da vida que ele denominou de “pós-adolescência”.

Outro tema bastante caro à tradição europeia, e que gerou debates intensos no interior da sociologia, ganhando concepções diversas entre autores das duas correntes, é o tema da *moratória*. Cunhado inicialmente por Erikson (1986) para definir o tempo de preparação, de aquisição de habilidades para a assunção das dimensões produtivas e reprodutivas do mundo adulto pelo jovem, a moratória psicossocial, aparecia como algo específico da juventude, no seu entender, como um lapso de tempo em que o indivíduo poderia experimentar, ensaiar e errar, provando distintos papéis até que consolidasse sua própria personalidade (GROPPO, 2009: 45).

Segundo Groppo (2009) a “tese da moratória” serviu de modelo interpretativo frente aos movimentos contestatórios juvenis nas décadas de 60 e 70, mas não rompeu com o modelo funcionalista de integração social. De uma forma dúbia, a tese da moratória ao mesmo tempo em que reconhecia o direito à juventude, também a via como um momento de suspensão da participação plena na vida social, o que foi duramente criticado pelos próprios movimentos juvenis dos anos 60:

O modelo da moratória social continha dentro de si diversas dualidades. Ao mesmo tempo, conjugava o modelo funcionalista tradicional e anunciava o modelo do protagonismo juvenil. Agregava, mais ou menos em torno deste duplo referencial, a concepção da juventude e das categorias etárias tanto como integração social (e, portanto, sob uma rígida prática de socialização e a institucionalização do curso da vida) quanto como direitos sociais. Em ambos os sentidos, como integração e como direito social especial, a moratória era tanto uma descrição sobre o que parecia ser efetivamente a condição juvenil, quanto um juízo de valor sobre o que ela deveria ser. (GROPPO 2009: 46)

Esta problemática é retomada por Margullis e Urresti (1998) que, partindo da ideia de moratória cunhada por Erikson em 1950, reconhecem uma situação de classe neste tempo socialmente reconhecido como preparatório para a vida adulta, ou seja, problematizam este tempo como um prerrogativa apenas dos setores sociais médios e altos que tinham a oportunidade de estudar e prorrogar a entrada na vida produtiva. Reconhecendo a construção social de uma “juventude paradigmática” no que tange à ideia de moratória, os autores falam mesmo que os jovens dos setores populares sofreriam de uma “falta de juventude” nos termos da moratória.

Os estudos que reconhecem o condicionamento do fator classe na vivência da juventude abriram uma perspectiva de análise importante até então não considerada. Porém, as críticas dirigidas a essa corrente apontam para uma tendência homogeneizadora e determinista na análise de aspectos que dizem respeito a jovens da mesma classe social (PAIS, 1990). Reconhecendo diferenças interclassistas e raramente as diferenças intraclassistas os referidos estudos não levam em conta outros condicionantes das possíveis trajetórias sociais de jovens, tais como os contextos locais, a pertença étnica e o gênero.

O que nos interessa assinalar é que os percursos teóricos da assim chamada corrente geracional, e da corrente classista, abriram perspectivas importantes para os desafios que a interpretação da condição juvenil continuava colocando aos pesquisadores frente às inúmeras mudanças sociais que ocorrem ao final do século XX e nesse início do século XXI.

Cada uma ao seu modo contribuiu para que pudéssemos empreender uma desconstrução sociológica do processo de entendimento da juventude como categoria social. Explico-me. Visto que a juventude aparece no cenário como um problema social, o desafio dos pesquisadores foi o de transformá-la em um problema de ordem sociológica, conceitual, o que nem sempre aconteceu de forma satisfatória, como vimos nessa rápida passagem pelas principais abordagens do tema. Nesse longo

movimento em que “a representação social da juventude dará lugar à realidade sociologicamente construída” (PAIS, 1990: 146), outros fatores, para além de uma fase da vida, dos problemas sociais, das gerações e da classe social, passaram a ser fundamentais para a compreensão do jovem enquanto sujeito social. Tendo em vista a complexidade das realidades histórico-sociais em que estão imersos, e retomando a metáfora do jogo de espelhos, podemos dizer que hoje o pesquisador interessado na juventude necessita de um caleidoscópio como um instrumento mais sofisticado de análise.

1.4 Juventude e Juventudes: condição e situação

Tendo em vista as mudanças relacionadas à desregulamentação das relações de trabalho, o desmonte do Estado de Bem-estar Social que ocorreu ao longo do século XX em vários países da Europa e nos Estados Unidos, e que tiveram fortes ressonâncias nos países do Terceiro Mundo, fez-se necessário abordar as situações juvenis associadas a esses contextos numa perspectiva cada vez mais complexa.

Essas mudanças introduziram desafios no que tange aos novos arranjos de transição dos jovens para a vida adulta⁹: o que antes continha a ideia de um trânsito linear por etapas pré-determinadas como escola-trabalho-novo lar, passou a não corresponder mais a um único modelo de transição, marcando assim uma *multiplicidade* e uma *desconexão* entre essas etapas (CHANBOREDON, 1985), engendrando *trajetórias iô-iô* (Pais, 2006), ou ainda uma *descristalização* dos modelos de transição (SPOSITO, 1997).

Apontado uma mudança drástica no que tange à “nova condição juvenil”, Abad (2003) fala de uma *desinstitucionalização* dessa condição. Isso porque o que era característico da mesma no passado era a mediação de instituições nas quais o jovem se filiava e obtinha diferentes estatutos como o estudante, o filho e etc:

Em consequência, pode-se afirmar que a nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como coordenadoras da sociedade. (ABAD, 2003: 25)

⁹ A transição para a vida adulta é um tema bastante explorado na sociologia da juventude. Esta discussão foi iniciada no final da década de setenta do século passado e esteve inicialmente preocupada com a transição, no contexto europeu, da escola para o trabalho.

Esse processo de crise das instituições fora desencadeado por uma série de fatores. O trabalho de Abad (2003) destaca os seguintes: 1) a crise do modelo tradicional e os novos arranjos familiares, o que acarretou novas formas de relação entre pais e filhos; 2) o esgotamento dos modelos de mobilidade e ascensão social via o aumento da escolaridade; 3) o enfraquecimento dos movimentos políticos juvenis, principalmente no âmbito do movimento estudantil; 4) frente à globalização, a dissolução de identidades nacionais e o fraco apelo de uma “cultura nacional” entre as novas gerações; 5) o fortalecimento de uma cultura juvenil heterogênea mediada pelos meios de comunicação; 6) a emergência de novos atores sociais reivindicando uma nova forma de participação política e o reconhecimento de uma condição juvenil.

Certamente os fatores enumerados acima definem em grande parte a condição juvenil em todo o mundo, caracterizando mudanças no significado dessa condição, além de colocar novos desafios no que tange a definições conceituais. Porém, se são múltiplas as possibilidades de trajetórias desses jovens que estão vivendo esse momento histórico, imediatamente as duas perspectivas teórico-conceituais que balizaram o debate no interior da sociologia da juventude se recolocam: devemos abordar o que é singular nessa experiência social ou devemos assinalar as especificidades na caracterização do jovem no plural?

Ao enunciar nosso interesse de pesquisa para com um grupo específico dentro do universo da juventude brasileira, estamos empreendendo um recorte que só é possível se tomarmos a perspectiva de reconhecimento de dois níveis de entendimento da juventude enquanto categoria que se traduz concomitantemente enquanto uma *condição* e uma *situação*.

A diferenciação entre esses dois níveis de entendimento fora colocada por Abad (2003) e reforçada por Sposito (2003), entendidos como “condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida), e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia (SPOSITO, 2003: 266).

Dessa forma, retomando as considerações das duas correntes sociológicas que construíram o problema sociológico da juventude, a perspectiva contemporânea tem ido mais na direção de reconhecer as contribuições de ambas:

(...) é preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” encerra intrinsecamente uma tensão que não se resolve: ela é ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e modos de inserção na estrutura social. (SPOSITO, 2003: 10)

As interpretações acerca da vivência da condição juvenil na contemporaneidade apontam para a uma pluralidade de situações, marcadas por desigualdades, especificidades, diferenças que atravessam essa condição. Porém, como operacionalizar essa abordagem sem descartar essa “tensão”, ou como abordar esse “paradoxo” (PAIS, 1990) tendo em vista as situações juvenis que certamente o pesquisador terá que enfrentar?

Mais que fazer uma dedução dos “modos de vida” dos jovens a partir de um «centro» imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estarmos prioritariamente abertos a uma análise *ascendente* (passe a expressão) dos modos de vida dos jovens, partindo dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e táticas cotidianas, tentando perceber como esses mecanismos são investidos, utilizados, transformados, quais são as suas possíveis involuções ou generalizações. É esta forma de olhar a sociedade, através do quotidiano dos jovens, uma condição necessária para uma correcta abordagem de alguns dos *paradoxos da juventude*, embora não suficiente. (Pais, 1999:164)

Em outras palavras interessa-nos perguntar o modo como essa “nova condição juvenil” é vivenciada segundo características e desigualdades baseadas na classe social, gênero, etnia, raça, diferenças nacionais e regionais (urbano/rural), que podem configurar tanto uma estrutura de oportunidade quanto barreiras na vivência dessa condição de ser jovem. Nesse sentido, ao realizar uma investigação sobre jovens negros(as), pobres e, moradores (as) de uma da região da periferia de São Paulo, estaremos recolocando a “tensão” que a categoria juventude carrega como condição e situação, sem perder de vista as percepções desses jovens, seus valores, suas representações de si e dos outros.

Contudo, para prosseguirmos no intento de nossa investigação é necessário ainda dar dois passos cruciais: a) reconstruir o itinerário do tema da juventude no pensamento social brasileiro, a fim de apreender como todo esse debate internacional foi pensado para nossa realidade específica, logo, como constituímos e significamos esse momento do ciclo, e b) detalhar qual a situação juvenil específica na qual estamos interessados.

1.5 O itinerário do tema da juventude no Brasil

Ao nos propormos reconstruir o itinerário do tema da juventude na sociologia brasileira deparamos com uma singular construção desse campo. Isso porque, no Brasil, o tema da juventude enquanto tal é construído em dois momentos distintos separados por um *gap* temporal importante. Esses dois momentos transparecem o modo como foi constituído *teoricamente* o tema da juventude enquanto objeto de investigação. Entre esses dois momentos houve a emergência de um *tema social* que abarcou o jovem e polarizou o debate: o tema da criança e do adolescente em risco.

Logo, ao falar de juventude no Brasil, temos que estar atentos tanto para a construção desse campo de conhecimento bem como para as influências das conjunturas históricas e dos processos sociais que permearam a dinâmica do próprio campo, e que viabilizaram e engendraram discursos institucionais, mobilizações sociais e até mesmo a visibilidade e viabilidade desse segmento social, mesmo que primeiramente sob uma indefinição teórico metodológica do que seria a juventude propriamente dita.

Falando de outro modo, para acompanhar a trajetória do conceito de juventude na sociologia brasileira é preciso levar em consideração o intervalo em que este conceito analítico fora abarcado pela construção de representações coletivas em que o adolescente em risco emerge como preocupação social, momento no qual a concepção de adolescência – advinda dos estudos de psicologia social – passou a ser dominante e a abarcar indistintamente também a juventude.

Ao realizar um levantamento acerca da produção do conhecimento sobre a juventude no campo da educação no Brasil, Sposito (2000) aponta para inúmeras questões que nos ajudam a enxergar quão complexo é a aproximação desse tema, pois além de ser um campo de conhecimento ainda em construção, há dificuldade de definição da própria categoria juventude, como discutimos anteriormente¹⁰. Para realizar seu levantamento, a autora utilizou pelo menos dois critérios, o primeiro, da delimitação de uma faixa etária, e o segundo, incorporando “os usos associados, ainda que indiretamente, à noção de juventude”, como estudante, estudante-trabalhador e

¹⁰ Sposito (2000: 30) cita o exemplo do caso francês baseada no trabalho de Mauger (1994). A França, apesar de possuir um maior desenvolvimento dos estudos sobre juventude, e esse tema ser "revestido de forte audiência política e de intenso teor profético, ainda padecia de fraca legitimidade científica e pouca consistência teórica no início dos anos 90".

adolescente.

Procuraremos desvelar como as noções de juventude e adolescência foram construídas, tendo em vista a apresentação de uma definição de juventude que trataremos neste estudo, demarcando suas diferenças em relação à adolescência, pois

(...) existe, hoje, no Brasil, um uso concomitante de dois termos, *adolescência* e *juventude*, que ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por distintas abordagens. Contudo, as diferenças e as conexões entre os dois termos não são claras, e, muitas vezes, as disputas existentes restam escondidas na imprecisão dos termos. (LEON, 2005: 6)

Nossa intenção é refazer o trajeto da produção sobre juventude tendo em vista a problematização do segmento dos jovens que estamos interessados em nossa investigação – jovens pertencentes a uma determinada faixa etária, que vivem uma certa condição social – tanto em relação a sua construção no debate acadêmico como sua visibilidade no debate público. Como e quando esses jovens ganham visibilidade no debate público e na pesquisa social? Para isso, é importante acompanhar os dois níveis de construção do tema no Brasil: enquanto objeto de interesse da investigação social e também nos usos nativos que influenciaram sobremaneira as representações sociais sobre este segmento social.

Com base nesses apontamentos, trataremos na próxima seção sobre como a sociologia inaugura o debate sobre a juventude no Brasil – centrada na abordagem de um segmento específico desta juventude –, e as razões pelas quais só tardiamente essa abordagem se amplia.

Da limitação à expansão da condição juvenil

No Brasil, o tema juventude começa a se delinear no bojo da modernização de nossa sociedade nos anos 50, pois a “configuração da condição juvenil está vinculada ao processo de modernização social no ciclo de transformações estruturais desencadeados no período posterior à Segunda Guerra Mundial” (ABRAMO, 1994:22). Esta modernização trouxe mudanças no que tange ao novo ciclo de desenvolvimento industrial, o aumento dos períodos de escolarização, o aumento da oferta de emprego, a possibilidade de diversificação no consumo.

Os três principais estudos sobre o jovem no Brasil deste período são: *O jovem radical* de Otavio Ianni de 1968, *O Estudante e a Transformação da sociedade*

Moderna, 1965 e *Juventude na sociedade moderna* de 1972 obras de Marialice Foracchi e *A Geração AI-5* de Luciano Martins de 1979. Estes estudos têm em comum o fato de que tratam de um universo juvenil específico: do jovem estudante e do papel da juventude como agente político, ou seja, tratam basicamente do jovem urbano de classe média¹¹.

A juventude é comumente vista nestes trabalhos como agente político capaz de operar transformações na sociedade. Segundo Abramo (1994) o que estava em voga naqueles anos é a vinculação da ideia de modernização com a própria figura do jovem como agente revitalizador. Para Foracchi (1979: 12), por exemplo, após uma etapa de conflito de gerações que é característica da adolescência, o jovem volta-se para o questionamento do “sistema”, este questionamento culmina no próprio “movimento”: “a noção de juventude impõem-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude.

Para Groppo (2009: 44), é a perspectiva mannheimiana da “juventude protagonista” agente da revitalização juntamente com a tese da moratória social que constitui a baliza do que ele chama de “modelo desenvolvimentista da juventude” que vigorou na abordagem do jovem nos anos sessenta e setenta “no Terceiro Mundo, foram os jovens chamados a aderir aos projetos desenvolvimentistas. Tratava-se muito mais de encaminhar as sociedades para o “desenvolvimento”, “progresso”, civilização, autonomia, independência.

Porém, é indispensável assinalar que, sob a categoria social “estudante” e a visão destes estudiosos brasileiros sobre o movimento estudantil, eram reconhecidamente perpassados pelas relações de classe dado o vínculo imediato entre o estudante universitário e a classe média. A condição juvenil é por excelência a condição estudantil, como um setor particular que pode permanecer fora do processo produtivo e do sistema de valores constituídos e desenvolver um questionamento crítico e “desinteressado” da ordem social (ABRAMO, 1994: 20).

É uma parcela muito reduzida da juventude que pode realizar concretamente o processo de radicalização como um todo, e essa parcela significativa apresenta características muito especiais que denunciam, um modo quase uniforme, a situação de privilégio como um requisito básico e comum. (Foracchi, 1972: 39)

¹¹ Uma importante coletânea de estudos intitulada *Sociologia da Juventude* é publicada em três volumes no Brasil em 1968, nela encontramos artigos diversos desde Marx, Parsons até Habermans, Mannheim e Bourdieu.

E como eram vistos os jovens que não são privilegiados neste contexto? Segundo Abramo (1994: 22) as análises sobre o jovem neste período se assentam sob dois pares dicotômicos: integração e marginalidade de um lado, e de outro, radicalismo e alienação. Necessariamente, o jovem que não correspondia ao ideal de modernização, e desenvolvimento era visto “como “marginalizado”, fora do cenário moderno e, como consequência, excluídos da própria condição juvenil”. Assim, o “jovem proletário” necessitaria de uma análise especial devido as condições específicas de sua socialização (IANNI, 1968: 226) e “o jovem das camadas populares” deveria passar necessariamente pelo abandono de sua situação de origem, pois este abandono é a condição mínima para a identificação com a sociedade que o engloba (FORACCHI, 1972: 41).

É preciso salientar que estes estudos brasileiros estavam sendo desenvolvidos num contexto muito específico na qual a imagem da juventude esta intimamente ligada à dimensão política e social. Engajamento, contestação e juventude eram sinônimos no contexto das contraculturas da década de 60 e do movimento estudantil em 1968 , para Feixa (2002) o ano de 1968 representa a primeira vez que os jovens aparecem efetivamente no cenário político mundial:

Embora 68 tivesse sua especificidade no Brasil, ecoavam aqui de algum modo, os acontecimentos que marcaram aquele ano no mundo todo: a revolta dos estudantes europeus, em especial “o maio de 68” francês; as revoltas estudantis e a revolta dos negros nos Estados Unidos; os guardas vermelhos na China; a luta dos vietnamitas (...); a Primavera de Praga. Ecoava aqui , ainda em 68, de modo forte, a imagem de Che Guevara, morto na Bolívia em 1967. (CARDOSO, 2001:141)

Assim, identidade do jovem ligada a sua condição de “estudante”, foi a que inicialmente apareceu nos estudos clássicos de nossa sociologia da juventude nas décadas de 60 e 70. No entanto, devido as inúmeras mudanças políticas, econômicas e culturais que ocorreram na década seguinte no Brasil estes estudos sofreram um refluxo dando lugar a outros objetos de reflexão:

Três décadas depois do dismantelamento brutal do movimento estudantil dos anos 60, os jovens brasileiros enfrentam uma outra configuração, bastante diferenciada, de seus contextos relacionais e culturais. Uma mudança crítica é que as universidades — e o movimento estudantil — já não se constituem como os centros da vida cultural e política juvenil. Com a crise da esquerda, o fim da ditadura como fator unificador e a abertura de espaços alternativos para participação política, o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil. A diversificação da experiência da juventude, especialmente

com a extensão da “cultura jovem” para jovens trabalhadores e das periferias, é confirmada por estudos recentes sobre os jovens brasileiros durante a “modernização conservadora” dos anos 80. (MISHE, 1997: 143)

Relacionado a esta “extensão da cultura jovem” estão os processos de “mudanças estruturais” que se iniciaram na década de 70 quando da expansão da rede pública de ensino, a penetração dos meios de comunicação de massa, o maior acesso ao crédito ao consumidor, permitiram que uma parcela maior da juventude brasileira “pudesse se inserir de uma forma mais “moderna” na sociedade seja, pelo trabalho, pela escola ou pelo lazer(...) Parece claro que as série de modificações que ocorreram neste período, reforçaram ou mesmo estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da nossa sociedade” (MADEIRA, 1986: 18)

Argumentamos porém que, uma das razões para que a “identidade jovem” só fosse estendida tardiamente a segmentos juvenis que não se encaixavam no perfil do jovem estudante de classe media, foi por conta deste segmento estar paralelamente sendo construído sob o signo do adolescente em risco. Logo, se no plano conceitual da produção acadêmica da sociologia até os anos setenta é o tema do jovem estudante e revolucionário permanece como foco de análise, no plano das práticas discursivas é a adolescência em risco que vai sendo construída ao longo de todo século XX e que se coloca como questão predominante no debate público:

Depois, durante o último quartel de século passado, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno dos direitos deste segmento. Isso polarizou o debate no que diz respeito a juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância” (ABRAMO, 2005: 38)

Recuperar um pouco da construção de como os jovens das classes menos favorecidas foram construídas no imaginário de nossa sociedade se faz necessário frente a escolha destes atores em nossa investigação, pois queremos situar estes jovens no quadro de uma interrogação sobre a posição que os mesmos ocuparam e ocupam em nossa sociedade na atualidade.

Qual foi o caminho percorrido para que o jovem pobre fosse incluído na caracterização de nossa juventude? Para não abordar a noção da juventude construída no Brasil destituída de seus atributos concretos, torna-se necessário, privilegiar nesta análise, o debate acerca da adolescência em risco, como parte significativa do

fenômeno mais geral da juventude. Desta forma, admitimos a natureza dupla do processo que caracterizou este segmento da juventude: de um lado o processo tardio de inclusão de suas peculiaridades como uma situação específica da juventude no âmbito da produção acadêmica e de outro o deslize semântico que abarcou a juventude na problemática da adolescência em risco.

Estamos chamando de deslize semântico o modo como a problemática da adolescência e da juventude foram tratadas de maneira indistinta em nossas representações sociais. O contexto discursivo das inquietações públicas relacionadas ao medo do crime e aumento da violência contribuíram para esta indistinção. É o que veremos na próxima seção.

O adolescente em risco

Assinalamos que diferenciação conceitual da construção das noções de adolescência e juventude especialmente no Brasil é extremamente difusa, mas é parte integrante do modo como esta última fora construída em nosso pensamento social. Também assinalamos para a importância do tratamento que esta diferenciação recebeu em termos empíricos, ou seja, como aparecem traduzidas no “mundo social concreto”, como uma categoria nativa.

O que é importante salientar é que, historicamente o enfoque dado a adolescência se construiu em uma outra chave explicativa ligada essencialmente à psicologia. A adolescência irá se constituir como campo de estudos da psicologia no início do século XX, e tem como marco a publicação em 1904 do trabalho de Stanley Hall . Segundo Hall, a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano iniciado na puberdade, caracterizada como uma fase de conflitos, a um estado turbulento de transição:

A descoberta da adolescência como problema é, portanto, contemporânea da associação entre *juventude* e *delinquência*. Neste domínio, o marco teórico constitui o modelo *storm and stress* (“agitação e tensão”), formulado originalmente pelo psicólogo americano Stanley Hall, para quem a adolescência era concebida como um período de “agitação hormonal” durante o qual adolescentes tanto requeriam liberdade para dar vazão a seu potencial explosivo quanto reclamavam maior controle para inculcar-lhes disciplina social. (ADORNO, 1999: 64)

Ao que parece a obra de Hall teve uma enorme influência no desenvolvimento de teorias em outros campos do conhecimento como na psicanálise e na pedagogia, além de ser institucionalizada tanto nas escolas, como nas organizações

extracurriculares e o próprio Estado, cujo papel era atender as supostas necessidades específicas dos adolescentes (PIMENTA, 2007: 143).

Muito provavelmente estas ideias tiveram alguma ressonância no Brasil, pois a infância e a adolescência, especialmente a de origem pobre, foram submetidas historicamente a um processo de jurisdicionalização, com ênfase no controle social e disciplinarização desse grupo desde os fins do século XIX. O discurso psicológico provavelmente favoreceu a discussão política que se esboçava em torno do problema.

As legislações que vigoraram no Brasil tendo em vista este segmento social, transparecem que a preocupação se baseou em intentos de regulação social: o Código Mello Matos de 1927 e no Código de Menores de 1979 . Estas legislações que vigoraram no Brasil até 1990 previam que todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos fossem passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Também se cristaliza nestes códigos o paradigma conhecido como a “doutrina do menor em situação irregular” , na qual a categoria “menor” passa a fazer referência menos a idade e mais a designação de uma situação social perpassada pela pobreza, carência e marginalidade.

No contexto da ditadura militar em 1964 é instituída a *Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNBM)* que entra em vigor quando é criada a *Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM*, em 1965 que tinha como missão implantar as diretrizes da PNBM em todo território nacional . No nível estadual estas diretrizes são empreendidas pelas Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor as famosas FEBEMs. A implantação da FEBEM no Estado de São Paulo se deu tendo em vista duas aplicações: a assistencialista (a disciplina em nome da ordem) e a repressora (a disciplina em nome da segurança) (KOMINSKY, 1991:157)

Com o processo de redemocratização do país, desponta o movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Este movimento também está respaldado em um contexto mundial de discussões e avanços dos direitos da criança e do adolescente¹². O silêncio que se impôs ao longo de sessenta e três anos a respeito do Código de Menores se deve certamente a fatores políticos e econômicos que foram rompidos com os novos marcos históricos da Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto da criança e do Adolescente em 1990¹³.

¹² A primeira Declaração dos direitos da criança por exemplo data de 1924.

¹³ Para uma revisão bibliográfica sobre o assunto ver Marques(1999).

Em 1990, a implementação do ECA representou uma ruptura normativa radical com o paradigma da “situação irregular” e, conseqüentemente, com os princípios jurídicos, estatais e com as formas sociais de atendimento que ele demarcava. Na esteira das rupturas trazidas pela Constituição Federal de 1988, e especificamente pelo Artigo 227 dela, que instituiu a “prioridade absoluta” para crianças e adolescentes, o ECA introduz o paradigma da “proteção integral”. Muda-se com isso o quadro de montagem institucional e normativa da questão: aquelas crianças e adolescentes, ao invés de figuradas como “desviantes” passariam a ser compreendidas como sujeitos cujos direitos estão ameaçados ou violados, e que, portanto, devem ser restituídos. A ação estatal se deslocaria, em teoria, da repressão para a proteção especial. (FELTRAN, 2008: 205)

Conforme os novos parâmetros definidos pelo ECA houve uma mudança no nível de conceituação: “numa tentativa de desfazer estereótipos criados a partir da associação entre menor, crime e delinquência, fala-se agora em *ato infracional* em vez de crime, *adolescente* ou *pessoa em desenvolvimento* em contraposição a expressão *menor* ou *delinquente juvenil*” (MIRAGLIA, 2005: 84)

São indiscutíveis os avanços alcançados pelo ECA nesses últimos vinte anos, mesmo que ainda não tenha ocorrido sua total aplicação tendo em vista as constantes violações dos direitos nele previstos. No entanto, o recorte etário previsto no ECA que distingue crianças (de zero a 12 anos incompletos) de adolescentes (12 a 18 anos incompletos) coincidente com os limites da maioridade legal e deixa de fora boa parte do segmento juvenil que está acima desta idade.

Frisa-se que esta problemática não se esgota nos limites de idade em termos de faixa etária, pois como Caccia-Bava Junior (2004) bem colocou há uma certa “miscelânea literária” no próprio texto do ECA e nas atribuições de órgãos do poder judiciário¹⁴ no quais a adolescência e juventude aparecem como “representação simbólica pública institucional de uma mesma personagem”:

Do ponto de vista público estatal, esses dois personagens, adolescentes e jovens, são definidos, no Brasil, de maneira homogênea, comum, indistinta. Em dois momentos da lei maior de proteção especial das crianças e adolescentes, os juristas promovem a identificação formal dos adolescentes e jovens. Essas referências dominantes acabam por obscurecer e criar obstáculos ao estudo da categoria social dos jovens, sob o ponto de vista subjetivo, vale dizer, cultural e político, uma vez que os identificam como grupo de indivíduos em condição homóloga de existência à adolescência, nos aspectos bio-psíquicos e jurídicos. (CACCIA-BAVA Junior, 2004: 44)

Este cenário de imprecisão começa a modificar-se sensivelmente num processo que descreveremos na próxima sessão deste texto. Por hora, é preciso dizer

que o estatuto legal é um marco na forma de conceber crianças e adolescentes na sociedade brasileira como sujeito de direitos e por isso mesmo provocou reações diversas inclusive muito conservadoras. Como alerta Sposito (2003) ocorre ainda uma “convivência tensa” entre a nova concepção de direitos e a insistente visão de um “outro” que não se encaixa nesta proposição e sempre é visto como o “delinquente”, o “perigoso” e o que ameaça a ordem social.

Este debate também é evidenciado na falta de consenso sobre a demarcação etária da adolescência e da juventude, o Ministério da Saúde considera indivíduos entre 13 e 24 anos como a faixa que compreende a juventude. Já a Secretaria e o Conselho Nacional da Juventude trabalham com a delimitação de 15 a 29 anos que também é adotada pelo Estatuto da Juventude. Porém, nesta pesquisa adotaremos o seguinte critério de denominação:

Atualmente, uma das tendências, no interior do debate sobre políticas públicas, é distinguir como dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que a *adolescência* corresponde à primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA), caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento de preparação para uma inserção futura; e *juventude* (ao que alguns agregam o qualificativo *propriamente dito*, ou então denominam como *jovens adultos*, ou ainda *pós adolescência*) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social. (ABRAMO, 2005:8)

O debate em torno dos direitos da criança e do adolescente abriu caminho para a construção da percepção do jovem no Brasil, constituindo uma “herança sociopolítica acumulada” (SPOSITO, 2003) tanto no âmbito acadêmico, ampliando os estudos para além do jovem estudante, quanto nas representações normativas correntes na sociedade civil num movimento que os distingue da adolescência e permitem uma “retomada” da juventude.

A retomada da juventude

Há um consenso entre os estudiosos da juventude que é a partir dos anos 90 que novos temas, novos enfoques são dados ao jovem e este volta a ganhar visibilidade. Esta retomada da juventude no plano conceitual e no plano normativo se deve segundo Abramo (2005) a dois fatores:

Em certa medida, como ampliação da preocupação vigente com a adolescência, na “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos

18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações no plano da política. Por essas duas vertentes começaram a ser demandados, propostos, executados, algumas ações e projetos para esses segmentos, agora sob o termo “juventude”. (ABRAMO, 2005: 39)

No que tange a opinião pública no Brasil, a ótica do problema, que sempre marcou as políticas de controle social, dirigidas indistintamente a crianças, adolescentes e jovens dos “setores populares” continua presente mesmo quando se começa a pensar na categoria jovem, neste momento há pouca compreensão da singularidade da condição juvenil.

Porém, outro debate começa a ser fomentado num contexto mundial no qual uma “agenda jovem” aparece na ordem do dia como parte das discussões políticas sobre o tema da juventude. Um marco desta “agenda jovem” é o ano de 1985 instituído pela ONU como o Ano Internacional da Juventude, a partir daí é adotando um Programa Mundial de Ação para a Juventude que se estende até os anos 2000 em uma série de encontros, conferências e etc em todo o mundo.¹⁵

No Brasil, num primeiro momento algumas ações direcionadas aos jovens começam a ser empreendidas pelas ONGs que já tinham uma atuação na defesa dos direitos da criança e do adolescente, logo estas primeiras ações buscavam alternativas de inserção do jovem que enfrentava problemas engendrados por uma situação de vulnerabilidade como a gravidez precoce, o uso abusivo de drogas, etc. Porém o “paradigma da juventude como etapa problemática” ainda orientava boa parte destas ações. (ABRAMO, 2005).

Mais tarde, já nos anos 2000, entram em cena no Brasil outros atores sociais (ONGs, organismos de cooperação internacional, parlamentares, grupos e organizações juvenis) e novos espaços de articulação (espaços públicos, comissões no âmbito do legislativo¹⁶) para o debate sobre a juventude. Intensifica-se a demanda

¹⁵ Dentre elas: Conferência Mundial dos Ministros Responsáveis pela Juventude, conhecida como a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude, realizada de 8 a 12 de agosto de 1998; o Plano de Ação de Braga para a Juventude, elaborado quando do Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, que teve lugar de 2 a 7 de agosto de 1998; a declaração do Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul, promovido pela CEPAL, BID, UNESCO, INJ e FLAJ, realizado de 9 a 11 de novembro de 1999 (Castro e Abramovay, 2003).

¹⁶ Em 2001 foi instaurada a primeira comissão parlamentar de juventude na Câmara Municipal de São Paulo.

e as discussões sobre políticas públicas para este segmento, núcleos acadêmicos e institucionais realizam pesquisas.

Dentre estas pesquisas destacamos a coletânea de artigos reunidos na publicação “Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas” de 1998. Realizada pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento no âmbito do governo federal, apresenta um conjunto de textos de diversos estudiosos. Nesta publicação encontramos textos que analisam as características sociodemográficas da população jovem e também “falas, testemunhos e depoimentos de jovens pobres ou em situação de risco social” e que participavam de projetos de cunho sócio cultural em Salvador, Bahia.

Os anos de 2003 e 2004 são paradigmáticos em termos da amplitude do debate sobre a juventude no Brasil Abramo (2005) destaca que houveram três processos de diferentes naturezas, mais fundamentais que criaram uma pauta política são eles: a) a criação em 2003, da Frente Parlamentar de Juventude na Câmara Federal que indicou os elementos para a Construção de um Plano Nacional da Juventude e um Estatuto da Juventude b) em 2004 foi criado um grupo de trabalho interministerial que resultou na criação da Secretaria Nacional de Juventude e instituído o Conselho Nacional de Juventude c) por meio do Instituto de Cidadania foram realizados uma série de seminários, oficinas e palestras que reuniu pesquisadores, gestores, organização juvenis com o intuito de elaborar um documento de referência e proposição de políticas públicas.

No plano da produção do conhecimento já é possível perceber alguns deslocamentos já nos anos 80, quando alguns estudos passam a reconhecer a dimensão do mundo do trabalho para o jovem brasileiro e as implicações deste com a escola, com as relações familiares, e com o consumo (MADEIRA,1986). Porém, como afirma Tartuce (2007), muitos destes estudos realizados no âmbito da área da Educação analisam a tríade “jovem- escola-trabalho” apoiados na concepção de um “jovem abstrato” sem levar em consideração a diversidade das situações juvenis.

Porém o tema que emerge mais fortemente na produção acadêmica sobre a juventude com a crise econômica de fins das décadas de 1970 e parte dos anos 80 é o tema das culturas juvenis principalmente aquelas produzidas pela juventude das classes populares. Tendo como cenário a cidade, novas formas de sociabilidade são engendradas a partir das relações entre urbanidade e juventude:

(...) cenários diversos de conflitos e de ações coletivas aparecem nos anos 80 e início da década atual, trazendo outros atores, formas de apropriação e uso do espaço urbano, redes de sociabilidade e novas imagens da conflitividade social na cidade. Nesta conjuntura, o tema da juventude – em especial dos jovens filhos de trabalhadores – torna-se visível, revestido de novas indagações, podendo ser analisado sob vários aspectos. (SPOSITO, 1993: 162)

Um dos aspectos mais privilegiados de análise seria a dos grupos juvenis marginalizados reunidos em torno do *punk*, do *funk* e da cultura *hip hop*. A discussão em torno das “tribos urbanas”¹⁷ e das subculturas juvenis¹⁸ passaram a ser valorizados como produções culturais legítimas mesmo que enredadas na lógica do consumo e da indústria cultural se constituindo também como fenômenos de massa.

Desta forma, ao mesmo tempo em que os jovens apontam no cenário como sujeito de direito, definidos por suas especificidades, também é reconhecido a partir do fortalecimento de suas manifestações culturais e políticas como espaços de construção de identidade e sociabilidade em diversas subculturas juvenis, tornando-as, muitas vezes, um “modelo cultural” para a sociedade como um todo.

Da produção cultural juvenil¹⁹, que ganha visibilidade nesta década podemos citar o emblemático título da obra organizada por Herschmann (1997): *Abalando os anos 90 : funk e hip-hop : globalização, violência e estilo cultural*. O baile funk carioca já havia sido tema do estudo de Vianna (1988), neste momento ele já havia se consolidado no cenário musical e fora associado ao fenômeno das galeras cariocas. Mais tarde, outros autores como Zaluar (1997) e Cecchetto (1997) vão continuar a discussão acerca das galeras cariocas num contexto de violência urbana cada vez mais estabelecida no Rio de Janeiro

É também neste contexto que o jovem negro aparece como tema de estudos sociológicos e antropológicos no Brasil ponto que desenvolveremos mais adiante. A especificidade de uma manifestação cultural por ela produzida o RAP- Rhythm and Poetry (um dos quatro elementos da cultura Hip-Hop) -, surgido no final da década de 80 nos bairros e ruas das periferias de São Paulo, é responsável por uma série de

¹⁷ Para uma discussão em torno deste conceito ver Magnani (1992).

¹⁸ Em linhas gerais, as discussões em torno das subculturas juvenis se dão entre duas concepções distintas no âmbito da sociologia. A primeira delas é defendida por Talcoott Parsons (1902-1972) que considera a existência de uma subcultura juvenil genérica e singular homogeneizadora das manifestações culturais dos jovens. A segunda coloca pela Escola de Birmingham que abandonando a ideia de uma cultura juvenil homogênea aponta para a diversidade que caracterizava as culturas juvenis presentes na Grã-Bretanha na década de 60.

¹⁹ Muitos outros estudos foram produzidos sobre este assunto: Abramo, 1994;; Carrano, 2002; Dayrell, 2005; Herschmann, 1997; 2000; Magnani, 1992, dentre outros.

estudos²⁰ sobre o jovem negro enquanto produtor desta manifestação cultural específica.

Certamente ao longo dos últimos vinte anos a produção de estudos sobre a juventude se diversificou e se complexificou envolvendo outras áreas de conhecimento e novos temas. Em um balanço acerca da produção discente sobre o tema juventude nos programas de pós-graduação no período entre 1999-2006, nas áreas Educação, Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e Serviço Social), Sposito (2009) aponta que nas Ciências Sociais o tema “adolescentes em processo de exclusão social” aparece em primeiro lugar, mas é praticamente equivalente à pesquisa sobre os grupos juvenis, sendo aquele mais intensamente estudado pelos sociólogos e este último pelos antropólogos.

A autora observa ainda que a forma de tratamento dos sujeitos da pesquisa como “adolescentes em processo de exclusão social” é reveladora de que o foco das análises incidiram sobre a faixa etária considerada adolescente, adotando categorias previstas no ECA, concluindo que os estudos que se voltaram para segmentos jovens que alcançaram a maioridade legal mesmo abrangendo a: “foram raros os trabalhos que se preocuparam em investigar aqueles que ultrapassaram os limites da maioridade legal, esboçando um quadro conceitual em torno da categoria juventude (SPOSITO, 2009: 153).

Tendo em vista este rápido panorama das principais abordagens sobre a juventude tanto como tema emergente nos debates públicos quanto em sua retomada como tema de interesse na produção acadêmica, procuraremos situar a presente pesquisa exatamente nos interstícios destas abordagens. Isto é, tomaremos como sujeitos de nossa pesquisa, os jovens que são pouco contemplados nas investigações, contribuindo para o entendimento da condição juvenil e, conseqüentemente, de uma situação juvenil particular, pois “ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas, que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude”(SPOSITO, 2002: 20).

²⁰ Podemos citar estudos importantes como o de Malachias (1996), que discute a visibilidade desta juventude nos bailes black de São Paulo a comparando com juventude negra de Havana. O movimento negro juvenil é tema de estudo de Andrade (1996), tratando mais especificamente de algumas organizações de jovens rappers.

Como já assinalamos anteriormente, falar juventudes no plural, utilizando a distinção entre condição e várias situações juvenis é um avanço na medida em que podemos aproximar de recortes pouco explorados como o do jovem negro. Na próxima sessão faremos um breve panorama de como este recorte tem aparecido nas tanto das pesquisas no âmbito das relações raciais, quanto nas pesquisas sobre juventude.

Outra distinção que operamos está relacionada a nossa busca no entendimento dos múltiplos sentidos relacionados ao *ser jovem* e ao *ser negro* no contexto brasileiro. Uma vez que procurarmos nos aproximar desta multiplicidade nos deparamos com o jovem negro e a juventude negra. Neste estudo os situamos em duas chaves distintas de entendimento: o primeiro como uma situação juvenil diferenciada dentre a juventude brasileira e o segundo como um grupo politicamente organizado em torno de um “carisma de cor” (GUIMARÃES, 2005) e enquanto grupo jovem parte do movimento negro.

1.6 O jovem negro na pesquisa social

A pergunta que deu origem a esta pesquisa parte da constatação de que o jovem negro é tema emergente na produção acadêmica brasileira, tanto no campo dos estudos sobre juventude quanto das relações raciais. Como já assinalamos, é recente a retomada da produção sobre a juventude nas Ciências Sociais e mais incipiente e desafiadoras ainda são as pesquisas que visem cobrir as particularidades vivenciadas pelos jovens como as relações raciais e de gênero (GOMES, 2004).

Paralelamente ao campo acadêmico percebemos que o jovem negro se torna presente na produção de dados estatísticos que apontam para as especificidades deste segmento relacionadas as desigualdades raciais no que tange as estruturas de oportunidades. Esta produção estatística, por sua vez alimenta uma “agenda” do movimento negro brasileiro relacionada a “juventude negra” que surge também como ator político que busca sua especificidade tanto no interior deste movimento quanto nos espaços representativos da juventude. Passemos agora, a analisar como esta categoria social aparece nestes níveis de discurso.

Como nos mostrou Abramo (1997) nos anos 1990 a visibilidade social dos jovens muda e se desloca para “a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas”, mas ainda sim a ideia

do “desvio”, datada dos anos cinquenta e uma certa onda de “pânico moral” pairava no ar visto que a juventude aparecia associada a uma possível dissolução do social.

No entanto, podemos dizer que aos poucos algumas ações coletivas e culturais destes mesmos jovens passaram a ganhar outras interpretações, seja como culturas juvenis expressivas no cenário urbano, seja como dimensão de participação social que buscava outros canais de mobilização que não mais os tradicionais partidos políticos, ou mesmo, estas ações aparecem como articuladoras de identidades e projetos de vida. (PERALVA, 1994)

Neste sentido, os coletivos, as culturas ou os estilos juvenis foram examinados como novos modos de participação jovem no espaço público, mediações capazes de oferecer situações ou suportes para que jovens pobres pertencentes às camadas populares vivenciem a condição juvenil, elaborem novos modos de ser jovem e se constituam em atores ou sujeitos sociais (ALMEIDA, 2009: 138).

Nesta chave de interpretação o Movimento Hip Hop se destaca por sua capacidade mobilizadora entre, num primeiro momento, jovens negros e pobres das periferias de São Paulo e posteriormente como parte do consumo cultural de outras parcelas da população jovem brasileira.

Não cabe no escopo deste texto a análise das diversas abordagens, recortes e ênfases de interpretações que o Hip Hop recebeu desde seu surgimento no Brasil na década de 80, mesmo porque o mesmo não é um movimento homogêneo e coeso (FELIX, 2005). Porém, cabe-nos ressaltar que uma das análises recorrentes diz respeito a dimensão étnico racial deste movimento identificando-o como um movimento gestado predominantemente por jovens negros e mestiços.

Este recorte analítico permite nos aproximar um pouco das construções acerca de como o jovem negro vem sendo tematizado, pois é comum ser destacado “o papel do movimento hip hop na elaboração de estratégias de enfrentamento da exclusão e da discriminação, assim como de construção de novas identidades e de projetos coletivos” (WELLER, 2004: 104) principalmente por meio da música RAP que expressa e combina, em síntese, a condição de ser negro, jovem e excluído (SPOSITO 2004), operando uma “reclassificação simbólica de gerações socialmente desclassificadas” (LENOIR, 1998: 88 apud TELLA, 2006)

Porém, constatamos que os estudos que abordam os jovens que não estão engajados diretamente em movimentos culturais e que talvez não operam esta “reclassificação simbólica”. Talvez porque as expressões juvenis baseadas em

práticas culturais tenham ganhado grande visibilidade no espaço público brasileiro principalmente aquelas ligadas “as classes populares” sendo que algumas, como o Hip Hop, se destacam por suscitarem questões relacionadas as identidades negras entre os jovens:

(...) com poucas exceções, as pesquisas sobre o desenvolvimento sobre identidades negras entre os jovens, no contexto urbano do mundo ocidental, tem-se concentrado na situação dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Nessa situação, os fenômenos da cultura e da identidade negra costumam ser investigados juntamente com novas maneiras de vivenciar a pobreza (“pobreza moderna”) ou com os fenômenos da cultura jovem. (SANSONE 2007: 31)

O enfoque nos movimentos culturais juvenis também está relacionado as suas imbricações com a internacionalização da indústria cultural e como parte importante da produção cultural negra do “Atlântico Negro”, ou seja, a “cultura negra” seria uma “cultura jovem”. Esta ideia vem sendo desenvolvida por alguns autores que investigam alguns movimentos em torno do qual a juventude urbana e negra vem se aglutinando tais como *Funk*, o *Hip-Hop* e o *Reggae*.

Destacamos as pesquisas desenvolvidas por Sansone (1993, 2000, 2007) com jovens moradores de bairros populares em Salvador que procuram se aproximar de como as variáveis classe, raça e juventude operam nas “lógicas de classificação” (CAPRANZANO, 2002: 446) nas quais identidades racializadas são construídas. No contexto baiano, o autor destaca as imbricações entre a cultura negra local, os símbolos negros internacionais e a cultura juvenil que resultam no que ele chamou de uma “nova cultura negra baiana”.

Algumas parcelas das novas gerações baianas seriam portadores de uma de “negritude sem etnicidade” que consiste na afirmação da negritude por meio de símbolos étnicos internacionais sem necessariamente um sentimento de pertença a uma comunidade negra de origem ou por uma consciência em torno de uma ideologia da negritude, sendo um fator mais episódico do que permanente, pois:

Ao criar essa identidade, os negros jovens não só questionam a hegemonia dos brancos, como também discutem a cultura de seus pais e aquilo que identificam como o “mundo do passado” - manifestam o desejo de ser negros e “modernos”. Na verdade, essa etnia, em vez de se impor em lugar de outras identidades sociais inspiradas na idade e na classe, combina o ser preto com o ser jovem e pertencer às classes mais baixas. Trata-se, como a maioria das novas etnicidades no contexto urbano, de uma identidade multifacetada, e não de uma identidade do tipo “ou ... ou” - algo a que Flemming Rogilds (Rogilds, 1993), referindo-se à formação contemporânea da identidade entre jovens de ascendência imigrante na Dinamarca, chamou de “juvenidades” (*youthnicities*). (SANSONE, 2007: 154)

Desta forma, para Sansone a nova identidade negra baiana vem sendo construída a partir de múltiplas identidades juvenis associadas a práticas culturais e de lazer internacionalizadas ligadas a indústria cultural e da moda ao passo que ganham reinterpretações locais. Como um exemplo destas “juvenidades” em Salvador, Pinho (2005) identifica a figura social do *brau* no contexto da reafricanização²¹ desta cidade, ou seja, a construção de uma dada representação social em torno do ser homem, pobre e negro :

Braus foram (são) jovens negros da periferia que re-inventam uma visualidade/corporalidade negra a partir de releituras da ‘cultura’ soul norte-americana e ao mesmo tempo são estigmatizados pela classe média como violentos, de “mau-gosto” e hiper-sexualizados, ou seja, excessivamente ‘negros’ e excessivamente ‘masculinos’, em uma hiperbolização que em certo sentido contradiz com sua estigmatização. (PINHO, 2005: 127)

Porém, outros fatores como a escolaridade e a condição socioeconômica dos jovens são elementos essenciais no jogo de status e códigos necessários para a construção da identidade baseada na ascendência racial, na percepção da discriminação racial e mesmo para o acesso e consumo de certos estilos juvenis:

Os negros mais jovens e mais instruídos são muito mais sensíveis à discriminação racial. Por estarem na etapa da vida em que a personalidade se molda, eles são curiosos sobre a exploração de estilos de vida e de regiões da cidade que vão além das fronteiras geográficas e simbólicas de sua própria comunidade. Suas redes sociais são mais variadas e multifacetadas (Sansone, 2007: 153)

Esta constatação de Sansone em relação aos jovens mais instruídos quem tem uma maior circulação por diferentes espaços vêm de encontro a seu enunciado²² de que a cor do individuo ganha relevância em relação a alguns momentos e “áreas” das relações sociais e de poder. São estas: as “áreas duras das relações de cor” que consistem na procura por trabalho e no próprio trabalho, no mercado matrimonial e das paqueras, e no contato com a polícia e as “áreas moles” geralmente relacionadas ao lazer e a espaços de sociabilidade em que a cor não é um obstáculo ou é valorizada em espaços negros por excelência como os blocos afro e os terreiros de candomblé.

²¹ Segundo o autor esta reafricanização é entendida : como a nova inflexão dada à agência (*agency*) social, política e cultural afrodescendente em Salvador, marcada pelo uso de símbolos ligados à africanidade e por uma interação determinada com a modernização seletiva brasileira, caracterizada, ao mesmo tempo, pela conexão desterritorializada com fluxos simbólicos mundiais e da diáspora. (Pinho, 2005: 127)

²² Sansone, 1996.

Pesquisa recente (Cecchetto e Monteiro, 2006) realizada com jovens negros moradores de favelas e bairros populares do Rio de Janeiro a fim de verificar as percepções destes acerca das situações de preconceito, corrobora com a ideia de que o preconceito e a discriminação ocorrem em determinadas situações localizadas nas “áreas duras” como o mercado de trabalho, e a circulação destes jovens por locais públicos como os *shopping centers* e agências bancárias.

Esta pesquisa também aponta para as interfaces entre raça, classe, gênero e local de moradia no que tange a percepção dos jovens nas situações de discriminação. A vivência de múltiplas discriminações faz com que a percepção da discriminação racial seja sempre relacionada a outros fatores tais como “condição sócio econômica” e local de moradia, ou seja, estes fatores estão sempre interligados e indissociados “produzindo processos simultâneos e variados”.

Com base nos depoimentos dos jovens as autoras também afirmam que há uma heterogeneidade nas vivências das discriminações, sendo que uma das que mais chama atenção é a “invisibilidade do componente racial nas situações de discriminação vivida pelas mulheres” e que para os homens negros e pobres moradores de áreas urbanas há maior percepção do componente racial nas situações discriminatórias.

De fato, como as pesquisas acima citadas constatarem, há múltiplas formas de se vivenciar e definir a juventude e também há múltiplas formas de ser jovem e negro e construir uma identidade positiva baseada na pertença racial neste momento do ciclo de vida é que está sempre aparece condicionada por outros fatores tal qual a escolaridade, classe social, local de moradia, gênero, redes de sociabilidade dentre outros.

Dando continuidade ao nosso intento de nos aproximar de como o jovem negro vem sendo tematizado, podemos dizer que além da dimensão da produção cultural de estilos juvenis outra “porta de entrada” para o tema é o debate sobre o acesso dos jovens negros ao ensino superior e a sub-representação deste segmento na universidade principalmente no que concerne as políticas de ação afirmativa. Alguns estudos vêm sendo produzidos a fim de acompanhar o impacto desta política adotada por algumas universidades brasileiras, assim como as trajetórias, expectativas dos jovens negros que ingressaram nas universidades por meio das cotas raciais.

A revisão desta literatura não caberia no escopo deste texto, porém é importante assinalar que o jovem negro que acessa a universidade constitui uma

parcela muito pequena do universo da população jovem e negra brasileira que possuem os requisitos mínimos como por a conclusão do Ensino Médio, além de outros fatores, que contribuem para a sub-representação de negros neste nível de ensino apontados por Guimarães (2003): pobreza, baixa qualidade do ensino público e falta de apoio familiar.

De fato, importantes pesquisas como *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*, realizada pelo Ipea demonstram como a educação é um importante fator para a reprodução do ciclo de desvantagens cumulativas vividas pelos jovens negros:

(...) a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações. (HENRIQUES, 2001: 26).

Este tipo de estudo também vem contribuindo para a identificação dos jovens negros como uma faixa estatística com características sociodemográficas específicas e evidenciam as desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) expressas em indicadores sociais que apontam a reprodução das desigualdades raciais neste segmento da população que representa 52,9% dos 51,1 milhões de jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos²³. Falaremos um pouco deste tipo de estudo na próxima sessão.

A produção de dados sobre os jovens negros

A produção de dados quantitativos acerca de diversos aspectos relacionados a vida do jovem negro tem sido importante para subsidiar discussões acerca da necessidade de políticas específicas para este segmento e reforçado o debate em torno desta situação juvenil específica. Dentre esta produção, destaca-se os números concernentes a vitimização dos jovens por homicídio e os estudos que se detêm na

²³ Segundo dados da Pnad/IBGE demonstrados na pesquisa Juventude e Políticas Sociais no Brasil, Ipea, 2008. Ainda nesta pesquisa encontram-se outros dados: os jovens pobres são majoritariamente não brancos (70,3%), o número jovens negros analfabetos entre 15 e 29 anos é quase três vezes maior que o de jovens brancos, dentre outros indicadores.

análise destes dados segundo a raça/ cor apontando para o fenômeno da sobrevivitização do jovem negro:

Quando analisadas exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino foi de 63,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para os jovens pretos esta taxa foi de 135,3 e para os pardos, 122,8. Considerando-se apenas a faixa etária de 18 a 24 anos, o grupo mais vitimado entre os jovens, a juventude branca do sexo masculino apresenta taxa de mortalidade por homicídios de 74,3 para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto para os jovens pretos esta taxa é de 163,1 e para os jovens pardos, de 145,5 – ou seja, para cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois jovens negros. (IPEA, 2009: 32)

Destacamos também as várias edições²⁴ do estudo *O mapa da violência: os jovens do Brasil* realizado pela primeira vez como uma parceria entre Unesco, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Instituto Ayrton Senna já em 1998. Porém, as informações referentes a cor/raça necessárias para este estudo tem com fonte o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde que só começou a processar as informações referentes a raça/cor em 1996, sendo que, só em 2001 estes dados passaram a ser mais completos e incorporado nesta série de estudos.

A edição de 2010 do mapa²⁵ se detém na análise do fenômeno do homicídio em todo o Brasil analisando os dados segundo as regiões brasileiras, os coortes de idade de dos grupos de cor. Ao analisar os dados da faixa etária entre 15 e 25 anos e ao comparar os números de homicídios entre jovens brancos e negros este estudo conclui: “a brecha histórica de vitimização negra se incentiva drasticamente no quinquênio: Em 2002 morriam proporcionalmente 58,7% mais negros do que brancos. Se esse já é um dado grave, em 2004 esse indicador sobe mais ainda, para 85,3%. E em 2007 o índice atinge 130,4%” (Waselfizs, 2010, pg 120).

Outra importante fonte de dados sobre a população brasileira e que têm fornecido dados referentes ao jovem negro são as análises do Instituto de pesquisa Econômica aplicada (Ipea) que tem como os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizadas anualmente.

²⁴ São elas: O Mapa da Violência: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998. Mapa da Violência II-os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000. Mapa da Violência III- os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDJ, 2002. Mapa da Violência IV-os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2002. Mapa da Violência 2006-os jovens do Brasil. Brasília, OEI, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2006.

²⁵ Esta pesquisa fora realizada com o apoio Instituto Sangari.

Em 2005 no boletim “Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise” fora publica o ensaio de Bento e Begin “Juventude Negra e Exclusão Radical”, no qual, após apresentar alguns dados sobre as condições de vida dos jovens negros referentes aquela época aponta a permanência das desigualdades raciais como “resultado não somente de discriminação ocorrida no passado, da herança do período escravista, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios” (Bento e Begin, 2005: 125).

Durante a Conferência Nacional da Juventude ocorrida em Brasília no ano de 2008, foi lançado o texto *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Já na introdução alguns dados comparam as diferenças de oportunidades entre jovens negros e brancos e o capítulo “Juventude negra e Educação Superior” se detém na análise dos dados referentes ao ingresso de jovens negros na universidades por meio de políticas de ação afirmativa e do Programa Universidade Para Todos (Prouni).

Importantes *surveys* nacionais sobre a condição da juventude também tem dedicado um espaço para a dimensão racial. Destacamos a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” realizada em 2003 como parte do Projeto Juventude, por ser até em então a mais abrangente pesquisa quantitativa nacional sobre o tema. Na publicação dedicada a apresentação e análise dos resultados, o capítulo “A juventude negra” apresenta algumas comparações das respostas dos jovens negros e brancos concernentes a dimensões de lazer, violência, trabalho dentre outras. Porém, o quadro comparativo de análise não é muito aprofundado e não nos oferece uma abordagem densa dos resultados.

O que chama atenção nesta pesquisa, é o fato de que mesmo havendo desigualdades raciais em dimensões essenciais da vida como o estudo e o trabalho, há muitas similitudes e pequenas diferenças de opinião entre os jovens segundo a cor.

Outra pesquisa que apresenta alguns dados sobre os jovens negros no Brasil foi desenvolvida a partir do projeto *Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional* coordenada pelo IBASE e pelo Instituto POLIS. No relatório nacional “Pesquisa sobre juventudes no Brasil” com base nos dados colhidos em 2008 encontramos interessantes apontamentos sobre a autodefinição racial de toda população brasileira que, comparativamente aos resultados obtidos pela PNAD de 2007, têm se declarado mais como pretos, e para os jovens temos os seguintes dados:

Essas diferenças se acentuam no estrato juvenil: a porcentagem dos que se

declaram brancos cai para 37,5%, e aumenta principalmente o grupo daqueles que se declaram pretos, que chega a 16,2%. Isso pode estar indicando uma tendência de transformação cultural na sociedade brasileira, representada por uma maior potencialidade para a auto-afirmação racial diferente da de “branco”.

Se observarmos as diferentes coortes geracionais, veremos que é maior a porcentagem dos que se definem como pretos quanto mais jovem a faixa etária. Essa mudança já foi observada também em outros estudos, como em Corrochano et alli, que arrisca a hipótese de um “reflexo da crescente visibilidade da importância da questão racial no país e das políticas afirmativas, que estimulam sobretudo os mais jovens a identificarem-se como negros”. Podemos acrescentar também a possibilidade de que os movimentos culturais de jovens negros, que ganharam importância no país nos anos 90, tenham contribuído para a ampliação da auto-valorização desse segmento. (ABRAMO, 2008: 8)

Quando os entrevistados foram perguntados sobre os dois maiores problemas para se viver o futuro, o preconceito e a discriminação aparecem em quarto lugar, atrás da violência, educação/trabalho e da pobreza. O preconceito e a discriminação foram mais citados como um dos maiores problemas da juventude pelos entrevistados negros (jovens e adultos negros), no entanto, se olhado as diferenças geracionais, foi mais citado pelos jovens brancos do que pelos adultos negros. A diferença geracional aponta, segundo o relatório, para um ganho de importância da questão racial ganha entre os mais jovens mesmo os brancos.

Ainda nesta pesquisa quando perguntados sobre a vivência de vários tipos de discriminação, os que se autodeclararam pretos ou pardos, apontam que, para além da discriminação racial, sofreram discriminação relacionadas ao fato de serem pobres, referentes ao local de moradia e a aparência física. Sendo que a aparência física aparece com mais frequência nas respostas dos jovens negros que entre os adultos negros ou os jovens brancos.

Estes resultados se aproximam daqueles encontrados pela pesquisa qualitativa, citada anteriormente, empreendida por Cecchetto e Monteiro (2006), principalmente no que tange a identificação pelos jovens negros das múltiplas causas de sua discriminação. Sabemos que a aproximação da pesquisa qualitativa da quantitativa deve se dar num movimento de relativização mútua, principalmente nos estudos que abordam a questão racial, que expressa uma grande margem de subjetividade. Desta forma, com esta pesquisa buscaremos contribuir com o entendimento da dinâmica das questões raciais para um grupo muito específico de jovens, buscando contribuir para o entendimento das intrincadas relações entre o pertencimento racial, local de moradia, condição racial destes.

A juventude negra

Estes dados têm subsidiado algumas discussões trazidas a público pelo movimento negro, principalmente por meio da voz da própria juventude negra organizada. A situação dos jovens negros em relação às várias dimensões de desvantagem social presentes nas estatísticas tem sido interpretada e denunciada como uma *exclusão radical* (Bento e Beghin, 1995), , *extermínio* (Santos e Borges, 2005), ou mesmo, como *genocídio* (Góes, 2008).

O movimento negro como um movimento plural tem agregado a articulação de jovens negros em seu interior desenvolvendo linhas de ação para o apoio e potencializarão da participação pública destes jovens em diversas esferas. Ao lado das discussões sobre ações afirmativas e o acesso de jovens negros à universidade a questão da sobrevivência do jovem negro tem ganhado cada vez mais espaço como uma bandeira deste movimento.

Não podemos precisar quando ocorre organização do grupo “juventude negra” no interior do movimento negro, mas destacamos a *Marcha Zumbi + 10* ocorrida em 2005, como um ato público significativo em que, dentre outras ações, foram colocadas diversas cruzes em frente ao palácio do planalto representando a morte violenta de jovens negros. Foi também nesta ocasião que a campanha “*Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!*” foi lançada em âmbito nacional como denúncia do “genocídio” dos jovens negros brasileiros.

No ano seguinte, foi inaugurado o “*Escritório de Garantia de Direitos da Juventude Negra de Salvador*” uma parceria entre o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e o UNICEF, com o intuito promover o diálogo com os jovens de comunidades de baixa renda, que são o público-alvo do projeto, sobre o enfrentamento da violação de direitos.

Em 2007, na cidade de São Paulo foi realizado o Seminário “*Juventude Negra: preconceito e morte*” no Memorial da América Latina pelo Instituto de Saúde do Estado de São Paulo (IES-SP). Neste encontro, foram trabalhados temas como a reconstrução histórica do preconceito no Brasil e a sua relação com os jovens negros, a relação desta juventude com o “processo de criminalização” e de uma “identidade criminosa”, a violência policial e o alto índice de homicídio entre os jovens negros.

Contou com a participação de especialistas como Marisa Feffermann e Kabenguele Munanga, com participantes do movimento negro e de organizações que

discutem a questão racial, com educadores e artistas . No bojo deste encontro também estava a campanha "*Mano não morra, não mate*" lançada pelo MNU em 2000 e que contava com o apoio de outros setores da sociedade inclusive do grupo de rap Racionais MC's .

O I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), realizado em 27, 28 e 29 de julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas- BA foi fruto de uma articulação nacional e resultou no Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE):

O Fórum Nacional de Juventude Negra é um espaço composto por organizações, coletivos, grupos, articulações e setoriais de juventude negra, estrutura-se de forma plural, suprapartidária, afro centrada e sem vínculos religiosos. A iniciativa referencia-se nas resoluções do I Encontro Nacional de Juventude Negra, realizado em julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas-Ba, visa manter uma articulação permanente entre os(as) jovens negros(as) com a finalidade de construir uma sociedade sem racismo, machismo, homofobia, intolerância religiosa ou qualquer outro tipo de opressão. O Fórum vem atuando desde a sua origem no debate sobre segurança publica levando para os espaços de discussão a denuncia do extermínio da juventude negra, bem como propostas de superação deste quadro.

O FONAJUNE é estruturado a partir de fóruns estaduais. Em São Paulo, o Fórum Paulista de Juventude Negra, foi realizado na cidade de São Carlos no final de 2007 O encontro aconteceu nas dependências da Universidade Federal de São Carlos e na ocasião foi lançado o livro *Racismo e Sociedade* de Carlos Moore.

Ele também possui representação no *Conselho Nacional de Juventude* (CONJUVE criado em 2005) por meio do Grupo de Trabalho sobre Juventude Negra e Políticas Públicas e em 2009 lançou a “Campanha contra o extermínio da Juventude negra” em Salvador. Neste mesmo ano, houve a discussão deste tema em uma audiência pública da CPI da violência urbana em Brasília na qual foram convidados para deporem Vilma Reis e Marcelo Paixão, pesquisadores do tema.

Ao enumerar todas estas iniciativas de mobilização em âmbito nacional em torno do jovem negro queremos demonstrar como este tema e como a “juventude negra” enquanto grupo organizado está na ordem do dia na agenda militante do movimento negro e como também vai gradualmente se tornando presente nas agendas das discussões sobre a juventude.

Neste ponto voltamos a importância dos grupos juvenis como os organizados em torno do Hip Hop, com atuação no plano da cultura, mas também com ações e discursos no plano da vida comunitária que expressaram questões referentes a situação juvenil, neste caso dos jovens negros e pobres e moradores das periferias das grandes metrópoles, que ainda não vinham sendo debatidas por outros atores sociais.

O diálogo entre setores da juventude e movimentos sociais vem ocorrendo cada vez mais e os jovens negros que atuam na esfera da cultura tem cada vez mais espaço de diálogo dentro do movimento negro:

Por exemplo, os grupos de hip hop travam “debates” e disputas “conceituais” com setores do movimento negro, por exemplo, a respeito da própria definição identitária e do sentido de sua especificidade. E logram pautar, para estes movimentos, a importância da singularidade da juventude dentro da luta racial. Nesse sentido, torna-se cada vez mais expressivo o fato da juventude reivindicar no interior dos movimentos sociais espaços específicos de discussão e pautas também específicas. Um exemplo desse processo é a criação de organizações de jovens feministas, no interior do movimento de mulheres, a articulação de jovens negros, no interior do movimento negro. (ABRAMO, 2005: 27)

Há que se pontuar que a organização do primeiro Encontro Nacional de Juventude Negras (ENJUNE), em 2007, está inserido numa conjuntura em que muitos atores juvenis estavam vindo a cena no debate nacional para colocar suas demandas específicas. Por exemplo, no ano de 2008 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Juventude, reunindo mais de 2000 jovens que visavam delinear uma “política nacional de juventude”. Também em 2008 alguns coletivos juvenis já existentes realizaram ações no interior de outras organizações, como a realização do primeiro Congresso da Juventude do PT e a constituição da Secretaria de Juventude da CUT.

Apesar de serem fenômenos importantes, a organização de jovens negros em coletivos como a “juventude negra” ou em movimentos culturais que mobilizam algum discurso em torno do pertencimento racial o interesse central desta pesquisa está na abordagem dos jovens que não estão organizados em torno de movimentos que pressupõem a mobilização de um discurso identitário.

Como já mencionamos, a juventude negra está organizada politicamente como grupo em torno de um “carisma de cor” (Guimarães, 2005), em torno da construção de um sentimento étnico particular e de sua singularidade enquanto grupo juvenil. Este sentimento de pertença étnica e mobilização política não é extensivo a todo conjunto da população que também pode ser identificada como jovem e negra. É este

ponto que nos interessa investigar. Dada a múltiplas identidades sociais que um indivíduo jovem e negro pode assumir resultando em intersecções e em pertencimentos múltiplos, interessa-nos saber como se dá o processo de construção destas identidades sociais entre jovens negros e pobres e como o pertencimento racial é articulado por estes jovens.

Retomando a discussão sobre os jovens negros ao longo desta sessão, mostramos como ainda é incipiente os estudos que abordam as suas especificidades. As pesquisas realizadas com os jovens negros pertencentes as “classes populares” vêm demonstrando que maior escolaridade e situação socioeconômica mais estável são elementos fundamentais para a auto identificação racial como “negros” e para a percepção do preconceito racial em nossa sociedade .

Isto parece resultar do fato de que estes jovens que fazem parte de um grupo (racial) negativamente avaliado na escala de prestígio social experimentam situações em que esta posição fica mais explícita, como, por exemplo, de maior circulação pelas “áreas duras” das relações raciais e, a partir destas vivências, passam a interpretar suas experiências objetivas e subjetivas tendo em vista seu pertencimento racial. Estes estudos também apontam que as múltiplas causas de discriminação vivenciadas pelo jovem são percebidas como decorrentes de sua condição socioeconômica e seu local de moradia.

Com base nestes apontamentos realizei o presente este estudo a fim de contribuir para este debate. Para tanto escolhi trabalhar com jovens que tem em comum a experiência de viverem em um dos distritos mais vulneráveis do município de São Paulo, o Jardim Ângela e o Jardim São Luis, buscando analisar em que medida discursos relacionados ao ser negro, pobre e morador da periferia, aparece segundo os diferentes níveis de escolaridade, grupos de idade, condição econômica, sexo , etc.

Tendo em vista heterogeneidade das situações juvenis, procurarei nos aproximar do que significa ser jovem neste contexto, quais as diferentes percepções e definições destes jovens acerca de seu pertencimento racial e das desigualdades sociais. Para isto passarei a descrever detalhadamente quais são as especificidades desta situação juvenil, em que contexto social estes jovens estão inseridos tarefa do próximo capítulo.

2. Os enfoques sobre a vulnerabilidade social

Inicialmente, é preciso mencionar o fato de que as nomenclaturas conceituais que procuram dar conta da precariedade vivida por grande parte da população em países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil, tais como *exclusão* e *marginalidade* têm larga tradição nas ciências sociais e, muitas vezes, transcendem o mundo acadêmico, passando a adquirir significados diversos.

O mesmo ocorre com o termo *vulnerabilidade*, que está muito em voga nas pesquisas, pois "parece ter substituído, de alguma forma, as análises em termos de classe, aquelas forjadas a partir do dualismo 'inclusão/exclusão' e as que nomeiam condições e situações de vida como sendo de 'risco'". (SPOSITO, 2009: 131).

Assim, apontaremos brevemente para dois enfoques/tradições que trouxeram o termo vulnerabilidade para o centro do debate.

O primeiro está inserido em um debate sociológico datado do final do século XX, e que buscou entender as mudanças pelas quais algumas sociedades europeias, em particular a sociedade francesa, estavam passando. O segundo diz respeito às abordagens que buscavam alternativas explicativas aos limites apresentados pelos estudos sobre a pobreza e que contemplassem outros tipos de desvantagem social. Esses estudos se tornaram sistemáticos para a análise desses fenômenos em países da América Latina no final dos anos 1990, e vêm sendo utilizados na caracterização de alguns grupos, como o dos jovens.

“A retomada da vulnerabilidade”

Para dar conta dessa complexidade, Castel elabora o conceito de “zonas” de coesão social. Essas “zonas” são a combinação do lugar ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho, em sua participação em redes de sociabilidade, e em sistemas de proteção social. Assim, essas “zonas” no espaço social fazem com que os indivíduos se distribuam em um “*continuum* de posições”.

Demonstrando a forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência, o autor demonstra que, “a composição dos equilíbrios entre essas “zonas” pode assim (...) servir como indicador

privilegiado para avaliar a coesão de um conjunto social em um dado momento” (Castel, 1998: 24).

A primeira delas a “zona de filiação”, é ocupada por indivíduos que ainda gozam das garantias ligadas ao trabalho e ainda pode contar com redes de sociabilidade sólidas. A segunda, a “zona de vulnerabilidade” compreende uma faixa da população que experimenta a insegurização por ser atingida pela desqualificação em massa que os leva a manter relações trabalhistas precárias e vínculos sociais também frágeis. Os indivíduos que se encontram na “zona de assistência” ainda encontram respaldo nas proteções e em suas redes de sociabilidade.

De acordo com Castel, a zona mais crítica é a “zona de desfiliação”, pois encontra-se aí os indivíduos sem perspectiva de trabalho e com forte tendência ao isolamento social. O termo “desfiliação” dimensiona este novo dado contemporâneo: a presença aparentemente mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social, e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado (CASTEL, 1998: 23). Mas é preciso atentar para o seu caráter mutável e instável:

(...) desfiliação significa perda de raízes sociais e econômicas e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes, inúteis e desabilitados socialmente. Não se trata, alerta o autor[Castel], de um estado ou de uma condição, mas de um percurso que é preciso constantemente perseguir para delinear suas múltiplas metamorfoses, pois a questão social só pode ser equacionada do ponto de vista histórico, por conseguinte, dinâmico, mutável e contraditório. (KOWARICK, 2003: 73)

Assim, para Castel, a vulnerabilidade social é uma zona intermediária, que não é rígida, mas instável, e que combina a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Assim como as outras “zonas” não são estáticas, a zona de vulnerabilidade possui fronteiras móveis. Porém, para o autor, a zona de vulnerabilidade ocupa uma posição estratégica, pois é um espaço instável, turbulento e está constantemente alimentando a zona de desfiliação.

A referida “retomada da vulnerabilidade”, segundo Castel (1997), se deu nesta conjuntura de precarização do trabalho e da fragilização dos apoios institucionais. Anteriormente, a vulnerabilidade estaria estabilizada pela generalização de uma situação salarial e do pleno emprego na França. Até a metade dos anos 1970 as situações de não integração social eram tratadas como um fenômeno de exclusão, eram tidas como exceções. Porém, a partir do momento em que os desfiliados e/ou excluídos passaram a representar uma situação coletiva, estas não podiam ser mais

consideradas fora do “social”. Além do que, sob a palavra “excluídos”, haveria uma série de pessoas que se encontrariam em situações diversas:

“Os excluídos” são coleções (e não coletivos) de indivíduos que não têm nada em comum a não ser partilhar uma mesma penúria. São definidos numa base unicamente negativa, como se fossem elétrons livres completamente dissocializados. Portanto, identificar sob o mesmo paradigma da exclusão, por exemplo, o desempregado há muito tempo e o jovem de periferia em busca de um improvável emprego, é provocar o impasse de que eles não têm o mesmo passado, nem o mesmo presente, nem o mesmo futuro, e que suas trajetórias são totalmente diferentes. É agir como se eles tivessem fora do social”. (CASTEL, 2005: 49)

Frente à heterogeneidade da situação de precarização, inscritas em um quadro cada vez mais complexo, o conceito de exclusão social se mostrou insuficiente e rígido. O modelo construído por Castel tenta dar conta desta complexidade recorrendo à ideia de vulnerabilidade justamente como uma “zona instável” e como um lugar social em que podemos encontrar situações heterogêneas de vivência desta vulnerabilidade.

Sem dúvida nenhuma, há que se guardar as devidas proporções na utilização e na adaptação da contribuição teórica de Castel sobre vulnerabilidade para a análise do caso brasileiro, que possui uma configuração histórica totalmente diferente. No entanto, nos cabe perguntar em que medida não há similaridades e diferenças no que tange às consequências deste processo global do aumento da insegurança social, e como as diversas juventudes, com suas especificações nacionais, se inseriram neste contexto.

O próprio Castel (2008), ao analisar o lugar social destinado a uma parcela da juventude francesa “os jovens da periferia” - descendente dos imigrantes da primeira geração, moradores da *banlieue* e que estavam no centro dos episódios de violência urbana ocorridos em outubro de 2005 na capital parisiense -, fala da intrincada relação entre pertença étnica, pobreza, local de moradia e desemprego, que levam estes jovens a serem “símbolos da inutilidade social e da periculosidade”, e “revelam a relação contraditória que a sociedade francesa tem com a questão étnica”.

Novamente, assinalamos as enormes diferenças históricas, sociais e políticas que separam as realidades da França e do Brasil, principalmente no que tange ao acesso da maioria da população aos direitos sociais. Uma das singularidades do caso francês está no fato de que estes jovens não podem ser considerados “excluídos” da dinâmica social, não estão fora nem dentro, e sim “às margens” do mundo social, pois

gozam de prerrogativas de pertença à sociedade francesa: a cidadania política e a cidadania social (proteção contra os principais riscos sociais). Porém, recebem um tratamento diferenciado, descrito por Castel como a “discriminação negativa”, esta:

(...) marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado em uma característica que não se escolhe, mas que foi inculcada por outra pessoa, causando uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, sendo constituída como fator de exclusão. (Castel, 2008: 14)

Alguns jovens do contexto social francês descrito por Castel encarnam a um só tempo a problemática da insegurança social e da consequente insegurança civil como o “núcleo da questão social”. Assim, é possível que este fenômeno seja correlato a outros contextos nacionais em que “a diabolização da questão das periferias, e particularmente a estigmatização dos jovens da periferia que se assiste hoje, depende de um processo de deslocamento do conflito social que poderia efetivamente representar um dado permanente na problemática da insegurança” (Castel, 2005: 55).

O modelo construído por Castel está inscrito nas especificidades históricas de sociedades que viveram a condição do pleno emprego e do *Welfare State*, e é centrado especificamente no caso francês. Entretanto, suas análises contribuíram para que a vulnerabilidade se tornasse uma categoria chave para entender os processos em que segmentos sociais sem estabilidade, sem garantias de direitos e de proteção social, fossem entendidos para além da chave da “exclusão”.

No que se refere ao caso brasileiro, faz-se necessário apontar que a juventude vem ganhando um espaço “historicamente inédito” (Novaes, 2009) na questão social. Isto porque o país vem experimentando mudanças estruturais que complexificam e singularizam a realidade dos jovens. Nos últimos anos, assistiu-se à configuração de “uma identidade social para o país mais inclusiva” (IPEA, 2009) relacionada à queda na pobreza devido a reduções no grau de desigualdade (Barros et al. 2007); aumento da geração de emprego formal; a implementação de uma política de inclusão social com diversos programas de transferência de renda que, somadas a políticas focadas no segmento juvenil, como a recente Política Nacional de Juventude, tiveram ressonâncias positivas para o segmento juvenil.

Desta forma, a presente pesquisa tem como cenário estas mudanças estruturais em toda a sociedade brasileira que, em conjunto com novos enfoque e múltiplas ações

dirigidas à juventude, definem um momento diferenciado de sua inserção nas várias esferas sociais. Neste diálogo com os novos enfoques destacam-se os estudos sobre juventude e vulnerabilidades sociais.

Sabemos que a discussão sobre pobreza e desigualdades em diversos países da América Latina se inicia no momento da diversificação e crescimento da pobreza nestes países, a partir dos anos 1980. A categoria *vulnerabilidade social* começa então a ser mobilizada em alguns estudos, tendo em vista a necessidade de buscar outras explicações que dêem conta dos desafios desta conjuntura.

Aos poucos, a construção conceitual e interpretativa da vulnerabilidade social começa a ser utilizada como estratégia analítica em estudos sobre a juventude. A chamada “vulnerabilidade juvenil” tem sido uma noção norteadora de estudos e programas sociais, muitas vezes em substituição a termos generalizantes como “adolescentes em situação de exclusão”, pois permite reconhecer a diversidade que caracteriza o grupo juvenil, e cotejar fatores agravantes de vulnerabilidades, como os preconceitos e as discriminações, que atingem de forma significativa, jovens negros.

Em nosso estudo o enfoque da vulnerabilidade social ajudará a nos aproximar do cenário em que os jovens analisados na pesquisa de campo estão inseridos, assim como nos permitirá enxergar as heterogeneidades de percepção desta “vulnerabilidade”, dada pela caracterização do distrito em que vivem, entre jovens brancos e negros.

Na próxima seção faremos um breve resgate dos estudos latino-americanos que começam a utilizar o enfoque da vulnerabilidade social, para depois aprofundarmos alguns de seus aspectos relacionados à juventude.

A vulnerabilidade social e a juventude

O conceito de vulnerabilidade social começou a ser trabalhado primeiramente no âmbito de organizações internacionais, sendo que um dos primeiros trabalhos foi realizado sob a coordenação de Caroline Moser para o Banco Mundial. Estes estudos levarão a construção do marco analítico chamado *asset vulnerability framework*, e estavam interessados em observar as estratégias que os domicílios pobres desenvolveram para enfrentar situações de crise:

Durante la década de los noventa, el desarrollo del marco “activos vulnerabilidad” o del asset-vulnerability-framework, para expressarlo em su terminologia original, se volvió una de las ideas mas novedosas de la literatura que estudia el fenómeno de la pobreza en las sociedades contemporáneas y en particular, en los países de la periferia. En su concepción inicial, el nuevo marco estuvo orientado por el interés en demostrar las potencialidades de un abordaje acerca de los recursos que pueden movilizar los hogares o los individuos, sin circunscribirlo a la noción de capital en terminos exclusivamente economicos o monetários. (FILGUEIRA, 2001: 2)

Posteriormente, um grupo de estudiosos latinos, que fazem parte da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), desenvolveram o paradigma “activos-vulnerabilidad”, a fim acompanhar os efeitos dos processos de transformação dos modelos de acumulação e desenvolvimento da região que estavam afetando o acesso das pessoas às fontes de bem-estar e caracterizam o “mal-estar-latino-americano” como consequência da globalização (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006).

Mas o que estes estudos entendem por vulnerabilidade? Face a eventos adversos (sejam ambientais, econômicos, fisiológicos, psicológicos, legais e sociais) a vulnerabilidade se aplica às pessoas, famílias, comunidades que possuem baixa capacidade para enfrentar situações de risco. Por exemplo, tomando como unidade de observação os domicílios, esta abordagem define que os domicílios que estão em situação de vulnerabilidade são aqueles que não possuem recursos suficientes, neste caso chamados de ativos, para aproveitar as estruturas de oportunidades de acesso ao bem-estar que uma determinada sociedade dispõem.

Este enfoque define a vulnerabilidade por meio de um olhar multidimensional para: a) as diversas unidades de análise: indivíduos, famílias e as próprias comunidades; b) os recursos materiais e simbólicos dos atores chamados nestes trabalhos de ativos; c) a relação entre as estruturas de oportunidades e as estratégias de uso dos ativos buscando identificar “os recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, lares e pessoas” (VIGNOLI, 2001: 58).

Segundo os autores, as estruturas de oportunidades mais importantes para o acesso aos ativos são as que surgem do funcionamento do Estado, do mercado e da comunidade. O Estado possui as fontes mais significativas para a acumulação de ativos para a população urbana e pobre, por meio de suas múltiplas funções seja como a) estruturador das relações entre as outras fontes de ativos; b) como empregador direto ou indireto c) regulador das outras fontes de ativos ou d) regulador entre o regime de bem-estar e as situações de risco. A comunidade ou sociedade civil destaca-se três tipos de estruturas de oportunidades: a) as redes políticas; b) as

famílias; c) as redes extrafamiliares na comunidade. O mercado de trabalho, assim, configura-se como a mais importante fontes de ativos por meio do emprego gera o rendimento, o consumo e a poupança .

Desta forma, considerando as contribuições destes autores, as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade de enfrentar determinadas situações de risco, e acessar a estrutura de oportunidade gerada pelo mercado, pelo Estado ou pela comunidade. Como vimos, a categoria “*jovens em situação de risco*” é muito mobilizada literatura que trata da juventude, faz uma referência ampla às diferentes situações de risco a que estariam expostos os jovens e, muitas vezes, é tomada como um dado da realidade. Os riscos associados à juventude são muitos, vão desde a falta de acesso ao lazer e à educação, até a exposição a conflitos violentos e a doenças como o HIV. Desta maneira, estar em “situação de risco” pode se referir a situações bastante diversas.

O conceito de vulnerabilidade é ferramenta importante para ampliarmos as análises sobre os jovens para além do “risco”, e permite olhar para os jovens num momento singular de acesso a um dado contexto de estruturas de oportunidades, pois “para cada etapa do ciclo de vida, existe ao menos uma estrutura de oportunidades que constitui a fonte dominante na qual procuram-se os ativos necessários para uma integração adequada à sociedade” (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006: 77). E quais são as estruturas de oportunidades (acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar) mais importante para os jovens?

A noção de vulnerabilidade social teria as vantagens de não se basear “apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas”, e de “abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social” (Abramovay, 2002: 28). Porém, os desafios de operacionalização deste conceito são imensas e as pesquisas que o mobilizam ao tentar olhar para as especificidades da juventude ainda não escapam da dicotomia juventude e risco.

Identificamos que no Brasil as discussões que articulam vulnerabilidade social com o tema da juventude foram em grande medida realizadas no âmbito de uma agenda de pesquisa da UNESCO. A pesquisa inaugural desta agenda fora realizada em 1997, intitulada “Juventude, Violência e cidadania: os jovens de Brasília”, e visava investigar a relação entre a violência e os jovens de estratos altos e médio do

Plano Piloto do Distrito Federal. A pesquisa fora idealizada no contexto do que ficou conhecido como o “caso Galdino”, o assassinato do índio Pataxó por cinco jovens de classe média e alta de Brasília.

É importante salientar que estes estudos estão inscritos também num crescente debate acerca de políticas públicas para o segmento juvenil e têm ajudado a definir conceitos e diretrizes de ação neste âmbito. Segundo Castro e Abramovay (2002), as políticas nacionais em diferentes países da América Latina têm combinado ao menos dois enfoques: os jovens como vulneráveis e os jovens como sujeitos de direitos. No primeiro enfoque destaca-se os estudos sobre a alta representação da juventude nos estudos sobre o número de homicídios o seu envolvimento em crimes e transgressões, e as altas taxas de fecundidade.

Ainda na mesma agenda de pesquisa coordenada pela UNESCO é publicado, em 2002, o estudo “*Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para Políticas Públicas*”.

Nele a vulnerabilidade social é utilizada como conceito chave para o entendimento dos fenômenos de violência entre os jovens da América Latina :

(...) este trabalho se apoiará no complexo discurso conceitual e analítico que tem situado a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades e desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (Vignoli , 2001; Filgueira, 2001 apud Abramovay, 2002: 29)

Tendo em vista a precária integração dos jovens às estruturas de oportunidades, seja do Estado, do mercado ou da sociedade civil somada à desigualdade social e, acrescentamos, a desigualdade racial, mobiliza-se uma série de “dados secundários sobre a educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, insumos fundamentais para o desenvolvimento de recursos materiais e simbólicos”(ABRAMOVAY, 2002: 13) a fim de caracterizar esta vulnerabilidade específica da juventude.

Logo, neste contexto, a violência aparece associada à vulnerabilidade mais como uma combinação de fatores que podem desencadear comportamentos violentos do que numa relação de causa e efeito:

Consideramos como sendo situação de vulnerabilidade social juvenil o complexo e variável conjunto de fatores que faz com que os jovens se mostrem susceptíveis a processos de exclusão social e ao envolvimento com graves situações de violência física e simbólica. Parte-se do pressuposto que a vulnerabilidade se origina de processos de desigualdades sociais globais e que, por sua vez, provoca

desvantagens sociais específicas. Na condição de vulnerabilidade concentram-se obstáculos e riscos a serem enfrentados por certos grupos sociais que desenvolvem táticas cotidianas – que nem sempre ocorrem em situações de legalidade – para a busca de superação dessas dificuldades colocadas à sobrevivência. (DAYREL, 2003: 10)

A operacionalização do enfoque da vulnerabilidade social é um desafio teórico metodológico importante, observamos que estes estudos tendem a mobilizar dados secundários sobre diversas dimensões da vida dos jovens como indicadores de uma situação de vulnerabilidade combinados com a análise de alguns depoimentos dos jovens sobre violência, lazer, mercado de trabalho e etc.

Na análise dos dados, a variável racial não é mobilizada para traçar comparações dos indicadores entre jovens brancos e negros. Porém, quando da análise do material qualitativo, questões como preconceito e discriminação aparecem nos depoimentos dos jovens. Estas falas aparecem relacionadas às “áreas duras das relações raciais”, apontadas por Sansone, como o mercado de trabalho e contato com a polícia, sugerindo que “o preconceito racial é, segundo os jovens residentes em periferias dos centros urbanos, um condicionador de violências, das quais participam todos os envolvidos” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002: 158). Além da condição racial, os entrevistados também apontam como razão de discriminação o fato de serem jovens, de morarem em bairros da periferia ou favelas, a aparência física, e a maneira como se vestem.

Se o debate brasileiro frente ao desafio teórico de interpretar o papel da questão racial na reprodução da pobreza avançou significativamente nos últimos anos, outras dimensões como as ressonâncias cotidianas desta desigualdade, expressa em inúmeras dimensões da vida social que determinam a experiência social de boa parte da população jovem negra e pobre, continuam carecendo de aproximações.

Esta pesquisa está especialmente interessada nas diferentes percepções dos jovens, considerados em situação de vulnerabilidade, habitantes da região do M’Boi Mirim, sobre seu pertencimento racial. Estamos interessados num aspecto que parece ser importante na vivência destas situações de vulnerabilidade, que é a variedade de trajetórias e trajetos urbanos. Em que medida jovens com diferentes perfis e que vivem em mesmas condições socioeconômicas possuem uma representação social desta condição desfavorável perpassada por seu pertencimento racial?

Num contexto caracterizado por condições de vulnerabilidade para a

juventude, buscaremos entender e precisar melhor como a condição racial, que possui determinadas representações coletivas, se articula com a condição de classe, local de moradia e outros fatores, podendo articular representações individuais bastante diferenciadas. Em outras palavras, buscamos entender, o modo como, no contexto de vulnerabilidade, os jovens atribuem significados a seu pertencimento racial, levando em conta as inter-relações com os outros atributos, como o ser jovem, morador de um bairro periférico, pobre e etc.

Neste trabalho, utilizaremos o aporte teórico metodológico da noção de vulnerabilidade social, a fim de descrever a caracterização das condições de vida dos jovens que abordaremos em nosso trabalho de campo. Para tal, apresentaremos alguns dados secundários sobre o distrito em que vivem estes jovens, nos utilizando de pesquisas que partiram da noção de vulnerabilidade social, tarefa da próxima seção.

A vulnerabilidade na região de M'Boi Mirim

O distrito do Jardim Ângela, juntamente com o distrito do Jardim São Luís, compõe a Subprefeitura do M'Boi Mirim, localizada no extremo sul do município de São Paulo, região limítrofe entre os municípios de Embu Guaçu e Itapeverica da Serra. Grande parte do território da Subprefeitura do M'boi Mirim se encontra dentro da área de mananciais, e muitas habitações foram construídas em loteamentos considerados irregulares, atualmente nesta região existem 152 favelas, sendo que 37% dos domicílios não possuem esgoto.

Com uma população estimada em 291.798 mil habitantes o distrito do Jardim Ângela, assim como toda região de M'Boi Mirim, está entre as áreas da cidade com os mais baixos indicadores socioeconômicos. Esta situação se agrava especialmente no caso da população jovem (15 a 24 anos) que, segundo projeções da Fundação Seade, baseadas no último censo de 2000, é de aproximadamente 46 mil habitantes.

Antes de nos aprofundar em alguns índices e estatísticas, é inescapável não mencionar a dimensão simbólica que o distrito do Jardim Ângela ocupa tanto no cenário nacional quanto internacional quando o assunto é violência urbana. Isto porque, em 1996, a ONU o declarou como um dos bairros mais violentos do mundo. Este fato marcou o bairro do Jardim Ângela que, juntamente com outros dois bairros: Capão Redondo e Parque Santo Antônio; ficaram conhecidos como o “triângulo da morte”, caracterizando uma região com altos índices de homicídios entre os jovens. A

partir daí, inúmeras ações foram implementadas tanto por atores locais quanto externos, tendo em vista a reversão daquele quadro.

Passados quatorze anos desta declaração, os índices de homicídios vêm caindo na região, porém os índices que indicam vulnerabilidade continuam altos, especialmente para a população jovem. Não nos deteremos na complexa análise dos fatores que podem ter contribuído para a diminuição dos homicídios da região, pois certamente este está associado à ação do Estado, das ONGs, da mobilização de lideranças locais e, certamente, na mudança na organização do crime em todo o Estado.

Em 2002, a Fundação Seade elaborou o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ)* em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura de São Paulo. A operacionalização da noção de vulnerabilidade juvenil considerou indicadores socioeconômicos e demográficos associados a uma classificação socioespacial dos 96 distritos do município de São Paulo. O distrito do Jardim Ângela e do Jardim São Luis estão entre os dezenove distritos que somam os maiores pontos na escala de vulnerabilidade juvenil.

Este estudo classificou os distritos em uma escala de vulnerabilidade social dos jovens que vai de 0 pontos (distrito com menor nível de vulnerabilidade) a 100 pontos (distrito com maior nível) a partir das seguintes variáveis :

Tabela 1. Índice de Vulnerabilidade Juvenil por distrito

Variáveis	Jardim Ângela	Jardim São Luis
IVJ (Índice de Vulnerabilidade Juvenil)	76	65
Grupos de Vulnerabilidade	5	4
População Total	245.805	239.161
Participação da População Jovem de 15 a 19 Anos, no Total de Jovens do Município	2,64	2,54
População de Jovens de 15 a 19 Anos	26.227	25.255
Taxa Anual de Crescimento Populacional	3,63	1,80
Taxa Anual de Crescimento Populacional (Escala 0 a 100)	46	35
Participação dos Jovens de 15 a 19 Anos no Total da População dos Distritos (%)	10,67	10,56
Participação dos Jovens de 15 a 19 Anos no Total da População dos Distritos (Escala 0 a 100)	95	92
Taxa de Mortalidade por Homicídio da População Masculina de 15 a 19 Anos (por 100.000 Hab.)	438,2	251,10
Taxa de Mortalidade por Homicídio da População Masculina de 15 a 19 Anos (Escala de 0 a 100)	82	47
Rendimento Nominal Médio Mensal das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes (R\$)	568,12	806,65
Proporção de Jovens de 15 a 17 anos que não Frequentam a Escola (%)	31,01	26,79
Taxa de Fecundidade das Adolescentes de 14 a 17 Anos (por 1.000 mulheres)	49,02	48,24
Proporção de Jovens, de 18 a 19 Anos, que não concluíram o Ensino Fundamental (%)	51,33	44,94

Fonte: Seade, 2002.

A partir das características socioeconômicas e demográficas dos setores censitários do município de São Paulo, definidas por dados do Censo 2000, também foi elaborado em 2004 o Mapa de Vulnerabilidade Social da população de São Paulo pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Neste estudo, foram levadas em consideração variáveis relevantes para a caracterização das múltiplas dimensões da privação e da pobreza, tais como condições de habitação, renda, escolaridade, gênero, idade e estrutura familiar. Os setores censitários (no total 13.193) foram classificados em oito grupos de “privação”, diferenciados pela combinação entre a privação socioeconômica e a composição etária.

Esta tipologia baseada em setores censitários permite a melhor captação da heterogeneidade existente nas áreas genericamente chamadas de ‘periferia’, pois por meio dos dados desta unidade de análise é possível visualizar diferentes graus de vulnerabilidade, associados a características da população ali residente. O debate em

torno da visão “centro-periferia” é extenso e não caberia neste texto ser retomado, porém, para nosso estudo, é importante levar em conta a complexa relação entre espaço urbano e pobreza:

Isso representa que não deixam de existir espaços socialmente homogêneos no interior das grandes cidades, mas reproduz-se no seio desses espaços a estrutura centro-periferia, inclusive com o surgimento da produção de áreas destinadas à residência dos estratos populacionais de renda média e alta. Desse modo, a associação entre periferia e pobreza deixa de ser direta e biunívoca, pondo em questão o modelo centro-periferia para descrever as formas de apropriação/ocupação do espaço urbano, o que não significa a superação da segregação socioespacial, mas seu aprofundamento e complexificação. (FERREIRA et al., 2006: 8)

No caso do Jardim Ângela a distribuição dos grupos de vulnerabilidade demonstram esta heterogeneidade, pois, apesar da maioria dos setores censitários do distrito pertencerem ao Grupo 7, de Alta Privação (totalizando 105 setores), também há alguns setores que se encaixam no Grupo 2, de Privação muito baixa (cerca de 20 setores). A tabela e o mapa a seguir ilustram esta proporção:

Tabela 2. Distribuição de setores por grupos de vulnerabilidade em São Paulo e Jardim Ângela

Grupos de vulnerabilidade	São Paulo	Jardim Ângela
Nenhuma Privação – Grupo 1	8.5%	_____
Privação muito baixa – Grupo 2	18.2%	7,3%
Baixa privação- Grupo 3 Condições de precariedade socioeconômica médias e presença de famílias idosas	17.5%	_____
Média privação – Grupo 4 Condições de precariedade socioeconômica médias e com presença de famílias adultas	18.7%	20.7%
Alta privação – Grupo 5 Condições de precariedade socioeconômicas médias e presença de famílias jovens	6%	24.4%
Media baixa privação – Grupo 6 condições de precariedade socioeconômica altas e presença de famílias velhas	11.8%	1.1%
Alta privação – Grupo 7 Condições de precariedade socioeconômicas altas e presença de famílias adultas	16.2%	38.2%
Altíssima privação – Grupo 8	3.1%	8.4%

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE/Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP, 2002

Mapa 1: Grupos de vulnerabilidade social. Subprefeitura de M'boi Mirim, São Paulo – 2000

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE/Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP, 2002.

Em relação à juventude, este mesmo estudo aponta dois indicadores de risco associados a esta faixa etária: a gravidez precoce, entre jovens que foram mães com até 20 anos, e a taxa de homicídios entre pessoas entre 15 a 29 anos. A análise dos resultados enfatiza o grande diferencial das taxas de homicídios entre algumas regiões da cidade e pontua que na Zona Sul a intensidade de exposição ao risco por morte violenta independe dos grupos de vulnerabilidade que caracterizam os setores censitários

Sendo que :

A incidência espacial desses casos apresenta grande concentração em alguns pontos da cidade, alcançando níveis altíssimos em determinadas áreas. Quando se observa a distribuição espacial da taxa de homicídios, a desigualdade social no interior da cidade se evidencia: enquanto na subprefeitura de Vila Mariana a taxa média é de 40 mortes por 100 mil habitantes de 15 a 29 anos, nas subprefeituras de Cidade Ademar e M'Boi Mirim, a taxa ultrapassa 160 mortes, uma média quatro vezes maior. (CEBRAP, 2002)

Tais indicadores serão atualizados com referência aos dados do censo 2010, porém eles ainda podem ser utilizados como o retrato de um momento em que foi possível uma visão detalhada das condições de vida da população no município e especialmente da condição de vida da população jovem. Acredito que mapas, levantamentos estatísticos como o Índice de Vulnerabilidade Juvenil e o Mapa de Vulnerabilidade nos ajudam a apreender regularidades e padrões gerais sobre alguns indicadores, mas é preciso salientar que representam um dado cristalizado e, apesar de demonstrarem a heterogeneidade dos grupos de vulnerabilidade num mesmo distrito, apresentam uma certa homogeneidade nestes grupos.

Por isso, ao tomar este tipo de estudo como parâmetro de análise, é preciso não confundir a medida de um fenômeno com o próprio fenômeno, como por exemplo, considerar o local de moradia de uma família ou de um jovem como indicador de seu pertencimento a um determinado grupo de vulnerabilidade sem levar em consideração outros fatores como grau de instrução, estrutura familiar que podem interferir nas possibilidades de acesso as estruturas de oportunidades.

Assim, é preciso também que estejamos atentos aos processos mais sutis relacionados a discursos e representações que manejam símbolos e estigmas associados a determinados espaços e grupos, e que certamente podem reforçar as condições objetivas e subjetivas da vulnerabilidade juvenil. Dito de outra forma, o debate em torno das vulnerabilidades sociais relacionadas à juventude deve sempre reconhecer processos, singularidades culturais e a diversidade que compõem os diferentes grupos da juventude:

Coloca-se também, a necessidade de reequacionar as noções de vulnerabilidade e definir novos indicadores para analisar a situação dos jovens, a partir da percepção de como se concretizam, nessa fase da vida, os direitos fundamentais e quais os elementos de impedimento da sua garantia. Por exemplo, a “gravidez precoce”, índice importante na definição da vulnerabilidade das adolescentes, não pode ser transferida automaticamente para análise da situação dos jovens: até que ponto a maternidade entre 20 e 24 anos pode ser interpretada como precoce, num país onde a concentração da fecundidade feminina é máxima justamente nesta faixa de idade? (Abramo, 2005: 35)

Desta forma, a questão da existência de diferentes juventudes deve ser novamente evocada, uma vez que a maior ou menor exposições aos fatores de risco está relacionada com a variedade de cruzamentos entre os condicionantes desta condição como estrutura familiar, trajetória, trajetos, gênero, e raça. Neste estudo estamos especialmente interessados na maneira pela qual a variável raça é percebida em diferentes situações de vulnerabilidade.

2.1 Situando a região de M'boi Mirim: heterogenidade das periferias

A literatura que tratou dos espaços periféricos de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, descreveram o processo de ocupação pela população, em sua maioria migrante, que vinham em busca dos empregos na indústria e se instalavam nestas regiões. O diagnóstico das péssimas condições de habitação, infra-estrutura urbana, bem como o registro dos movimentos de organização e de ação coletiva ali nascentes foram registrados por esta literatura (Cf. Marques 2005).

Esta literatura construiu explicações sobre a desigualdade social e aos padrões de segregação na cidade tendo como modelo a “oposição centro-periferia” (Caldeira, 2000), sendo que o centro era descrito como provido de infra-estrutura urbana enquanto a periferia era descrita pela precariedade das condições de vida o que se traduzia em uma distância também espacial. Porém, como a própria Teresa Caldeira mostra a partir dos anos 1990, este modelo já não explicava o crescente número “enclaves fortificados”, os quais produziam uma aproximação paradoxal entre diferentes grupos sociais. Paradoxal na medida em que há uma aproximação física ao mesmo tempo que há um distanciamento dados por dispositivos de privatização, separação e controle de espaços de lazer, moradia e trabalho, produzindo o fenômeno da cidade fragmentada.

Paralelamente outros estudos tendo como base a análise de dados do censo de 1991 já começam a descrever a melhoria nas condições de vida das periferias realizadas pelo aumento de investimento do Estado: “essa nova realidade demonstra a necessidade de se construir um novo quadro conceitual para a análise das condições de pobreza urbana e metropolitana, assim como da conformação de formas de segregação socioespacial nas principais metrópoles brasileiras diferentes daquelas já descritas pela literatura. (Torres e Marques, 2001: 50)

Assim, as áreas periféricas pensadas anteriormente como homogêneas em relação a distribuição da pobreza no espaço social, passam a ser descritas como heterogêneas tanto do ponto de vista de uma de grupos sociais distintos entre os pobres quanto em relação a distribuição destes grupos no espaço. Os espaços periféricos são descritos como complexos, pois mesmo havendo a melhoria e investimento na infra-estrutura urbana e no acesso a alguns serviços em algumas áreas

periféricas também haveria o aparecimento e crescimento áreas de extrema pobreza denominada *hiperperiferias*. Dado esse complexo quadro da descoberta desta heterogeneidade, passou-se a falar em periferias no plural. (Marques e Torres, 2005)

Também encontramos uma significativa diversidade dentro das periferias, nas quais diferentes grupos estão sujeitos a condições de vida muito diferentes, por exemplo, no que se refere aos índices de homicídio e desempenho escolar. Em alguns espaços da periferia, há uma intensa concentração de indicadores negativos, que sugerem a existência de “pontos críticos” com condições sociais precárias. Todos esses dados indicam que a distribuição de grupos sociais na metrópole é muito mais complexa e heterogênea do que geralmente considera a literatura, que tende a homogeneizar as periferias, com importantes consequências para as políticas públicas. (TORRES et.al, 2003: 117)

A região de M’Boi Mirim em que desenvolvemos nossa pesquisa não escapa a esta complexidade e é composta tanto por áreas mais consolidadas que começaram a ser ocupadas há pelo menos quarenta anos, quanto por áreas muito precárias, como o conhecido “fundão” do Jardim Ângela”, assim descrito:

Entre todas as áreas estudadas, talvez o Jardim Ângela, seja a que apresenta características mais genéricas das periferias paulistanas, em especial as da zona sul. O bairro mescla loteamentos clandestinos e irregulares de baixa renda e favela, distribuídos por uma topografia acidentada com pequenas elevações íngremes entrecortadas por cursos d’água de porte variado. (MARQUES, 2010: 86)

A região da Zona Sul de São Paulo onde está localizado os distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luis tem um histórico de ocupação que data do início do século XX por uma população de imigrantes (principalmente alemães) que buscavam áreas de lazer e descanso em chácaras e sítios da região processo que se intensificou com a criação da Represa do Guarapiranga em 1907. Não é a toa que um dos bairros a beira da Represa foi batizado como Riviera Paulista, uma alusão a Riviera Francesa. Este bairro é exemplar desta heterogeneidade de ocupação e de situações de grupos de renda diferentes ocupando o mesmo espaço.

A década de 1970 marca a massiva migração de trabalhadores oriundos principalmente do nordeste do país para a região . Estes trabalhadores foram atraídos pela oferta de emprego em grandes empresas metalúrgicas que se instalaram nesta região e ali permaneceram em grande número até os anos 1990. A ocupação da região se deu de forma desordenada e a população chegou muito antes do que a infraestrutura básica necessária, muitas construções foram feitas nas áreas de mananciais da bacia da represa Guarapiranga

O bairro Riviera Paulista é contíguo ao Jardim Alto do Riviera(bairro de residência de dois entrevistados), mas a infra-estrutura urbana (asfalto, esgoto, iluminação) e tipos de construções mudam bastante. No entanto, no próprio bairro da Riviera Paulista encontramos diferentes padrões de moradia, algumas mansões que ocupam as margens da Represa do Guarapiranga²⁶ e são separadas por uma guarita, onde outrora já houve uma cancela e casas oriundas de loteamentos de terrenos menores cujos padrões de construções são mais simples. É interessante notar como em uma pequena distância, há três diferentes tipos de ocupação nesta área de manancial.

Os diferentes tipos de ocupação deste bairro merecem destaque, pois as diferenças entre elas se traduziram em ações judiciais de disputa entre duas associações de moradores. A primeira associação representa os interesses dos moradores das casas de alto padrão que ficam às margens da represa e que há alguns anos vem tentando se consolidar como um loteamento fechado, por isso a instalação de guaritas, cancelas e a presença de seguranças que controlam o acesso de pessoas. Neste pedaço do bairro estão presentes também um hospital psiquiátrico, igreja católica e o Centro de Juventude, uma hípica, clubes náuticos e restaurantes.

O segundo tipo de ocupação fica antes da cancela é a parte do bairro também originário de mais densamente ocupado, cujos padrões de construções variam bastante, algumas são amplas e estruturadas e, outras, são mais simples. Os moradores que ficam antes da cancela, há mais de dez anos brigam na justiça contra a associação que defende o loteamento fechado, esta já chegou a cobrar taxa mensal pelos serviços de segurança e manutenção. De uma forma geral, no bairro existem pouco comércio e poucos equipamentos públicos também. O único meio de transporte é uma lotação que liga o bairro até Santo Amaro, este trajeto dura em média 50 minutos. Desta forma, o bairro fica isolado, o acesso ao mesmo é precário devido a falta de opções de transporte.

Esta situação é exemplar desta heterogeneidade de que fala a atual literatura sobre as periferias paulistas. Por se caracterizar como uma região de manancial, o tratamento dispensado pelo Estado tende a ser mais moroso em ações como canalização de córregos, coleta de lixo, e regularização das habitações.

Assim, ao considerar esta heterogeneidade das periferias e da região de

²⁶ O mercado imobiliário intitula esta região como o único bairro península de São Paulo.

desenvolvimento da pesquisa procurei abordar nossos entrevistados sob o ponto de vista da diversidade das vivências deste território a partir do seu local de moradia.

O triângulo da morte na região do M'boi Mirim: a expansão do “mundo do crime”

“Você sabe que antigamente o Jardim Ângela era feio. Ninguém queria morar. Agora todo mundo quer morar lá. Porque agora tá uma cidade, né?. Jardim Ângela tá muito evoluído. Tinha uma turma lá que era perigosíssima. Se você saísse no centro ou mesmo em Santo Amaro: você mora onde? no Jardim Ângela? Deus me livre! Era o mesmo caso aqui também que já é perto do Jardim Ângela, aqui era todo dia, amanhecia algum morto eu ia trabalhar e passava ali na porteira branca tinha dois três assim... Era matança mesmo. Eles matavam e colocavam na beira da estrada um por cima do outro. (Dona Maria, mãe de Angela)

Neste trecho podemos perceber que Dona Maria demarca o tempo relacionado a região em um duplo eixo de referências. Aquele em que havia muitas mortes, o tempo em que os moradores do Jardim Ângela eram estigmatizados pela má fama da região e, agora a evolução da região com a expansão do acesso a bens e serviços, mas

A discussão feita por Feltran (2008: 193) acerca do marco discursivo sobre “a expansão do mundo do crime nas periferias” e sobre a criminalização de certos bairros, regiões da cidade como é o caso da região do M'boi Mirim é bastante interessante para este trabalho tendo em vista o estigma territorial que ainda pesa sobre os jovens que entrevistamos. Feltran empreende sua análise em duas dimensões: uma interna referente a sociabilidade das próprias periferias e uma externa, de fora pra dentro, na fronteira, entre esta e o mundo público. Na primeira, ele identifica principalmente entre os jovens uma sociabilidade fundada por este marco discursivo, mas também entre outros moradores. Na segunda dimensão, a forma como a sociedade vê estes territórios no reforço da dicotomia de classificação de seus moradores como *trabalhadores ou bandidos*, sendo que o jovem morador de periferia aparece como aquele que conforma um imaginário dos discursos públicos como o bandido em potencial.

As duas dimensões deste marco discursivo, internas e externas, aparecem em nossas conversas tanto com os jovens quanto com seus pais e no caso desta região esta criminalização parece ainda estar muito presente no cotidiano dos jovens. Isto porque foi nos anos 1990 que esta região, assim como outras regiões periféricas de São Paulo, foram cenário da violência urbana relacionada principalmente ao alto número homicídios.

Em 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que o Jardim

Angela era o bairro mais violento do mundo devido as altas taxas de homicídios. Este momento também era o auge da ação de gangs rivais dentro da região. Em uma de minhas conversas uma de nossas entrevistadas lembra espontaneamente deu um fato quando ainda era pequena :

Na época do Bronx e dos Ninjas. Eles não podiam se cruzar que tinha tiroteio, tinha briga, sempre algum morria. Era muito ruim. Eu ainda dormia em berço. Aí uma vez os policiais chegaram aqui dentro da favela eu tava sentada tomando minha madeira. Eles chegaram aqui e reviraram tudo até meu berço. Um rapaz tinha entrado aqui e ninguém tinha visto. Ele morreu. O policial atirou e ele morreu em cima da cama da minha mãe”.(Angela)

O episódio que Angela conta, apesar da pouca idade que tinha, está dentro do contexto do surgimento e atuação das gangues “Bronx” e “Ninjas” surgidos na região do Jardim Ângela na década de 90. A atuação destas gangues que foram protagonistas de chacinas e acertos de contas, somada à atuação de justiceiros e a corrupção policial, fizeram com que o número de homicídios na região explodisse sobremaneira. A história sobre a origem e histórias das duas gangues veiculadas na imprensa²⁷ é ainda pouco citada em estudos acadêmicos, mas pode ser assim resumida:

Em 1992, um ex-policial militar do bairro resolveu formar uma “guarda-mirim” reunindo adolescentes, e os ensinou a atirar para que defendessem a população da região, tentando mantê-los afastados dos traficantes de drogas. Entretanto, acabou sendo assassinado por um dos integrantes da guarda, que se transformou na gangue do Bronx, nome inspirado nos filmes norte-americanos vistos pelos garotos. Especializados em tráfico de drogas e cobrança de pedágio de moradores e comerciantes da região, os membros da gangue mataram, entre 1993 a 1997, segundo levantamento oficial da polícia, 136 pessoas. Com a prisão de suas principais lideranças, um outro grupo, também formado por adolescentes e jovens, ocupou seu lugar, passando a disputar a bala os pontos de venda de drogas da região. Apenas em 1998, os Ninjas mataram 22 pessoas. (COSTA, 1999)

É este cenário que levou a nomeação de três bairros da região como sendo o “triângulo da morte”: o Jardim Ângela, o Parque Santo Antonio e o Capão Redondo. Passados 14 anos do anúncio da ONU o distrito do Jardim. Ângela continua sendo uma região violenta e, como demonstraram as pesquisas citadas, com muitas áreas consideradas muito vulneráveis. Uma parte dos jovens que entrevistaremos nasceram durante este turbilhão de mudanças durante os anos 1990 mas, assim como os outros moradores, vivenciam a repercussão simbólica do “triângulo da morte” e as vicissitudes de habitar uma região considerada muito violenta.

²⁷ Ver matéria especial do jornal Estadão: http://www.estadao.com.br/megacidades/sp_seguranca.shtm e da Revista Crescer: http://marieclaire.globo.com/edic/ed126/rep_crescera.htm

Quando pergunto sobre estas mudanças para Ângela ela responde:

E: Você acha que alguma coisa mudou, você que melhorou, piorou?

Ângela: Piorou. Porque antes era estilo guerra. Mas acho que piorou, tudo, tudo. Por causa da droga, nova droga. Eles criando novas drogas para matar as pessoas, e as pessoas se obcecaram por isso.

O que Ângela descreve como “antes era estilo guerra” se refere a uma mudança no padrão da criminalidade tanto na região do Jardim Ângela quanto na cidade como um todo. Os homicídios diminuíram²⁸, porém outros tipos de crimes passaram a ter maior expressão. O tráfico entra em cena de forma mais organizada²⁹ agora sob o auspício do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Foi também nestes anos que muitas entidades sociais começam a ter um trabalho mais extensivo na região, tornando o Jardim Ângela como uma espécie de “laboratório” de suas ações. Entre estas organizações está a Sociedade Santos Mártires, uma das maiores ONGS em termos de áreas de atuação, sedes e números de atendimentos e a qual foi uma das minha “portas de entrada” para o contato com jovens que viriam ser meus entrevistados

Fundada em 1988 como um braço da Paróquia de mesmo nome, têm como fundador o padre irlandês Jaime Crowe, que está no Brasil há quarenta anos e é uma reconhecida liderança da região. Suas primeiras ações enquanto entidade tiveram como bandeira a luta por creches. Esta demanda começou a ser atendida por meio de parceria com o poder público, o que já assinalava a tendência de expansão e de profissionalização de entidades da sociedade civil e a parceria destas com o Estado no período pós-ditadura.

Porém, é importante salientar que a região de M’boi Mirim tem um histórico de mobilização popular e associativismo civil que remonta aos anos sessenta. É a partir desta década que a migração de trabalhadores se intensificou nesta região. Oriundos

²⁸ Ver ecológico descritivo sobre a taxa de mortalidade por homicídio em São Paulo (1996-2008): Peres MFT, Vicentin D, Nery MB, Lima RS, Souza ER, Cerda M, et al. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. Rev Panam Salud Publica. 2011;29(1):17-26.

²⁹ A entrada da droga no cenário paulista não é recente. Porém, no correr dos anos de 1990, o mercado varejista da droga espalhou-se de uma forma desestruturada, sem o comando de grupos organizados. O ponto de virada deu-se no início dos anos de 2000. Em linhas gerais, corresponde ao momento em que o chamado Primeiro Comando da Capital, PCC, consolida sua hegemonia no universo carcerário, transborda sua presença para além das prisões e passa a controlar o varejo da droga em São Paulo. (Telles, 2010: 40)

principalmente do nordeste do país, foram atraídos pela oferta de emprego em grandes empresas metalúrgicas que se instalaram nas proximidades. Foi no contexto da ditadura militar, então, que os movimentos sociais tais como as Comunidades Eclesiais de Base e o próprio movimento sindical tiveram uma atuação forte na região. Uma figura importante desta época, morador da região, foi o operário e líder sindical Santo Dias, que em 1979 foi morto por policiais em um piquete em frente a uma fábrica.

A expansão e a visibilidade dos trabalhos realizados na Santos Mártires se deu a partir de 1996, ano do já referido anúncio da ONU, pois foi quando, juntamente com outras entidades, organizou uma de suas ações de maior visibilidade: a Caminhada pela Paz. Desde então, todo 2 de Novembro, dia de finados, a Caminhada sai de alguns pontos dos bairros adjacentes ao Jd. Ângela e segue em direção ao cemitério municipal São Luiz, local de sepultamento de boa parte das vítimas de homicídios da região daquela época.

No entanto, o que eu gostaria de pontuar sobre a atuação das ONGS é o discurso amplamente divulgado de que as mesmas, juntamente com o poder público, foram as responsáveis pela “pacificação” deste território, pois acredito que a queda no número de homicídios não se deve somente a ação destes atores, mas sobretudo ao que Feltran (2008, 2010) aponta como o surgimento de “novas instâncias de justiça” reguladas pelo PCC e que surgiram nos últimos anos nas periferias.

Convém nos perguntar como faz Telles (2010) sobre os limites e os perigos em se criar uma ficção do local como “comunidade”, sob pena de não atentarmos para as relações de poder e as vicissitudes da violência que não deve ser tratada como um problema local:

Diz respeito, no caso, ao Jardim Ângela que, como bem sabemos, se transformou em uma grande vitrine de experimentação do Terceiro Setor. Claro, o Jardim Ângela é apenas um exemplo possível, uma cena urbana (há outras) que permite explicitar algumas tantas questões. Conhecemos tudo o que foi ou está sendo realizado no Jardim Ângela nesse sentido: ONGs, o "Criança Esperança" da Rede Globo, parcerias variadas, polícia comunitária, "boas práticas" ganhadoras de prêmios, experiências "virtuosas", exemplos "edificantes" de garotos que escaparam do tráfico de drogas, que encontraram redenção em atividades culturais etc. etc. etc. Com isso, ampla celebração da queda dos índices de violência, em particular das mortes violentas. Para repetir o que eu já disse outras vezes quando a situação do Jardim Ângela entra na pauta: pois bem, podemos propor que se declare a república livre do Jardim Ângela e o resto... bem, o resto é resto. Para colocar em outro registro: o paradoxo de políticas inteiramente localizadas para lidar com problemas que não são locais. A questão da violência é uma delas. (Telles, 2010: 782)

Nesta pesquisa me interessei em investigar as vicissitudes simbólicas relacionadas a esta região que ao mesmo tempo é lida como exemplo de superação é também marcada por estigma da violência que encontra ressonâncias ainda hoje no cotidiano dos jovens que entrevistamos. Veremos como o estigma territorial também atua como elemento discriminatório no acesso dos jovens a estrutura de oportunidades.

Sendo assim, um dos principais desafios de nossa observação em campo foi a de compreender esta região de M'Boi Mirim em toda sua complexidade na composição objetiva destes espaço: dada pelo tipo de ocupação, grupos de vulnerabilidades, a heterogeneidade de áreas consolidadas e outras ainda num processo de hiperperiferização e, também, por meio das representações externas(o estigma territorial) e das representações nativas dos jovens e pais que entrevistamos , operando a todo tempo a diferenciação que Frúgoli Jr (2005: 148) aponta:

Cabe assim diferenciar, no plano analítico, a periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (que, nas últimas décadas, tem envolvido um projeto familiar e comunitário de inserção na cidade, mas com certas rupturas introduzidas por diversos fatores), como um conjunto polifônico de representações nativas (cujas predominâncias tipológicas cabe definir caso a caso), bem como uma série de narrativas, das quais se destaca a realizada por atores sociais como os *rappers*.

Tendo em vista estes dois planos analíticos que procuramos delinear ao longo deste capítulo, coube-me a pergunta : Como estes jovens encaram os estigmas que lhes são imputados (jovem, negro, pobre, morador de periferia)? Eles tendem a reproduzi-los ou a ressignifica-los? Como se articulam as suas diversas identidades sociais?

3. Região de M'Boi Mirim: inserção e vicissitudes

Minha inserção no campo de pesquisa pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro, no qual procurei “portas de entradas” institucionais para um contato inicial com meus possíveis entrevistados e o segundo, após sugestões da banca de qualificação, se realizou em uma perspectiva “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) na qual conheci as outras dimensões da vida de alguns jovens, como suas famílias, residências e redes de relações.

Desde o início desta pesquisa estava interessada em entender como a cor se apresentava para jovens negros que habitavam a região periférica do M'Boi Mirim. Em outras palavras, almejava saber se a cor aparecia como um fator norteador da percepção e vivência destes jovens, de que modo ela era articulada com outras categorias classificatórias, qual era a forma com que era manipulada. Assim, escolhi trabalhar com um intrincado conjunto de atributos combinados, ao invés de lidar com um grupo homogêneo, ou seja, estava ante o desafio da heterogeneidade: juventude, pertencimento racial e local de moradia. Assim, informada tanto pela literatura que trata das diversas juventudes quanto pelas incursões em campo, esta heterogeneidade ligada às experiências, aos pertencimentos e às vivências foi se tornando cada vez mais uma condição de pesquisa.

Minhas primeiras incursões em campo se deram em um Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE) localizado no Jardim São Luis, um dos bairros vizinhos do Jardim Ângela no ano de 2009³⁰. A intenção inicial da pesquisa era trabalhar com jovens que estavam cumprindo alguma medida sócio-educativa. Porém, ao iniciar as visitas a este NPPE, percebi alguns traços que dificultavam que aqueles jovens se tornassem os sujeitos desta pesquisa. O perfil atendido por este núcleo naquele momento específico era de adolescentes entre 14 e 17 anos, o que restringiria a minha abordagem sobre a heterogeneidade de perfis na faixa-etária que compreende a juventude (15 a 29 anos). A maioria não tinha frequência regular ao NPPE (mesmo sendo obrigatória, fazendo parte do cumprimento da medida sócio-educativa) o que

³⁰ Estes núcleos são resultados parciais do processo de municipalização do atendimento aos jovens infratores, no qual a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, assumiu a gestão de parte das medidas sócio-educativas que eram de responsabilidade da Fundação Casa, ligada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Com a criação dos NPPE, ligados à administração municipal, pretendeu-se criar condições para que o jovem cumpra as medidas sócio-educativas nas proximidades de sua residência, facilitando o acompanhamento familiar e sua ressocialização. Na época em que iniciei a pesquisa existiam 35 núcleos em funcionamento no município, administrados por ONGs, muitas vezes, já presentes nos bairros.

dificultava até mesmo um contato mais aprofundado no próprio núcleo durante minhas visitas. Além disso, tendo em vista as entrevistas em profundidade previstas no desenho da pesquisa, considerei que levaria muito mais tempo para uma aproximação exitosa com os jovens. Outro fator que foi decisivo para a redefinição deste desenho inicial foi a pouca escolarização e, em muitos casos, o analfabetismo de grande parte dos jovens que ali eram atendidos, o que também comprometia a heterogeneidade de perfis que eu buscava, impossibilitando a comparação com os dados da literatura sobre a relação escolaridade e percepção racial.

Confrontando este cenário com as principais questões de interesse desta investigação - os discursos e a interpretação acerca do pertencimento racial - considerei que alguns elementos da trajetória de vida de um indivíduo são essenciais para a construção de sua percepção de pertencimento étnico e condicionam suas posturas frente a estes fenômenos, pois “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983). Compreendemos que estes jovens estavam experimentando um momento de inflexão de suas trajetórias, estavam num processo delicado de subjetivação e de reconfiguração de suas relações com a família, vizinhos. Estavam vivenciando a entrada em um novo ciclo de vida num contexto de extrema precariedade .

Assim, considerando as características dos jovens atendidos naquele NPPE (somente adolescentes, com baixa frequência ao núcleo, a maioria com pouca escolaridade), que não iam de encontro à necessidade de heterogeneidade de perfis para o enriquecimento da pesquisa, iniciei a busca por outras “portas de entrada” que possibilitassem o contato com o perfil de jovem que me interessava investigar: os jovens negros representados nas estatísticas sociais desfavoráveis, parte dos grupos sociais vulneráveis, mas que pudessem ser apreendidos nos deslocamentos de sua experiência social como jovens e negros.

Esta “porta de entrada” estava circunscrita a uma localização do território urbano, a região de M’Boi Mirim que está na Zona Sul da cidade de São Paulo. A escolha desta região como locus privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa se deve a várias razões. A primeira delas está relacionada à minha própria vivência como moradora e como observadora deste espaço social, que são as periferias urbanas, objeto nos últimos anos de várias leituras sociológicas. Desta forma, foi no cotidiano vivenciado que as primeiras indagações desta pesquisa surgiram ao mesmo

tempo em que ia tomando conhecimento desta literatura, destas leituras sobre as periferias.

A segunda razão se deve ao fato, já mencionado, desta região já ter sido anunciada pela ONU em 1996 como a mais violenta do mundo devido as altas taxas de homicídio. Esta região abriga o que ficou conhecido na época como “triângulo da morte” composto pelos bairros do Jardim Ângela, Parque Santo Antonio e Jardim São Luis. Durante os quinze anos em que sucederam este anúncio, o cenário das condições de vida da cidade como um todo apresentou mudanças que representaram melhorias e também agravamento de algumas situações: as taxas de homicídios diminuíram, pois houve uma mudança no padrão de criminalidade de toda cidade, durante os anos 1990 se consolidaram as chamadas “mutações do trabalho” com o encolhimento dos empregos e a precarização do trabalho e também a ampliação e diversificação dos circuitos da vida urbana com acesso aos mercados globais de consumo (TELLES, 2006).

Porém, as mudanças possuem um caráter ambíguo na medida em que houve a melhoria em algumas condições de vida da periferia, as taxas de periferização e favelização aumentaram consideravelmente (SARAIVA E MARQUES, 2000). Estudos que relacionam território e pobreza³¹, apontam melhorias na infra-estrutura urbana e o acesso a equipamentos públicos, mas também indicam o acesso e a distribuição desigual a esta melhoria, assinalando o aspecto heterogêneo de espaços antes considerados homogêneos do ponto de vista das situações de pobreza, é quando passa-se a usar o termo *periferia* no plural.

A região que compreende os distritos do Jardim São Luis e Jardim Ângela não escapou a estas mudanças e muitas áreas passaram a ser consideradas por esta literatura como “periferias consolidadas”, ao mesmo tempo em que há o “fundão do Jardim. Angela”, área de mais recente ocupação. Atualmente toda a região do M’Boi Mirim continua sendo uma região violenta e, como demonstrei ao longo do capítulo 2, com muitas áreas consideradas vulneráveis. Parte dos jovens que entrevistei nasceram neste turbilhão de mudanças durante os anos 1990 e, assim como os outros moradores, vivenciam a repercussão simbólica do “triângulo da morte” e as vicissitudes de habitar uma região considerada periférica.

Outro fator de relevância para a escolha dos perfis dos jovens que entrevistei foi

³¹ Especialmente Marques e Torres (2005)

a constatação de que grande parte dos estudos que abordam a juventude a partir do recorte racial são sobre jovens que estão engajados em movimentos culturais como o Hip-Hop. Estes estudos apontam que por meio do engajamento nestes movimentos operam uma inversão dos estigmas relacionados a cor e ao local de moradia. (TELLA, 2006).

Assim, procuramos entrevistar jovens que não estivessem diretamente engajados nestes movimentos, porém consideramos que a dimensão simbólica na produção de discurso sobre temas como periferia, juventude, exclusão e preconceito racial presente nas letras de grupos de *rap*, poderiam estar presente na fala de nossos entrevistados. É importante lembrar que o grupo de maior projeção nacional deste gênero o *Racionais Mc's* em muitas de suas letras fazem referência ao cotidiano dos bairros da região do M'Boi Mirim, local em que muitos de seus componentes nasceram e cresceram.

Tendo em vista a escolha da região pelos motivos acima expostos, prossegui na procura por uma “porta de entrada” para contato com os jovens, buscando mapear em que espaços sociais poderia encontrá-los. Em razão do fortalecimento e expansão das ONGs na região, passei a elencá-las e a realizar contatos telefônicos a fim de identificar quais desenvolviam um trabalho com a juventude. Nestes contatos, ao conversar com alguns gestores destas instituições a respeito dos programas existentes e o perfil do público atendido, constatei que são poucas as ações dirigidas para o público que está além da faixa compreendida como adolescência (dos 12 aos 18 anos). Também descobri que a maioria das instituições trabalha, sob a referência da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, centradas nos fundamentos da proteção e na garantia do desenvolvimento da criança e do adolescente somente até a maioridade.

Uma das poucas iniciativas que encontrei foram os Centros para a Juventude pertencentes à ONG Santos Mártires dirigidos ao público de 15 a 23 anos. Nestes Centros, são ministrados alguns cursos gratuitos como Informática, Montagem e Configuração de computadores, Administração, Panificação, Pizzaiolo, Cabeleireiro, e Organização de eventos. Eles estão localizados em três bairros diferentes do distrito do Jardim Angela: Jardim Ranieri, Jardim Kagohara e Jardim Riviera Paulista. Após o contato telefônico, realizamos uma visita a um destes Centros e o elegi como a “porta de entrada” de nossa pesquisa.

Frequentei algumas atividades da unidade do Jardim Riviera Paulista ao longo do segundo semestre de 2010. Acompanhei as aulas destes cursos, fui a alguns passeios promovidos pela instituição junto com os jovens, eventualmente também fui convidada para dar minha opinião e ajudar na organização de algumas atividades. Porém meu objetivo ali sempre foi me aproximar dos jovens, observar os perfis dos mesmos, vê-los em interação, o que me ajudou a saber quem eram os jovens que por ali passavam.

Desta convivência, selecionei três dos cinco jovens entrevistados nesta pesquisa. A escolha destes jovens assim como dos demais foi feita tendo em vista a busca por uma *heterogeneidade de perfis*, pois mesmo partilhando da condição de serem jovens, negros e moradores da região de M’Boi Mirim, busquei entender como o marcador racial opera em arranjo com outros marcadores sociais nas diferentes trajetórias analisadas.

Após esta escolha iniciou-se a etapa do trabalho de campo que denominei de “perto e de dentro”, pois a maioria das entrevistas foram realizadas nas residências dos jovens, ocasiões nas quais pude conversar com os pais, irmãos conhecer o universo familiar e também aprofundar minhas observações para além do questionário de entrevista semi-aberto que utilizei. Realizei em média duas entrevistas com cada um deles, em alguns casos três, em momentos diferentes ao longo de 2011.

3.1. De perto e de dentro: as impressões e a definição dos rumos da pesquisa

A relação social colocada na pesquisa de campo e as negociações realizadas entre pesquisador e pesquisado foi um dos pontos que mais provocou reflexão acerca do meu posicionamento no campo de observação que escolhi. Uma referência importante para esta etapa foi a percepção de Bourdieu (1997) sobre a proximidade social e a familiaridade entre entrevistador e pesquisado, na qual, a distância social entre ambos pode ser superada parcialmente.

A proximidade se dava na medida em que eu já estava em contato com os jovens nos contextos das instituições que frequentavam o que facilitou a ida até suas casas e a receptividade que tive por parte de seus pais. Além deste fator, acredito que o fato de me avizinhar, ser jovem e negra também me colocou numa perspectiva de proximidade física e simbólica. Em algumas ocasiões, encontrei dois dos meus entrevistados em situações cotidianas em meu próprio bairro, tais como, fazendo

compras no supermercado local, passando por minha rua de residência junto com outros amigos e participando de eventos culturais da região.

Obviamente a posição do pesquisador no campo de observação e o conhecimento que o mesmo produz a partir deste encontro estabelecem um processo marcado por relações desiguais de poder (CALDEIRA, 1988). A “linha de dominação” (Queiroz, 2008: 41), presente na seleção de narrativa a partir dos desejos e dos propósitos do pesquisador, atravessa essa relação social que constitui o conhecimento que não é uma relação de identidade e se estabelece como um jogo na qual a linguagem discursiva do pesquisador se apóia (Viveros de Castro, 2002).

O questionamento da presença do pesquisador, sua inserção no campo e as vicissitudes no texto e no contexto em que escreve (CALDEIRA, 1988: 135) é uma discussão ampla que não cabe no escopo deste texto, mas ajudou a me situar em campo e a entender o próprio significado dos meus questionamentos.

Recuperando um pouco deste debate, o texto Eunice Durham (2004) sobre a pesquisa antropológica com populações urbanas esclareceu sobremaneira os “rumos” e desdobramentos da produção de conhecimento sobre estas populações e os significados acumulados nesta situação de encontro específica. A inserção no campo, no qual o universo cultural urbano é comum entre pesquisador e pesquisado, faz com que a participação do primeiro se dê numa chave bastante subjetiva, mesmo levando em consideração que “o pesquisador raramente reside com a população que estuda (e, se o faz, é por breve períodos) e não compartilha de suas condições de existência- de sua pobreza, de suas carências, de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana”(DURHAM, 2004: 26). A autora introduz ainda a problemática das situações de pesquisa em que o pesquisador está integrado como sujeito na situação de pesquisa como o engajamento do mesmo em movimentos sociais: como o movimento negro, o movimento de mulheres e etc.

A problemática se recoloca quando, como no meu caso, o pesquisador reside com a população que estuda e compartilha de suas condições de existência e não possui o engajamento de que fala Durham. Além destes fatores, não se pode desconsiderar que a relação estabelecida na situação de pesquisa é atravessada pelas hierarquias, relações de poder e de conhecimento: “como autor, pelo menos, o pesquisador se diferencia” (ZALUAR, 2004: 112). Assim, outra situação de campo se colocou, novos desafios se apresentaram, outros desdobramentos sobre a produção de conhecimento também se apresentam.

O maior desafio que se colocou para minha pesquisa foi o das vicissitudes dos encontros e desencontros que constituiria a mesma, o desafio da abordagem do tema da minha pesquisa com os jovens e a preocupação em escapar das armadilhas em tomar as categorias nativas como categorias analíticas ao tocar em assuntos como classificação racial, estigmas ligados ao território e à pobreza. Como bem disse Zaluar (2004), são os ardis no caminho de “conhecer o outro conhecendo-se a si mesmo”.

Alteridade e igualdade postas e repostas (?) a cada encontro foram construindo as aproximações com cada jovem e cada família. Tive que saber chegar e me mover nos diversos bairros que visitei, partilhar dos mesmos pontos de referência para me localizar no espaço, retomar as lembranças de fatos que impactaram no cotidiano. Eu precisava conhecer as escolas que estudavam, os locais que frequentavam como o “campo do caveirinha”, saber quem foram os Ninjas e os Bronx, identificar o tempo que se leva para chegar ao centro da cidade, dentre outras muitas afinidades, que sinalizavam aquilo que William Whyte (2005: 306) chamou de “posição sólida no distrito”, que ele conquistou depois de muito tempo vivendo em Corneville, resultando em seu estudo clássico *Sociedade de Esquina* (1943).

Ao iniciar a entrevista, eu também esclarecia os objetivos da mesma, minha motivação em realizá-la a partir da minha vivência do cotidiano partilhado. Assim, inevitavelmente as conversas sempre começavam com um pouco da minha história. Em alguns contatos iniciais, não fiz entrevistas formais com o uso do gravador e fazia algumas perguntas mais abertas centradas nas trajetórias dos pais e da estrutura familiar. Também evitava anotar imediatamente algum dado que por ventura fosse falado nestas conversas, chegando em casa procedia as anotações no caderno de campo.

Foi interessante notar como a proximidade construída significou para alguns pais a possibilidade de “auxílio” para seus filhos. Muitos me pediram que eu os aconselhasse, dando sugestões de estudo e trabalho, ou seja, para alguns pais eu teria possibilidades e recursos de incidir positivamente na trajetória dos seus filhos. Percebi que isto aconteceu com dois jovens que ainda não se lançaram no “mundo” do mercado de trabalho, da cidade e que ainda tem uma sociabilidade centrada em redes locais.

Ao longo do trabalho de campo deparei-me com algumas dificuldades, principalmente relacionadas como a questão racial estava presente nas vivências destes jovens. Para introduzir o tema, eu fazia a pergunta aberta tanto para pais que

conversei quanto para os filhos “qual a sua cor”? E a partir dela fazia algumas perguntas relacionadas à vivência da raça nos diversos âmbitos. Foi interessante notar que alguns jovens ao falarem sobre outra pessoa me utilizaram como exemplo para descrever traços fenotípicos, frequentemente a cor da pele, de pessoas que não eram consideradas por eles como negras. Um deles descreve sua namorada: “*Ela não é negra. Assim eu não acho, ela tem a sua cor, ela é mais clara*”. Assim, o jogo de classificações raciais também me incluía, e operavam nestes encontros. No entanto, as questões que me motivavam não estavam circunscritas somente à classificação racial era preciso ir além, era necessário que meus entrevistados falassem de experiências concretas.

É certo que cada universo familiar e cada jovem constituíam desafios diferentes de inserção e de disposição em falar sobre temas como pertencimento e discriminação racial. Para alguns, percebi limites em falar sobre o assunto por não ser recorrente o contato com tal reflexão, raramente falaram sobre si mesmos e de seu lugar social sob este viés. Para outros, este tema aparecia sem estímulos à medida que falavam de si de suas experiências, muitas vezes dolorosas, porém o desafio que se colocava era ir além de uma narrativa de superação.

Outro dado dizia respeito ao meu campo é a minha tentativa de entrever a combinação diferencial de desigualdades e como a categoria racial aparecia nesta combinação. Neste ponto, as minhas observações acerca da composição familiar, dos projetos, acesso à estrutura de oportunidades, condições de moradia, trajetória escolar e etc., me ajudavam a compor esta intrincada relação que tentarei expor nos perfis dos entrevistados.

Também foi interessante notar a maior desenvoltura para falar de temas como classificação racial, racismo e preconceito por parte dos jovens do que dos pais. Alguns autores têm demarcado este fenômeno como uma “diferença geracional” (LIMA, 2001), ou mesmo no caso específico de uma região de Salvador, como “redefinição da identidade negra entre os jovens” (SANSONE, 1993).

As razões para estas diferenças são muitas e complexas o que exigiria um estudo aprofundado, mas de maneira geral, pois sempre há exceções como demonstrarei neste estudo, para a maior parte dos jovens que entrevistei alguns fatores parecem diferenciá-los dos seus pais quanto a esta questão devido a maior escolarização, a maior sensibilização para temas como o racismo e, principalmente, a vivência mais explícita de preconceitos no cotidiano destes jovens que começam a

construir trajetos e trajetórias diferentes das de seus pais.

A maioria dos pais migrou para a cidade de São Paulo nos anos 70 e 80, realizando as primeiras ocupações na região do M'Boi Mirim. Eles tinham em vista a oferta de emprego na indústria que ali se instalava e, apesar da pouca escolarização, se inseriram no mercado de trabalho, mesmo que precariamente. Com exceção de um caso, os jovens entrevistados constituem a primeira geração não migrante destas famílias, ou seja, são jovens que nasceram e cresceram na região.

A literatura que analisa as mudanças recentes (anos 1990 e 2000) nas configurações sociais das periferias descreve os impactos da desregulação neoliberal e da financeirização da economia como “tempos de crise”, “virada dos tempos” (TELLES E CABANES, 2006), na “quebra da nova geração” (FETRAN, 2008) para lidar com uma ordem de fenômenos que afetam diretamente os projetos de vida das famílias operárias que, antes centrados no trabalho estável no modelo fordista e num projeto de ascensão social, começam a se reconfigurar em torno de outros fatores como a instabilidade no mercado de trabalho e a violência:

Para o analista das periferias, migra-se de um ambiente em que se encontrava um padrão estável de organização (familiar, social e político, centrado no projeto operário e em seus desdobramentos diretos) para uma experiência social em que este padrão, em crise, cede espaço e coexiste, às vezes na mesma casa, com alternativas de vida muito mais individualizadas e heterogêneas. (FELTRAN, 2008: 46)

Porém, é importante salientar que, para alguns pais dos jovens que entrevistei, este padrão estável de organização nunca se efetivou, pois os mesmos não encontraram inserção estável no mercado de trabalho e não compartilharam da mesma forma esta experiência social o que dificultou o vislumbamento de projetos de ascensão. Para alguns pais, a baixa qualificação profissional significou inclusive uma trajetória laboral completamente desestabilizada, afetando o acesso às proteções sociais asseguradas pelo trabalho. Em alguns casos, esta não inserção no mundo trabalho significou o redimensionamento de *status* de membros da família desencadeando a precarização do vínculo familiar: encontrei famílias cujos maridos há muito não contribuíam para a renda e estavam completamente imersos em problemas como o alcoolismo.

É fato que para os jovens que entrevistei o mundo social redefinido sob outros parâmetros já se apresentava como condição, a crise do não emprego já era um dado a ser incorporado em suas vivências. As trajetórias ioiô (PAIS, 2005), citadas no

capítulo 1, sintetizam os movimentos de vaivém da condição juvenil. Ou seja, o ponto de partida de suas trajetórias e os percursos que fazem é diferente de seus pais.

Outro conjunto de transformações estruturais importantes por que passou o país nos últimos anos, relaciona-se com as políticas públicas de inclusão social que procuram incidir sobre as desigualdades em geral e também sobre as desigualdades raciais: “nos últimos anos, novas formas de intervenção estatal contra a pobreza vêm sendo implementadas, especialmente sob a forma de políticas sociais focalizadas nos grupos mais vulneráveis da população, como os programas de transferências condicionadas de renda (BICHIR, 2010: 115)

Como nos mostra Lima (2010), no período do governo Lula houve também um esforço pela institucionalização da questão racial por meio de ações e programas governamentais que podem ser sistematizadas nos seguintes grupos: a) medidas de caráter repressivo, como a definição do crime de racismo e sua punição; b) as demandas por reconhecimento com intuito valorativo/identitário, como a valorização da cultura negra; c) e reconhecimento com intuito redistributivo; políticas que reconhecem as desigualdades raciais.

Também é preciso lembrar que, nos últimos anos, a juventude passou a ser pauta de políticas públicas no Brasil. Tomada como sujeito de direitos a juventude figura em inúmeros debates, estudos e propostas políticas como a implementada pelo Estatuto da Juventude. Desta forma, tanto no plano normativo como sujeito de direitos, quanto como contingente demográfico, a juventude vem recebendo atenção no debate público, muitas vezes como categoria que condensa as dificuldades estruturais de nossa sociedade.

São jovens que nasceram e cresceram nas periferias em meio a um turbilhão de mudanças estruturais relacionadas ao mundo do trabalho e do crime. Paralelamente também vivenciaram a expansão do acesso à educação e, nos últimos anos, os efeitos da política social do governo Lula, como por exemplo a já mencionada institucionalização da questão racial e o debate acerca dos jovens enquanto sujeito de direitos a quem também são destinadas políticas públicas.

As situações encontradas em campo colocaram o desafio de um esforço de articulação entre os referenciais teóricos de análise com os quais fui me familiarizando - como as discussões acerca da sociologia da juventude - e com os quais já estava familiarizada como a sociologia das relações raciais. A articulação entre estes dois referenciais é incipiente sendo que as novas conjunturas sociais

relacionadas à vivência da pobreza no espaço urbano, à juventude e à raça colocaram novos cenários tanto como pesquisadora, quanto nos questionamento da vivência de minhas experiências enquanto jovem e negra.

Nesse movimento, fui fazendo aproximações sucessivas no sentido de operacionalizar noções como situações juvenis, territorialidades vulnerabilidades, pertencimento racial, periferia, ao passo que buscava nas próprias narrativas dos jovens os caminhos, contradições, experiências na vivência destes contextos. O local de moradia como *locus* de investigação, se apresentou também como uma condição em que a transversalidade de elementos é condição :

Um campo pouco investigado no conjunto de estudos sobre juventude situa-se no tema dos modos de vida de jovens a partir de seu local de moradia, considerado como um território de múltiplas relações sociais. Nesse caso, as práticas cotidianas seriam analisadas, privilegiando-se sua dimensão transversal — escola, trabalho, lazer, sociabilidade. Trata-se, na verdade, de um desafio teórico metodológico importante, pois demanda o mergulho em uma tradição de investigações centradas em torno da vida cotidiana ainda desconhecida por grande parte dos pesquisadores sobre juventude no Brasil. (Sposito, 2010: 100)

Destarte, estou lidando com um campo ainda em construção, sendo que as perguntas que me orientavam não encontram ressonância na literatura. Foi então uma combinação de elementos teóricos, metodológicos e intuitivos que fui construindo os caminhos desta pesquisa.

Sem perder de vista as condições estruturais, as transformações sociais e políticas que apresentei em linhas gerais nesta seção, combinadas com as impressões delineadas em campo, tive que proceder escolhas analíticas que permitissem costurar as diversas dimensões com as quais teria que lidar ao interpretar meus dados. Iniciei então por um mapeamento de questões e tendências relacionadas ao tema da pesquisa a fim de qualificar meu olhar para as relações entre juventude, vulnerabilidades, território e tema racial.

3.1.2 Mobilização dos conceitos chave

Conforme discuti no capítulo 1, as pesquisas que ensaiam uma aproximação entre juventude e raça são muito incipientes tanto na perspectiva de análise da sociologia da juventude quanto na sociologia das relações raciais. Porém, apontam que há múltiplas formas de ser jovem e negro e que neste momento do ciclo de vida outros fatores condicionam a percepção de situações de discriminação racial, ou mesmo um pertencimento positivado: a escolaridade, a classe social, o local de moradia, o gênero, as redes de sociabilidade etc. Estes fatores sempre aparecem interligados e idissociados na vivência de discriminações, ou seja, há muitas vezes uma simultaneidade e sobreposição de fatores produzindo percepções variadas também.

No capítulo 2, recuperei o debate em torno da noção da expressão *vulnerabilidade social* e os seus usos relacionados ao grupo juvenil e a espaços urbanos. Apontei estudos de base quantitativa sobre índices e indicadores que são mobilizados para caracterizar a vulnerabilidade juvenil. Também incluí as novas abordagens acerca da heterogeneidade da pobreza e da noção de vulnerabilidade social, tendo em vista as contribuições destes estudos para o entendimento da dimensão territorial da pobreza em São Paulo (MARQUES E TORRES, 2005). Logo, eu teria que lidar com esta heterogeneidade do tecido urbano das periferias em meu campo, não poderia considerar que os jovens que entrevistaria estivessem sob as mesmas condições de vulnerabilidade e pobreza.

A fim de não incorrer na tentativa de operacionalizar o conceito de vulnerabilidade social em uma dicotomização entre indivíduos vulneráveis e não vulneráveis (CUNHA et. al., 2006) e levando em conta o aspecto sócio-espacial da vulnerabilidade que caracteriza a região de M'Boi Mirim, onde vivem os jovens que entrevistei, retomo a definição de vulnerabilidade de Kaztman como a “incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração(2000:7)”.

O acesso à estrutura de oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade depende das fontes de ativos que os indivíduos possuem para este acesso, sendo que a família se destaca como fonte de ativo no início da trajetória do indivíduo e permanece como uma estrutura primordial:

Para cada etapa do ciclo de vida, existe ao menos uma estrutura de oportunidades que constitui a fonte dominante na qual procuram-se os ativos necessários para uma integração adequada à sociedade. É indubitável que a família exerce esse papel para as crianças, sendo também certo que outras estruturas, como a vizinhança, o Estado e o mercado, gradativamente, assumem primazia, na medida em que elas crescem como provedores de ativos.(...) Em geral e com uma intensidade que depende do tipo de regime de bem-estar prevalecente em cada sociedade, as famílias e as redes familiares sempre permanecem no fundo deste cenário, operando como estruturas primordiais de proteção e segurança básicas. (KAZTMAN E FIGUEIRA, 2006: 77)

Assim, a descrição do contexto familiar de nossos entrevistados será importante para nos informar como esses jovens neste momento do ciclo de vida acessam a estruturas de oportunidades fora do seu âmbito familiar, quais estratégias são utilizadas para se moverem nas outras estruturas, o mercado de trabalho, o acesso a créditos educacionais e etc. O que pudemos entrever nesta pesquisa, é que há diferentes vivências juvenis desta vulnerabilidade e que a cor tem um peso relativo no que tange ao acesso a estas estruturas, ganhando maior ou menor importância à medida que o indivíduo acessa outros ativos como aqueles alocados no mercado de trabalho, no acesso a oportunidades de emprego. Entender as diferentes percepções e vivências destes jovens é o objetivo deste trabalho.

Depois de algumas incursões em campo e ao analisar algumas entrevistas percebi que somente o diagrama analítico centrado na idéia de juventude e vulnerabilidade era insuficiente para descrever as situações que encontrei na pesquisa, pois era preciso apreender também as dinâmicas próprias das percepções dos jovens que entrevistei, principalmente relacionadas à “cor”.

Assim, as pesquisas existentes sobre a relação da juventude e percepção racial (SANSONE, 2007, CECCHETTO e MONTEIRO, 2006), indicaram a importância contextual, territorial, e relacional que os jovens estabelecem dentro e fora de seu bairro. Estas pesquisas nos mostram como o deslocamento por outros territórios da cidade não circunscritos ao bairro, condiciona as diferentes percepções sobre si e sobre a condição racial.

As questões da alteridade e do ser negro para estes jovens coexistem com outros marcadores da diferença que ganham contornos diversos conforme os contextos de interação. Assim, o sujeito que, por diversas razões, tem pouca experiência de circulação pela cidade tende a perceber a “cor” como um fator não estruturante e de pouca relevância para suas experiências sociais. É no deslocamento para fora do

bairro que o território passa também a ser lido como estigma produzindo processos discriminatórios simultâneos nos quais os sistemas classificatórios mudam: ser jovem, negro e morador da região de M'boi Mirim , são marcadores que ganham diferentes contornos dentro e fora das periferias.

Tomei aqui a definição e o estigma apresentados por Goffman que leva em consideração o jogo de expectativas mútuas presentes nas interações face a face. Muitas vezes, nestas interações há uma discrepância de percepção entre a identidade virtual e identidade real do indivíduo estigmatizado. Sendo assim, estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1975:7).

Porém o indivíduo a quem é atribuído uma identidade deteriorada também pode manipulá-la, construindo estratégias individuais e coletivas de lidar (?) com o estigma. Sendo assim, cabe-nos analisar como os jovens podem proceder a manipulação dos estigmas raciais e os relativos ao local de moradia. Tomando a definição de Goffman que diferencia o indivíduo “racialmente estigmatizado” como desacreditado por ser portador de uma característica imediatamente identificável, e o desacreditável, aquele que possui um estigma que não é perceptível imediatamente, podemos perguntar como nossos entrevistados procedem e desenvolvem estratégias de manipulação destes estigmas.

Assim, era preciso investigar como estes marcadores apareciam em *diferentes contextos*- tanto internos: relacionados as famílias, amigos, ao bairro, quanto externos neste trânsito e encontro com outras situações como a busca de emprego, o encontro com a polícia, e etc - bem como podiam se transformar em *estigmas* passíveis de serem manipulados por seus portadores.

Por esta razão, elegi as trajetórias urbanas destes jovens como um eixo de análise importante para entrever estes diversos contextos de interação. Esta escolha também está informada por uma literatura que, preocupada com as mudanças no mundo do trabalho, com os novos padrões de acesso e mobilidade aos espaços urbanos, com o mundo da ilegalidade e de formas diversas de criminalidade, trabalham com a idéia de “percursos de personagens urbanos” e suas trajetórias urbanas.

Ao trabalhar com estes personagens alguns eixos norteadores devem ser mobilizados: passagens, fronteiras, trânsito, acesso e bloqueio, circuitos da vida cotidiana , distâncias e proximidades . Eles nos ajudam na tentativa de entender como

estes marcadores aparecem nos caminhos incertos dos jovens moradores das periferias levando em consideração que são eles que :

(...) realizam uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, em um jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada. (...) Eis o ponto que traz as novas gerações para o centro nevralgico desse mundo social que vem se configurando. (TELLES, 2006: 177).

Outro conjunto de pesquisas ligadas à observação de como operam os sistemas classificatórios que envolvem simultaneamente o gênero, a raça, a classe e a idade relacionados à sexualidade (PERLONGHER, 1993; MOUTINHO, 2006) e as relações afetivas inter-raciais (MOUTINHO, 2004), nos mostram como a noção de territorialidade, muito mais que a noção de identidade contrastiva, esclarece sobre as distinções destes marcadores sociais:

Em vez de falar de identidades passamos a falar de territorialidades, de lugares geográficos e relacionais. Isto nos convida a conceber uma trama de "pontos" e "redes" por entre as quais circulam ("transformam-se") os sujeitos, definindo-se conforme sua trajetória e posição "topológica" na rede, e não conforme uma suposta identidade essencial. O conceito de identidade dá lugar ao de territorialidade, à pergunta "quem é?" superpõe-se a pergunta "onde está?".(PERLONGHER, 1993: 143)

Um exemplo de pesquisa que trabalha com estes diversos marcadores em contextos e diferentes interações foi realizada por Moutinho (2006) que comparando as trajetórias de dois jovens negros homossexuais moradores de uma favela e de uma comunidade carioca, mostra como o “campo de possibilidades” dos mesmos difere sobremaneira dos homens e mulheres heterossexuais e dos travestis que moram na mesma região: “é esse sujeito social quem possui um conjunto de características relativas ao gênero, à cor, à orientação sexual e à classe que lhe permite uma chance maior de vivenciar e acumular novas e diversas experiências, bem como de aumentar seu capital cultural, econômico e social”(MOUTINHO, 2006:114). Esta pesquisa também se preocupou em observar como gênero, raça e sexualidade aparecem articulados com a violência e o tráfico de drogas das comunidades do Rio de Janeiro pesquisadas já que estes fatores interferem na dinâmica dos relacionamentos, nas parcerias entre gêneros e nas orientações sexuais e de raça.

Estes estudos dão importantes contribuições acerca dos espaços de manobra na manipulação de estigmas, destacam o aspecto relacional e simultâneo entre as diversas possibilidades de classificações dos indivíduos conforme o território e a experiência em que estão inseridos . O diálogo que estabelecemos com elas dizem

respeito aos lugares e situações igualmente relacionais que podem “transformar” os sujeitos.

Logo, para os fins desta pesquisa, busquei compor em minha seleção de entrevistados uma *heterogeneidade* de perfis dos jovens negros e moradores da região do M’boi Mirim. Esses perfis foram organizados quanto *dois eixos de análise* que dão concretude à pluralidade de experiências e sentidos ao ser jovem, negro, ao mesmo tempo em que podem nos revelar como operam as categoria raça, juventude, local de moradia nas relações sociais e na vivência cotidiana dos jovens pesquisados.

Esses dois eixos de análise são as *trajetórias* (familiar, escolar, trabalho) que me permitiram entender as percepções e representações dos entrevistados acerca dos atributos raciais forjados nestes âmbitos e também me permite situá-los quanto às diferenças na vivência da condição juvenil, as estratégias no acesso a estrutura de oportunidades, se possuem um projeto de mobilidade, ou seja, permitirá entender os papéis sociais e o contexto a partir do qual falam.

O outro eixo de análise são os *trajetos* (trajetos urbanos, mobilidade pela cidade, vivência do bairro e da cidade) que apareceram como elementos significativos no decorrer da pesquisa e na seleção das narrativas. Pude compor, então, dois perfis levando em conta as experiências relatadas: os que delineiam *trajetos expandidos* que estabelecem redes de sociabilidade no bairro e fora dele e, assim, acessam uma estrutura de oportunidade mais abrangente também e os que delineiam *trajetos locais* circunscritos ao bairro e cujas redes de sociabilidade também são locais.

Tendo em vista estes dois perfis procurei investigar que tipo de experiência é vivenciada por jovens negros moradores de bairros periféricos da região de M’Boi Mirim, dentro e fora das fronteiras, como experimentam diferentes territorialidades, e como estes *trajetos expandidos* ou *locais* interferem nas suas experiências relativas à cor e ao acesso a diferentes estruturas de oportunidades.

A seguir traçarei um perfil de cada jovem baseado nas entrevistas e nas observações de campo, destacando aspectos das *trajetórias* relevantes para a pluralidade de experiências relacionadas à vivência do pertencimento racial assim como os seus *trajetos urbanos*. Depois analisarei todas as entrevistas conforme os três aspectos anteriormente elencados observando as recorrências, contradições, concordâncias entre as mesmas.

3.2 Trajetórias e trajetos: aproximando nossos entrevistados

Dentre os cinco jovens que entrevistei posso afirmar que suas trajetórias e seus trajetos possuem alguns elementos que os aproximam e os afastam nos permitindo entrever como estes gerenciam os fatores estruturais relativos aos marcadores da diferença. A seguir traçarei um breve perfil dos mesmos atentando para as principais características de cada trajetória de vida. Depois, organizarei estes perfis tendo em vista aspectos destas trajetórias e de seus trajetos urbanos para, então, situá-los nas análises das entrevistas.

Mauricio - É estudante do terceiro ano do Ensino Médio, tem 17 anos e atualmente faz um curso técnico na área de informática. Por meio deste curso conseguiu um estágio na área em uma empresa de grande porte. Quando o conheci no Centro de Juventude em 2011, Mauricio jogava em uma equipe júnior de um grande time de futebol e sonhava com a carreira de jogador. Nesta ocasião, ele relatou um episódio de discriminação racial no qual foi vítima durante um jogo, mas somente alguns meses depois, em nossa segunda entrevista entendi as vicissitudes deste fato que resultou em sua saída do time. É filho único de um casal que migrou da Bahia para São Paulo, o pai e a mãe têm pouca escolaridade, mas possuem um trajetória laboral estável. Mora no Jardim Riviera Paulista em uma casa própria. Este bairro é bem heterogêneo quanto ao padrão de ocupação, pois é muito próximo da Represa do Guarapiranga nas margens da qual há casas de alto padrão e também tem uma ocupação mais densa de loteamento com casas mais populares como é o caso da casa de Mauricio. Mauricio sempre foi estimulado pelos pais a ter uma circulação pela cidade em busca de cursos e de atividades de lazer. Classifica-se como negro.

Denis – É educador social no Centro de Juventude, tem 29 anos, se auto-declara como negro, mora sozinho em uma casa alugada no Jardim Alto do Riviera e é estudante de Economia. É o filho mais velho, de um casal de migrantes de Minas e da Bahia que chegaram nos anos 70 na região e tiveram três filhos. Denis teve uma vida familiar estável até os 13 anos quando seus pais se separaram, começou a trabalhar desde esta época. A participação em grupos culturais juvenis como a pichação e a música eletrônica o colocaram num circuito cultural fora de seu bairro. Trabalhou como *office-boy* em um escritório, local onde conheceu seu “mentor”, um senhor negro que o levou a pensar sobre sua condição racial. Terminou o ensino médio, fez um curso técnico em administração e depois cursinhos pré-vestibulares. Com 22 anos, ingressou como bolsista no curso de economia da PUC-SP, já no primeiro ano começou a trabalhar em um banco privado. Este momento significou a experimentação e circulação em grupos de prestígio social. Porém, Denis não conseguiu cumprir as exigências de frequência e notas da bolsa que tinha e a perdeu. Por não estar mais vinculado à faculdade também perdeu o emprego. Passou a trabalhar como operador de telemarketing e garçom e tentou por diversas vezes retomar o curso na mesma universidade sem sucesso. Realizou o que chamei de uma “volta ao bairro”, quando por conta de uma punição relacionada a uma abordagem policial foi cumprir pena alternativa em uma ONG da região. Esta pena o colocou no

circuito das ONGs locais e fez com que conseguisse uma vaga de educador no Centro de Juventude. Há dois anos voltou a cursar economia em outra universidade particular de menor prestígio.

Ângela- 18 anos, mora com os pais e o namorado em uma favela do Jardim Alto Riviera e é praticamente vizinha de seu educador Denis. Abandonou a escola há um ano no segundo ano do Ensino Médio. Durante 2010 e 2011 frequentou os cursos do Centro de Juventude e esta era a sua única atividade. A mãe de Ângela tem 56 anos e é do Rio Grande do Norte, teve cinco filhas sendo que Ângela é a caçula, a única que nasceu em São Paulo. As quatro filhas mais velhas são casadas e três delas moram na mesma favela. Sua mãe é empregada doméstica e trabalha para mesma família há 23 anos, ganhando um salário mínimo, único rendimento deste núcleo familiar que também é composto por seu esposo, pedreiro desempregado e com problemas com o alcoolismo e Luan, 16 anos, namorado de sua filha que passou a viver com a mesma em 2011. Luan e Ângela se conheceram no Centro de Juventude e namoram há quase dois anos. Ângela ficou grávida, mas perdeu o bebê. Luan cumpre medida sócio educativa em meio aberto, depois de ter passado por unidades da Fundação Casa e por clínicas de recuperação para dependentes de drogas. Ângela e Luan fazem alguns “bicos” em uma feira-livre no bairro de Moema.

Marcos – Apelidado desde a infância por colegas como “Buiu”, tem 29 anos e é morador de uma favela no Jardim Ibirapuera é o filho do meio e tem uma irmã e um irmão mais velho. Eu o conheci quando estive no NPPE São Luis; naquela ocasião Marcos frequentava a oficina de desenho do núcleo e fazia alguns serviços de manutenção na unidade, foi levado até lá por um amigo que cumpria medida sócio-educativa. Passou a adolescência e a juventude fora da escola, tendo cursado somente até a terceira série do ensino fundamental. Devido ao alcoolismo de seus pais e às dificuldades financeiras, além de ter abandonado a escola também se iniciou na prática de pequenos furtos e no uso de drogas, teve alguns trabalhos esporádicos no próprio bairro. Segundo sua narrativa, foi há dois anos, depois de ter sido confundido com outra pessoa e quase ter sido executado, que decidiu parar de usar drogas. Se converteu à religião de sua mãe que já era evangélica e passou a frequentar atividades educativas e sociais no NPPE e também voltou à escola. Idealizou alguns projetos com crianças de seu bairro (rodas de leitura, exibição de filmes) e por conta destas atividades que realiza sem nenhum apoio financeiro obteve uma certa visibilidade midiática. Atualmente, trabalha como educador social em algumas ONGs e faz também alguns “bicos” para complementar sua renda. Seu irmão mais velho é dependente de drogas e tem envolvimento com o tráfico local, sua irmã tem três filhos e está desempregada. Seu pai ainda tem problemas com o alcoolismo e sua mãe que era empregada doméstica devido a problemas de saúde não trabalha mais. A família mora na mesma casa que foi dividida em três espaços: dois cômodos da sua irmã, dois cômodos para seus pais, e uma terceira saleta que abriga o projeto social de Marcos. Ele tem poucas vivências fora de seu bairro, pretende cursar artes plásticas, dedicar-se à arte-educação e. declara-se negro.

Erika- 23 anos, é solteira, mãe de um garoto de cinco anos. Mora em uma casa no Universal junto com sua mãe, a irmã mais nova, o cunhado e mais três sobrinhos pequenos. Seu pai se separou de sua mãe quando ainda era pequena. Assim que terminou o ensino médio com 18 anos engravidou. O relacionamento que teve com o pai de seu filho foi conturbado, os dois chegaram a morar juntos na casa de sua mãe, mas atualmente estão separados. O ex-namorado tem envolvimento com atividades

ilícitas e Erika também teve contato com o “mundo do crime”. Atualmente está desempregada, mas já alternou empregos na área de vendas e estoque. Erika participou de um grupo cultural e frequenta algumas atividades de um centro cultural da região de M’Boi Mirim; foram nestas atividades que a conheci. O núcleo familiar tem como referência sua mãe que é merendeira em uma escola pública do bairro, atividade que é realizada por contratos de curtos períodos, o que desestabiliza a principal fonte de renda da família. Recentemente sua mãe voltou a estudar e terminou o ensino médio. A família é umbandista. Erika se declara negra. Sua sociabilidade e vivência é atualmente centrada em seu bairro.

Tendo em vista estes perfis as perguntas que se colocam são: O que os aproxima? O que os diferencia? Quais experiências influenciam nas percepções em relação à condição juvenil, racial e como moradores de periferia? Que aspectos das trajetórias de vida fazem com que a cor da pele seja um fator estruturalmente significativo? Quais outros elementos de diferenciação aparecem em suas narrativas?

Alguns aspectos particulares de suas trajetórias são relevantes para o entendimento da seleção de narrativas relacionados à percepção e às vivências de preconceitos. O primeiro aspecto diz respeito àqueles que possuem um trânsito e trajetos urbanos expandidos e um projeto de mobilidade ascendente que são as experiências de Mauricio e Denis. Desde muito cedo, ambos passam a circular e a acessar estruturas de oportunidades que estão fora do bairro, na cidade. Os contextos relacionais nos quais se inseriram em busca de qualificação profissional, de circuitos culturais juvenis como foi o caso de Denis, ou nos circuitos relativos ao futebol profissional no caso de Mauricio propiciaram uma experiência espacial de deslocamento que os colocaram frente a diferentes diagramas e referências nos quais as suas diferenças foram de alguma forma redimensionadas.

Já Ângela e Marcos tiveram suas trajetórias marcadas por mais descontinuidades e rupturas que influenciaram nas aspirações, projetos e expectativas de vida que traçaram até o momento. Suas redes de sociabilidade estão mais centradas em seus bairros, possuem menor circulação na cidade e, conseqüentemente, possuem um acesso mais restrito a bens materiais e imateriais. Algumas similaridades entre estas trajetórias indicam que as mesmas condicionam os trajetos urbanos destes jovens: a interrupção dos estudos, as experiências de desemprego, a convivência e proximidade com “o mundo do crime” local, o menor capital social familiar.

A trajetória de Erika é mais próxima de Ângela e de Marcos na medida em que a mesma experimentou diversas rupturas e descontinuidades: a gravidez precoce,

a inserção precária no mercado de trabalho, a interrupção dos estudos, as condições de moradia, seu arranjo familiar e a proximidade com o “mundo do crime” intermediado por seu relacionamento afetivo com o pai de seu filho. Porém, foi interessante notar que devido a seus trajetos locais ligados a espaços culturais e religiosos tidos como “negros”, redimensionaram “percepção de si” e de sua inserção no mundo a partir de seu pertencimento racial.

Estes diferentes arranjos de trajetórias e trajetos informam como os marcadores de diferença tais quais, a raça, o local de moradia, o gênero, são enunciados a partir de diferentes planos de interpretação discursiva. Coube a mim situá-los e colocá-los em relação procurando entender o pano de fundo das narrativas, notando as recorrências, discordâncias e contradições.

Desta forma, percebi que tanto elementos das *trajetórias* quanto os *trajetos* são suportes para entender quais aspectos são importantes norteadores da percepção e da vivência cor em diferentes situações e momentos. Procurei desvelar nuances destas vivências bem como verificar como a raça se articula e se sobrepõem a outros marcadores sociais da diferença como “ser de periferia”, “ser jovem”, “ser mulher”, etc.

As tentativas de ordenação do material recolhido tanto nas entrevistas como nas observações anotadas no caderno de campo colocaram desafios analíticos imensos diante da pluralidade de experiências que ouvi. Uma primeira tentativa de organização foi a de analisar esse material, tendo em vista a pista de Sansone (2007) que apontam que a escolaridade e a condição socioeconômica dos jovens são elementos essenciais no jogo de *status* e códigos necessários na percepção da discriminação racial e como estes utilizam e manipulam os marcadores raciais.

Porém, este caminho não se mostrou profícuo na medida em que percebi que outros elementos como os trajetos urbanos, a circulação destes jovens por espaços marcados simbolicamente como “o outro lado da ponte”, ou mesmo, por espaços negros do “lado de cá da ponte”, como é o caso de Érika, também influenciam sobremaneira na manipulação destes marcadores.

Consequentemente, ainda dialogando com o referido autor, a percepção das “áreas moles” das relações raciais e das “áreas duras” que compunham um *continuum* na hierarquização dos espaços em que a cor ganha menor ou maior importância para os indivíduos depende também destes *trajetos*, ou seja, para aqueles que não possuem trajetos expandidos por outros espaços da cidade ou em espaços negros as “áreas

duras”, como o contato com a polícia não são percebidas a partir da mediação da cor. Explorarei estas nuances a partir da análise das entrevistas.

A análise foi organizada a partir de um temário recorrente no diálogo com os jovens e no qual fui percebendo importantes nuances individuais. A divisão por estes temas abriu a possibilidade de um trabalho analítico que não se reduziu apenas à reprodução dos depoimentos e possibilitou também a observação dos modos de dizer, os contextos destas falas, a relação com eventos de suas trajetórias. Assim, o desafio de atentar para os conteúdos e o contextos da enunciação percebendo não apenas “o quê”, mas “como” e em que contexto falavam sobre sua experiência.

Os temas elegidos para a análise foram: a) dimensões da percepção racial nas trajetória ; b) as “áreas moles” e as “áreas duras”: nuances relacionadas aos trajetos urbanos; c) “da ponte pra lá” e “da ponte pra cá”: os marcadores sociais da diferença.

3.2.1 Dimensões da percepção racial nas trajetórias de vida

Ao captar diferentes trajetórias dos jovens, tentei apreender como eles gerenciavam os fatores estruturais relacionados a sua condição de ser jovem, moradores de áreas com diferentes padrões de vulnerabilidade, e sua condição racial, pois como mostra Lima (2010), em sua pesquisa sobre moradores de dois bairros nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo, o atributo racial associado à pobreza funciona de maneira diferenciada segundo os mecanismos de inserção social.

Em campo sempre iniciava a abordagem da dimensão racial a partir da pergunta aberta “qual a sua cor?”. A maioria dos jovens respondeu dizendo que eram negros. Depois, a partir da classificação racial, propunha perguntas que pudessem esclarecer como a vivência da raça se deu em diferentes espaços de sociabilidade e como ela era percebida no âmbito familiar, fazendo com que recuperassem vários aspectos de sua trajetórias. A história de vida dos cinco jovens são variadas e nos apresentaram desafios na forma como vivenciaram e ainda vivenciam o aspecto racial.

É importante assinalar que eles já estão no limiar da fase adulta (Denis tem 28 anos e Marcos, 28 anos), e outros dois acabaram de iniciar o ciclo de vida da juventude (Ângela está com 18 anos e Mauricio, 17 anos). No entanto, como já expus no resumo da biografia de cada um, a maneira como cada um vivencia este ciclo de vida varia conforme muitos fatores e eventos que provocaram rupturas, recomeços,

ressignificações destas trajetórias.

Realizei um esforço no sentido de atentar para algumas recorrências importantes em suas falas o que indicou duas tendências: aqueles que relacionam a cor com um aspecto relevante em diversos âmbitos de sua trajetória e aqueles que não a percebem como um marcador diferencial. Na primeira tendência, estão Mauricio, Denis e Erika e na segunda, Ângela e Marcos. A análise a seguir apresenta estas duas tendências para em seguida compará-las.

Trajetórias marcadas pela cor: Mauricio, Denis e Erika

Os relatos de trajetórias nas quais a cor foi fator preponderante para a construção de suas subjetividades e que desencadearam uma percepção diferenciada da alteridade se deram em torno de duas experiências específicas: a discriminação racial e a ressignificação da identidade baseada na cor. As experiências de discriminação foram citadas e rememoradas pelos três entrevistados, porém para nossa entrevistada Erika é a sua entrada em um grupo de dança e teatro que redimensiona sua identidade e faz com que a mesma intensifique a consciência do preconceito.

A forma como as famílias lhe davam com questões relativas à cor também foram importantes para entender como os jovens se orientavam e se colocavam frente a estas discriminações. Foi unânime o relato de que situações de preconceito desencadearam a discussão sobre pertencimento racial no âmbito familiar.

Denis é filho de pai e mãe negros, quando perguntado sobre a vivência da dimensão racial em sua família, ele diz que seu pai nunca falou muito sobre o assunto e que sua mãe sempre contava sobre experiências de humilhação e discriminação racial por quais passou quando foi trabalhar, ainda criança, como empregada doméstica para uma família com que ficou até os 18 anos. Ele diz que seu pai sempre deu mais ênfase a “questão econômica” e nunca falou muito sobre discriminação e preconceito racial. Credita esta diferença ao fato de sua mãe ter vivenciado uma infância e adolescência muito duras.

Certamente esta experiência de sua mãe reverberou na forma como Denis enfrentou situações de preconceito e discriminação. Ele relata vários episódios de insultos raciais que aconteceram durante a sua infância proferidos por crianças de

seu bairro e diz que sua mãe sempre “arrumava confusão” ao defender os filhos . A medida que foi crescendo e por orientação de sua mãe passou a revidar os insultos e sempre estava envolvido em alguma confusão:

Foi uma coisa que me perseguiu. Em um bairro que eu morei tinha uma vizinha que chamava eu e meu irmão de fálscas e fumaça. Tinha um desenho os irmãos corvos, e ela falava que não éramos corvos e sim urubus. Teve um dia que minha mãe foi em cima dela. Ai também eu era gordinho e negro, então tinha esta perseguição aí. Mas como eu era grande e às vezes o cara era pequeno eu revidava com uns cascudos, sempre acabava em briga. Tive essa fase aí, isto até uns 12 anos, tal. Ai na sétima, oitava série achava que eu não conseguia namoradas porque era negro e quem tinha gelzinho no cabelo, cabelo arrepiado tinha mais chance. Ai sei lá, por isso que eu busquei assim esse mundo underground da música eletrônica, até com esta questão de você criar seu próprio visual com piercing, tatuagem... Porque ali você era você. Você conseguia criar um tipo de uma identidade. Não precisava ser aquele pasteurizado.

Na adolescência, ele diz que percebia que tinha dificuldade de se relacionar afetivamente e sempre achava que era por conta de sua “cor”. Foi nesta fase de sua vida que se passou a frequentar o circuito de lazer e entretenimento da música eletrônica no qual, segundo ele, “ali conseguia criar um tipo de uma identidade”. Este circuito também o levou a frequentar outros territórios da cidade, a consumir produtos, a se vestir e se comportar conforme códigos grupais nos quais a cor não era um elemento preponderante. Posteriormente, Denis também se envolveu com o circuito da pichação na cidade.

Assim como Denis, Mauricio também apontou diferentes posturas de seus pais relacionados ao tratamento dado à dimensão racial em sua família. Filho único do casal Dona Nilde que se identificou como “parda” e de seu João que, assim como o filho, se identificou como “negro, Mauricio relata sua primeira lembrança de discriminação que ocorreu na escola e a vicissitudes no âmbito familiar:

E: Como a questão racial era tratada na sua família, seus pais tocavam neste assunto?

Mauricio: Quando eu era mais novo, foi a primeira vez que senti um impacto por causa da minha cor.

E: Como foi? Você se lembra, qual era a situação?

Mauricio: A primeira experiência que eu lembro foi quando eu tinha de 6 para 7 anos eu estava na escolinha e tinha um outro garoto que entrava comigo e sem querer eu esbarrei nele e ele disse: “eca, eca ele é preto e saiu correndo”. Eu perguntei pra professora porque ele tinha falado aquilo e ela disse pra eu não ligar, mas eu não entendi muito bem, foi quando eu cheguei em casa e contei pra minha mãe e ela me explicou ponto a ponto, o que era preconceito e porque isso acontecia. Essa foi a primeira de muitas. Foi também a primeira vez que eu conversei com meu pai e minha mãe sobre isso . Depois eu comecei a

estudar este tema na escola também, onde moro este tema é bem abordado na escola. Agora dentro da minha casa... Assim, minha mãe procura fugir um pouco porque ela não gosta. Agora meu pai tenta discutir essas coisas, preconceito racial. Meu pai gosta de saber os lugares que eu frequento porque ele vê que eu não tenho preconceito, eu frequento balada GLS, gay não tenho preconceito com ninguém. Particularmente meu pai gosta muito de discutir isso, minha mãe é mais fechada, pra esse assunto ela é mais fechada.

E: Porque você acha que há esta diferença?

Mauricio: É porque vou falar que nem meu pai fala: meu pai bateu mais de frente e minha mãe por ser mulher foi criada naquele berço. Meu pai não... com 14 anos ele estava praticamente morando sozinho já. Então eu acho que meu pai sofreu muito mais que ela, por isso ele tem mais experiência.

A explicação de Mauricio sobre a maior disposição de seu pai em falar de assuntos como o preconceito racial, é atribuída às dificuldades pelas quais passou desde a infância, fazendo com que ganhasse mais experiência, em relação a situações discriminatórias. O fato que desencadeou esta primeira conversa sobre “o impacto” que Mauricio sentiu relacionado a sua cor se deu na pré-escola quando um garoto da mesma idade o insultou. Este foi o primeiro episódio de que ele se lembrou, mas ele relata que no âmbito escolar houve (Luciana, o verbo haver no sentido de existir não vai para o plural) outros episódios parecidos.

Tive a oportunidade de conversar com Dona Nilde quando fiz uma visita em sua casa em uma ocasião que Mauricio e nem seu pai estavam. Percebi um certo desconforto da mesma quando toquei em assuntos como racismo e preconceito racial. Para ela a cor não é um fator preponderante para a vivência de situações de desvantagem e discriminação:

A gente é o que a gente é né? Mas sempre no mundo existe, não vai dizer que não existe, que existe. Você tem que estudar ser uma pessoa direita porque o racismo existe. As vezes, vai procurar um emprego, as vezes roubam aí dizem: foi o negro que roubou, e não foi o coitado. Por isso eu falo pra ele estudar porque as coisas se tornam mais fáceis. Eu incentivo ele a estudar. (Dona Nilde, 51 anos, mãe de Mauricio 17 anos)

Para Dona Nilde, a educação é um fator que pode contornar e até a superar preconceitos relacionados à cor: estudar torna “as coisas mais fáceis”, o estudo pode colocar seu filho em pé de igualdade com outros jovens mesmo havendo o fenômeno do racismo. Para esta mãe, o estudo representa uma possibilidade de superação das possíveis “desvantagens” de seus filhos. Como veremos esta também foi a postura da mãe de Ângela.

As duas mães que ouvi a este respeito admitiram a existência de fenômenos como o racismo e o preconceito. Porém, apontaram soluções para os mesmos como

“ser uma pessoa direita” ou ser “estudado”, reforçando em nossa opinião a contradição da existência do preconceito, pois mesmo com o estudo a possibilidade de acusação do negro poderá não desaparecer completamente. Logo, acredito que é na negação da influência do preconceito racial de seu filho que Dona Nilde reconhece a possibilidade de que o mesmo aconteça.

As lembranças de seu filho Mauricio como as do educador Denis, relacionadas a insultos raciais que vivenciaram ainda na infância desencadearam reações e repercutiram de alguma forma: no caso de Denis os xingamentos e apelidos eram vividos como conflitos explícitos e no caso de Mauricio estes fatos eram os detonadores de discussões acerca da cor no âmbito familiar. Tomei a reação aqui tal como Lima (2001) quando analisou os conflitos relacionados à cor e ao trabalho:

(...) Todas as formas de lidar com essa situação representam uma reação, mesmo que não haja um enfrentamento direto ou mesmo algum tipo de reconhecimento. Cada situação leva os indivíduos a acionar a maneira mais conveniente de lidar com a discriminação, muitas das vezes até de forma pouco racionalizada. (LIMA, 2001:210)

Ambos relataram que apenas um dos pais estiveram mais dispostos a falar do assunto, mas este dado indica diferentes reações no âmbito familiar. É importante dizer que as formas de lidar com o preconceito destes pais de alguma forma informam sobre como a cor aparece ou não como um elemento importante na definição das subjetividades.

No caso de Denis, a separação dos pais quando tinha 13 anos fez com que a convivência com sua mãe fosse mais intensa. Neste aspecto, foi interessante notar que Denis sempre associou a sua ascendência negra à família de sua mãe que nasceu no Maranhão. O fato de sua mãe ter sido criada por outra família na condição de empregada doméstica e ter perdido o contato com sua família de origem significa para Denis uma impossibilidade de conhecer e vivenciar uma “identidade negra”. Logo um de seus projetos é visitar a cidade de sua mãe, conhecer as manifestações culturais negras daquele estado e tentar resgatar um pouco de sua “origem” negra.

Dentre os nossos cinco entrevistados, Erika, 23 anos, foi o caso em que a vivência da cor também foi dada por experiências de ressignificação não somente associada a situações de preconceito, mas também ao “orgulho da cor e da ascendência negra” (FIGUEIREDO, 2002). A sua entrada e participação em um grupo cultural do bairro quando tinha 16 anos parece ter sido um momento em que a mesma operou uma reversão do estigma (PINHO, 2005: 141), mas antes voltemos aos

momentos anteriores a esta reversão.

O ambiente escolar foi citado como um lugar de vivências de preconceitos e discriminações, tanto por Mauricio quanto por Erika. Ao falarem sobre suas experiências ambos apontaram a escola³² como o ambiente em que este tipo de conflito era mais latente:

A experiência da relação identidade/alteridade coloca-se com maior intensidade nesse contato família/escola. Para muitos negros, essa é uma das primeiras situações de contato interétnico. É de onde emergem as diferenças e se torna possível pensar um “nós” – criança e família negra – em oposição aos “outros” – colegas e professores/as brancos. Embora o discurso que condiciona a discriminação do negro à sua localização na classe social ainda seja predominantemente na escola, as práticas cotidianas mostram para a criança e para o adolescente negro que o *status* social não é determinado somente pelo emprego, renda e grau de escolaridade, mas também pela posição da pessoa na classificação racial. (GOMES, 2002: 45)

Nas falas de Erika e Mauricio, a experiência escolar aparece não só vinculada a situações de discriminação, mas também a experiências positivas. Ambos me relataram que foram bons alunos, que sempre tiveram um bom desempenho escolar.. Mauricio, inclusive, cita que o preconceito e a discriminação racial foram temas abordados na escola em que estuda. Parece-me que a relação com universo escolar é no caso destes jovens permeada de ambiguidades e tensões : de um lado reconhecem e legitimam a escolarização como importante em suas trajetórias de outro demarcam a dificuldade que enfrentam em seu reconhecimento enquanto negros. O depoimento de Érika sobre esta tensão é esclarecedor:

Até hoje a gente sente quando você é olhado com certo preconceito pelo tom da pele. Na escola era evidente, eram apelidos que machucavam, eram pais que não queriam que os filhos tivessem amizade comigo. Uma vez quando estava na escola a professora pediu que a gente fizesse um trabalho sobre uma peça de teatro, eu estava no primeiro colegial, minha mãe trabalhava a noite e não podia me levar e também eu era de menor e não podia ir sozinha. Foi quando a mãe de uma menina que era do meu grupo ficou responsável por levar a gente. A menina era super branca que nem um fantasma. Por eu ser negra e ter um bom desempenho na escola, a mãe da menina tinha imaginado que eu era uma aluna branca porque quando ela chegou na porta da escola a reação dela foi notável, ela estava surpresa pela filha dela ter amizade com uma menina negra. Ela me olhou dos pés a cabeça não gostou do que viu e perguntou quem ia junto com ela, a filha dela falou que ia a Erika e também a Aline que era pretinha. Daí ela falou: então vamos. Mas eu senti que o vamos dela não era um vamos todos juntos. Daí nem eu nem a Aline fomos, pedimos que as outras meninas assistissem a peça e depois contassem pra gente pra fazer o trabalho.

³² Pesquisas importantes no campo da educação demonstrando como a escola vem lidando com as diferenças raciais e como crianças negras constroem sua subjetividade neste espaço. (Cf FAZZI, 2006 e OLIVEIRA, 1999)

O suporte para enfrentar este tipo de situação sempre foi dado por sua mãe, já que seus pais se separaram quando ela tinha 7 anos e seu pai raramente a visitava. Erika diz que sempre gostou de ler revistas e de assistir jornais, ela nos conta que aos poucos por conta própria foi buscando respostas para as perguntas relacionadas às diferenças raciais e ao racismo:

“Eu fui uma criança que não era tão criança, eu adorava ouvir a conversa de adulto, assistir jornal e eu sempre perguntava pra minha mãe: porque eu sou escurinha e ele é branco? desde criança eu comecei a perceber. Minha mãe sempre me explicou”

As situações de discriminação também eram trazidas para o âmbito doméstico e sua mãe a encorajava a enfrentá-las. Porém, Erika enfatiza que foi aos 17 anos, quando começou a participar de um grupo de dança e de teatro de seu bairro, que algumas coisas passaram a ganhar outros sentidos:

Mais foi no teatro que expandiu o meu conhecimento sobre o negro. No grupo em que eu participava que comecei a discutir sobre o racismo, conheci a história do negro, as coisas boas da cultura como a capoeira, o maculelê, a dança afro. Foi lá que eu comecei a perceber que eu não precisava ter vergonha da minha raiz.

Sansone (2007) denomina alguns espaços como “explicitamente negros”, ou seja, aqueles em que é comum falar abertamente da negritude, em que atividades consideradas “tipicamente negras” são praticadas num clima em que não há tensões raciais. Acrescento também, como no caso de Erika, que estes espaços representam momentos de troca de experiências nos quais os indivíduos podem vincular-se a partir de seu pertencimento racial. Escrevendo sobre jovens do movimento Hip-Hop em São Paulo, a pesquisadora Wivian Weller aponta para a importância de “espaços sociais de experiências conjuntivas” tais quais os experimentados por jovens por meio desta prática cultural:

E é esse processo de relação entre a história passada e a realidade atual que gera o espírito de coletividade e a formação de uma identidade negra com base na memória coletiva e na história vivida. A identidade negra e a conscientização étnica emergem desse processo de tornar-se negro e do pertencimento a esse espaço social de experiências conjuntivas. A busca de identidade pode ser vista também como sinônimo de reinterpretação e reconstrução da história oficial, como forma de constituição de uma narrativa comum da diáspora do atlântico negro, que foi marcada pelo processo de colonização e hibridização (Weller, 2004, p. 109)

É importante lembrar que além de ter participado deste grupo, Erika é dentre nossos entrevistados, a única praticante da umbanda, religião de matriz afro-brasileira. Sua mãe sempre frequentou terreiros e desde criança ela interagia neste meio, mas só

recentemente Erika passou a se interessar por uma iniciação nesta religião. Ela chegou a trabalhar por um período em uma loja de artigos religiosos de umbanda e candomblé e, mesmo lá, contou-me que passou por situação de discriminação quando uma cliente branca se recusou a ser atendida por ela. Erika explica que não costuma revelar para todas as pessoas que frequenta a umbanda, pois segundo ela para algumas pessoas ser: “*preta, pobre e macumbeira aí é demais*”.

Mesmo atentando para o que Moutinho (2004) assinala sobre o “processo de transformação da marca relacionada aos cultos de possessão” (que eram associados a estigmas negativos, relacionados a segmentos sociais marginalizados, circunscritos a certos espaços urbanos e que passam a ser frequentados por outras classes sociais e por outros grupos raciais que não exclusivamente o negro), acredito que ainda há um certo receio por parte de seus seguidores em ser associados a eles evitando reforçar assim o lugar marginal que ocupam como é o caso de Erika.

A religião também foi citada por Denis como fator discriminatório , quando perguntei a ele sobre sua percepção enquanto educador sobre o preconceito racial ele diz:

Do negro não vejo tão forte. Eu vejo mais a questão econômica mesmo. Não sei se é meu olhar. É difícil comparar, um dia estava vindo de metrô da zona norte pra zona sul e vi como as pessoas são diferentes. A cidade é muito diferente. Algumas regiões de São Paulo ainda pode ter uma questão racial mais séria até porque na Zona Leste por exemplo eles tem uma cultura mais do samba, das religiões afro. Aqui na Zona Sul eu não vejo tanto a questão racial. Minha mãe é espírita, e um dia em uma discussão com os jovens sobre o Deus cristão, eu comecei a falar da religião do candomblé e da umbanda. E agora eu percebi as brincadeiras deles, me chamaram de macumbeiro e eles ‘tão achando que estão me afetando. Então como esta religião é afro descendente eu acho que existe discriminação ainda assim: você é negro tá bom, mas se você for negro e macumbeiro aí não... o negro tem que estar dissociado dos valores negros. Se o negro chegar com as guias... nossa! se chegar com as guias aí vai ter repercussão. Agora se for um negro que tem os mesmos valores da classe média paulistana, assim não vai sofrer preconceito não. Em comparação com minha época tinha a coisa do negro, do lugar onde você morava, o dinheiro.

Nesta longa fala de Denis muitos pontos interessantes são levantados para justificar uma certa ausência de conflitos raciais entre os jovens com que convive em seu trabalho. Primeiramente ele aciona a ideia de território comparando a Zona Sul com a Zona leste em termos de uma “cultura negra” que estaria mais presente nesta última. Em seguida, ele diz que a religião de matriz africana associada à cor é que produz situações de preconceito e que o negro “*dissociado dos valores negros*” , ou seja, o negro que partilha de certos aspectos sociais como o poder aquisitivo tem maior possibilidade de reconhecimento de *status* como “classe média paulistana”.

Assim, ao contrário do que demonstram as pesquisas de Figueiredo sobre negros de classe média, Denis parece acreditar que pertencer a esta classe seria um “antídoto contra a discriminação e o preconceito racial”.

Outro aspecto que o trabalho de campo evidenciou está relacionado à forma como o preconceito racial se expressa no contexto do bairro, da vizinhança, por meio das lembranças de nossos entrevistados e as diferentes interpretações relacionados a esta esfera de interação. Vimos que para Denis os conflitos raciais eram explícitos . Sobre este respeito ao ser perguntada Erika afirma:

Preconceito racial, racial, pela cor dentro da favela... a não ser pelos apelidos. Porque aqui onde moro eu não vi ainda tal brutalidade, a ponto de falar olha: foi por causa que ele é preto, não. É mais verbal , mas não com ações. Mais verbalmente: a seu preto, a seu neguinho, é mais assim. Agora a agressão em si não.

A diferença operada por Erika entre o preconceito racial “brutal” que é expresso em ações e o preconceito “verbal” em que parece não haver a condição da agressão , parece também demarcar dois espaços sociais nos quais esses dois registros podem ocorrer: o preconceito expresso verbalmente e com certa “ausência” de agressão é circunscrito dentro do bairro, logo a brutalidade só pode estar localizada fora dele.

Aparentemente, a evidência de atitudes racistas no que tange à sociabilidade no bairro, com os vizinhos são, dada a proximidade e certa homogeneidade social, percebidas diferentemente por nossos entrevistados. Esta relação vai aparecer mais fortemente nos depoimentos de Ângela e Marcos que serão analisados na próxima sessão.

As experiências narradas por Mauricio, Denis e Erika mostraram como cada um mobilizou estratégias diferenciadas para lidar com a questão racial tanto nas reações a situações de preconceito quanto na tentativa em forjar uma identidade baseada (como no caso de Erika) ou não (como o caso de Denis) na ascendência racial. O que diferencia essas estratégias está relacionado à vivência da dimensão racial no âmbito familiar, ou seja, a forma como esta dimensão era vivida, discutida e direcionada pelo núcleo familiar.

A forma como cada um lidou com estas experiências e o modo como isso foi expresso serão importantes na análise destes trajetos urbanos. O registro destas experiências está circunscrito à rede de sociabilidade desses jovens em relação à família, à vizinhança e ao bairro. Podemos considerar estas perspectivas como pontos de partida dos mesmos ao interpretarem a sua mobilidade por outros espaços, quando

os mesmos passam a se lançar no mundo que está do “outro lado da ponte”, ou nas “áreas duras” nas quais a cor passa a ganhar importância, como na busca pelo emprego, nas relações com a polícia, etc.

Mas antes, faz-se necessário analisar outras trajetórias nas quais a cor não é assinalada como um campo de experiência relevante estes foram o caso de Ângela e Marcos.

Trajetórias marcadas por incertezas: quando a “cor” entra na conversa

Como já mencionei as trajetórias de Ângela e Marcos chamaram minha atenção pelo fato de a cor não ter aparecido , em suas narrativas, como um elemento de importância na leitura que os mesmos fazem sobre a sua inserção no mundo. Em uma tentativa de aproximação entre estas duas trajetórias, tentando apurar meu olhar analítico percebi que ambos estão enredados em um diagrama de relações no qual a marcação dos papéis sociais dos indivíduos não passa necessariamente por marcadores raciais.

Ambos se identificam como negros , mas como bem observou Moutinho (2004) a percepção da diferença de cor não significa que os indivíduos necessariamente evoquem esta característica na leitura das possíveis hierarquias e desigualdades. Em outras palavras, “ser de ascendência africana, pobre e até discriminado, não basta como tal, para que uma pessoa negra reivindique algum tipo de identidade negra”. (SANSONE, 2007: 22).

Assim, busquei entender quais eram as referências que traziam ao falar de si, da experiência de serem jovens e moradores da periferia. Deveria buscar entender como a cor aparecia *em relação* a outros fatores. Feltran (2010), ao falar sobre os desafios do pesquisador das periferias da cidade, indica que ele deve demarcar as clivagens, os contextos dos sistemas classificatórios:

Há portanto, distinções de planos de análise a considerar, e categorias que marcam mais fortemente as diferenças que outras. Analisar esses marcadores requer invariavelmente, portanto, olhar para os diferentes planos que contextualizam seus usos, que multiplicam is sentidos das categorias. Por isso, além de pensar as categorias que demarcam diferença, analisando-as no plano discursivo, é preciso também observar que as utiliza e registrar as interações, interações em que elas são utilizadas.(FELTRAN, 2010:576)

Assim, o desafio de entender os contextos, as clivagens, as categorias marcadoras da diferença utilizada por todos os jovens com quem travei diálogo nesta pesquisa se tornou ainda maior quando ao perguntar sobre temas como percepção da discriminação racial, consciência do preconceito de cor e outros temas correlatos recebia como resposta nuances, silenciamentos, dúvidas, deslocamentos e até mesmo combinações com outros marcadores que não havia imaginado.

Das duas entrevistas que realizei com Marcos, a primeira na sede de uma ONG localizada na Favela da Erundina no Jardim Ibirapuera onde ele ministrava aulas de desenhos para as crianças e a segunda, na viela em que fica a sua casa local onde desenvolve também seu projeto de exibição de vídeos e rodas de leitura, confesso que saí um tanto provocada. Porém, logo entendi que deveria conectar todos os elementos de sua trajetória bem como compreender “o lugar”, de onde ele falava. Explico-me.

Há dois anos Marcos se converteu ao pentecostalismo religião que já era frequentada por sua mãe. Para entender um pouco o contexto da fala de Marcos relacionada a sua saída das drogas, e sobre a leitura que faz sua trajetória e de sua atual posição em sua comunidade:

E: Fale um pouquinho como foi esse seu processo de mudança, a sua saída das drogas

Marcos: Eu tive um encontro. Eu fui confundido com outro rapaz. Vieram pra me agredir pensando que eu era uma outra pessoa. Foi quando eu comecei a pensar em várias coisas. A gente não era flor que se cheire. Fiquei pensando que tinha feito algo com alguém, comecei a pensar. Isso deu um rolo tive que ir na biqueira trocar idéia com os caras de outra quebrada pra saber o que eu tinha feito. E não tinha nada a ver comigo.

E: E qual é a sua relação com os caras da biqueira hoje?

Marcos: Parei de jogar bola com os caras que jogava toda sexta-feira e dizia: agora to me dedicando aos estudos. Comecei a cortar. Tenho meus amigos ainda hoje em dia, mas me afastei do grupo, hoje já chego diferente. Alguns deles estão me ajudando hoje em dia. Eu tenho hoje dois, três meninos que saíram do tráfico pra andar junto comigo eu fiz com que eles acreditassem que a gente tem uma vida com coisas muito melhor pra se aproveitar.(...) Eu to limpo agora. No começo, eu passava e os caras perguntavam: ta se escondendo aonde? A religião me ajudou muito. Sou evangélico. Minha mãe já era evangélica desde criança quando ela decidiu parar de beber ela nos levava pra igreja e aquilo ficou na cabeça. A droga foi uma lição na minha vida. E hoje posso falar pras crianças. Foi uma experiência ruim durante 14 anos.

Ao ser perguntado como sua família lidava com questões relacionadas ao preconceito racial ele foi enfático em dizer que durante toda sua vida estes assuntos nunca foram tratados em sua família:

Marcos: A gente nunca parou pra falar sobre isso, nada. Se eu já sofri um preconceito pesado passou tão longe, tipo porque as coisas já não são boas para nós, em termos de qualidade de vida de várias situações que passamos. Eu poderia até sofrer preconceito mas não me atingia não. A gente estava tão baqueado com as situações que o mundo pregava para nós, que passava despercebido

E: Mesmo outras fases da sua vida, na sua adolescência, algum evento te marcou neste sentido?

Marcos: É que o nosso sofrimento durou por muito tempo, mesmo agora. A única discriminação é ser pobre, preto e ainda nôia. Porque quando a gente é viciado em droga a gente não admite que é viciado, então as outras pessoas criam mesmo e dizem que você é pobre, preto e viciado, mas a gente não liga. Porque quando você é viciado você não se preocupa com muitas coisas. Mas este é um tipo de preconceito sim.

Este depoimento de Marcos traz várias questões. As vivências do alcoolismo dos pais e a saída da escola faziam com que a discriminação ou o preconceito racial que porventura fossem direcionados a ele e a sua família passasse *despercebido*, e mesmo se por ventura ocorressem fatos como este não o “atingiam”. Somente na segunda pergunta, Marcos aponta como a cor, a classe e o *status* estão relacionados na situação de ser “*pobre, preto e viciado*” assinalando a imbricação de outros critérios sociais quando aponta a percepção de preconceito. Esta imbricação foi observada por Teixeira (1986: 146) em sua pesquisa sobre famílias pobres negras :

“A situação de pobreza muitas vezes dilui as especificidades, outras possibilidades de identidade e a discriminação que existem no seu próprio contato (...) Percebe-se também duas coisas que as distâncias reunidas, a econômica e a racial, dificilmente podem ser aproximadas e que a identidade de pobreza é, ao nível do grupo, uma identidade chave para a resolução do conflito de outras identidades” (Teixeira, 1986:146)

Marcos em sua trajetória individual transitou em período contínuo, desde que saiu da escola aos 9 anos, até o ano 2009 no “mundo do crime”, como usuário de drogas ele nos relata que se virava como podia pra conseguir sustentar seu vício,

Eu fui vivendo aquela vida. Eu preciso arrumar dinheiro pra sustentar meu vicio, pois minha mãe disse que não ia arrumar dinheiro pra sustentar vicio de ninguém.

Na infância, os pais também estavam imersos no alcoolismo, a moradia era precária como é até hoje, e havia longos períodos de desemprego, ou seja, um

estrutura familiar totalmente instável, na qual os preconceitos e as discriminações não os “atingiam”:

A percepção do preconceito de cor e o uso manifesto em chave étnica de alguns símbolos associados com ser negros tem, portanto, muito a ver com o tipo de vida social e com as possibilidades sócio econômicas – e talvez, com o fato de já terem sido satisfeitas as necessidades primárias. (SANSONE, 1993: 93)

Insistindo, porém, em como ele interpreta o uso dos critérios raciais para distinções, pergunto sobre a origem do seu apelido “Buiú”³³ :

Não sei se é racismo. A gente tem muito mania de apelido: “ô neguinho”, “ô beicola”. Pra mim foi sempre normal colocar apelido, ter apelido. Brincar com os amigos. A gente sempre encarou como natural. Eu vivi isso, cresci sendo chamando de “neguinho”, “ô narigudo” e “Buiú” foi o que pegou. Se uma pessoa vir com essa forma de preconceito entra num ouvido e sai no outro.

A linha tênue que distingue a utilização de um termo como uma brincadeira ou insulto racial, foi investigada por Sheriff (2001) em sua pesquisa de campo em uma favela carioca. A sua pesquisa mostra como o uso de algumas palavras relativas à cor como “brincadeira”, podem ser interpretado como uma “inversão”, a “graça” está na operação desta inversão, pois “sua utilização na brincadeira é aceitável, porque ao cometer o que normalmente seria interpretado como transgressão social, o interlocutor marca e demonstra sua intimidade com o ouvinte” (Sheriff, 2001: 224).

Como já haviam demonstrado pesquisas pioneiras sobre as relações raciais em contextos de pobreza como a de Moema de Poli Teixeira Pacheco (1986) e de Suely Kofes (1976), as classificações de cor e a percepção das sutilezas dos insultos de cunho racial é extremamente relacional e situacional atuando num jogo de proximidades e distâncias. Segundo Kofes, termos referidos aos sinais diacríticos étnicos utilizados como apelidos carregam um *corpus* de representação e ganham sentido nas situações em que são utilizadas, podendo marcar certa distância social, demarcar a distância entre grupos socialmente próximos, como os vizinhos, os moradores da favela.

Na resposta a duas perguntas, Marcos mostra-se ambíguo negando e ao mesmo tempo afirmando a existência de preconceitos ligados à cor, pois ao dizer que “não liga”, “entra num ouvido e sair no outro” denotam que o mesmo admite a existência do preconceito racial, porém negando que o mesmo fizesse parte de seu cotidiano. Esta postura de Marcos lembra as conclusões a que chegou Moema de Poli Teixeira

³³ O apelido “Buiú” faz referência ao personagem negro do programa televisivo “A praça é nossa”.

em suas investigações sobre as formas de classificação racial em um grupo de baixa renda em que a negação também pode significar consciência:

Sob a via da negação transparecia no seu discurso uma certa consciência da existência de uma questão racial, na medida em que faziam uso de termos relativos a diferenças com base na cor e mostravam uma percepção de situação de inferioridade a que esse princípio submetia alguns, assim como denunciavam a existência, em algum nível, do preconceito. (PACHECO, 1987: 87)

Sob a via da negação também foi a resposta de Ângela ao ser perguntada sobre como ela se auto classificava, ela respondeu de forma indireta dizendo que não se identificava como branca, mas quando perguntei por que ela não se considerava branca, a resposta foi esta:

Eu não sei dos meus antepassados, né? Mas eu não me identifico como branca. Eu não sou racista, sabe. Tem pessoas que não podem ver uma pessoa com a pele escura : “olha o preto!” “olha o neguinho!” e eu não, sempre falo “moreno”, “negro”. Independente da cor da pessoa eu sou um tipo de pessoa que gosto de me adaptar com todo mundo e não gosto de inimizades. Tenho vários amigos negros, tenho vários amigos gays, homossexuais. Tenho vários tipos de amigos. Posso ter preconceito no meu modo de falar. Todo mundo tem preconceito a gente não sabe falar o português certo.

Nesta fala nossa entrevistada sempre afirma pela via da negação. Assim, ela vai tecendo uma miríade de termos referentes a hierarquias e diferenças que demonstram a percepção de uma situação de inferioridade com base na cor e as terminologias correspondentes. Ela explicita a “*pele escura*” como uma categoria de uma escala de cor que denota uma certa distância em relação ao lugar que ela se posiciona e que a tonalidade da pele posiciona as pessoas nestas categorias raciais.

O discurso do antiracismo e do “*preconceito no modo de falar*” está presente no mesmo trecho de nossa entrevista e explicita como, para Ângela, as categorias de classificação, que podem ter significados diferentes e deslizamentos semânticos, o que faz com que a pessoa possa expressar preconceito ao proferir as palavras “*neguinho*” e “*preto*” a alguém. É quando então a amizade é evocada como uma relação social que não se baseia nos princípios hierárquicos de cor: “A amizade, tornada um vínculo íntimo, mostra-se como o vínculo capaz de superar toda e qualquer possibilidade de conflito racial, embora ele permaneça latente através da manutenção de um sistema de classificação baseada na cor. (TEIXEIRA PACHECO, 1987: 93).

Nossa entrevistada diz não saber se situar em relação aos seus antepassados, mas que “*não se considera branca*”. É interessante notar neste aspecto que, mesmo

sendo de pele mais clara, e tendo a possibilidade de se situar como branca ou parda ela prefere dizer que é negra. Mais interessante é notar que seus pais formam um casal inter-racial, a mãe de pele mais escura e o pai de pele mais clara, o que gera uma “tensão” no interior da família.

O pai de Ângela estava em casa durante as minhas visitas, porém ele nunca me foi apresentado, a mãe de Ângela sempre explicou que o mesmo bebia todos os dias. Na casa pequena de três cômodos eu sempre era recebida e realizava a entrevista no cômodo do meio que servia ao mesmo tempo de sala e quarto de Ângela e de seu namorado Lucas. Seu pai permanecia no quarto contíguo do casal. Devido à presença de seu marido as passagens da entrevista em que perguntei para Dona Maria ou Ângela sobre preconceito racial quase não é captada pelo gravador, este assunto era cochichado e, Dona Maria, às vezes, em alguns trechos aumentava o volume da voz em tom irônico. Um diálogo desse tipo ocorreu quando eu perguntei para ela se ela já havia passado por alguma situação de discriminação racial na casa em que trabalha há 23 anos como empregada doméstica:

Dona Maria: Ah não no meu emprego não. Nem percebo! Pessoa educada estudiosa, estudada. Então eles não vem com isso. (em voz alta) Eles sabem que é até um crime dizer: nega isso, nega aquilo. Se eu quiser lhe processar eu lhe processo. Por isso que não pode, né? E lá e eu nunca vi. Mas tem pessoas que não sabem nem do “a” e diz: ah nego fulano, negro cicrano. (em voz alta)

E: Então depende da educação da pessoa?

Dona Maria: Muito. Tem a ver com educação. Tem que se informar, estudar sobre isto.

O tema do racismo, do preconceito racial era como se fosse um tema “tabu” sobre o qual não se pode falar abertamente na casa de Ângela. Tentei obter de Dona Maria mais detalhes sobre a relação da família de seu marido com ela, aprofundar mais as situações em que a “cor” aparece como elemento tensionador das relações, mas Dona Maria é reticente e prefere não detalhar o assunto, só diz que no começo de sua relação sentiu este “preconceito” por parte da família do marido.

O preconceito racial quando relacionado ao interior da família foi abordado por Moutinho (2004:283) em sua pesquisa sobre relações afetivos-sexuais entre casais heterôcromicos. O estudioso revela que quando atitudes “racistas” ocorrem no âmbito privado há certo desconforto em expressá-las e que poucos entrevistados destacaram este mal-estar em sua pesquisa, porque: “A aceitabilidade (ou não) do relacionamento

por parte das famílias é uma das zonas de “sombra e silêncio” nas quais as falas dos entrevistados podem submergir”. Seu reconhecimento e elaboração dependem de vários fatores (...)”.

Quando da minha primeira visita à casa da família, fiz a mesma pergunta a Dona Maria que respondeu “*morena né?*”, e a filha que estava na cozinha neste momento grita: “*Negra, né mãe?*” e vem até a sala e continua: “*você é negra*”. A mãe concorda e diz que tem orgulho de ser negra, pois tem “*muitos artistas e pessoas importantes de sua “raça” e que não tem do que se envergonhar*”. Na minha segunda visita repetindo a mesma pergunta Dona Maria externaliza suas incertezas:

“Sei lá, acho que eu sou preta. Eu não entendo muito bem disso, porque às vezes a pessoa é bem morena e a pessoas perguntam e ela diz: eu sou negra, mas elas dizem: você não é negra!. Ai eu não entendo por isso”.

Quando dirijo a mesma pergunta para Luan, namorado de Angela ele assim se definiu:

“Ah, sou preto ,negro, sou negro... Tenho o cabelo ruim! Minha mãe tem o cabelo duro, duro mesmo fia! (...) mas me considero negro, tenho família que é negra, minha mãe ela é negra... pra mim ela é negra, tem cabelo ruim”.

Sabemos que o tema sobre o sistema de classificação racial no Brasil é um dos mais profícuos e candentes na discussão sobre nossas relações raciais ³⁴, não cabe aqui retomar todos os pontos desta discussão, mas apontar para os fatores utilizados como definidores das identificações de “cor” de nossos entrevistados. Luan e Dona Maria utilizam as categorias “pardo”, “preto”, “moreno” e “negro” de uma forma que denota uma imprecisão e uma oscilação no uso destas categorias nativas de classificação racial.

Luan faz referência ao traço fenotípico “cabelo ruim” pra se definir como negro e também faz referência a sua família e a sua mãe. Dona Maria diz “*não entender muito disso*” relatando que uma pessoa ao se declarar como “negra” pode não ser vista como tal por um interlocutor. Estas ambiguidades e incertezas expressas nas terminologias da cor revelam seu caráter relacional, subjetivo e até situacional como

³⁴ Diversas pesquisas vêm demonstrando que indivíduos se posicionam em relação aos diversos aspectos das relações raciais brasileiras a partir do contexto em que está inserido (SANSONE, 1993) que o sistema racial não é coerente e monolítico e está inserido em “lógicas de classificação” como nos alerta Crapanzano (2002:446).

já havia constatado Sansone (1996: 174):

A nossa pesquisa identifica ademais um número amplo de subsistemas na classificação da cor na vida cotidiana. Neste âmbito a terminologia da cor, como também as estratégias para gerir as relações raciais, variam por contexto (trabalho, lazer, família) ou momento do dia ou da semana, como também em relação ao tipo de conversa (de quem e com quem se fala), a faixa etária, ao nível educacional e a renda.

Tanto Ângela como Marcos disseram que nunca se sentiram discriminados ou humilhados por conta de sua cor. Também demarcam, assim como Erika, o território da favela no qual os jogos de proximidades e distâncias entre os moradores está mais centrado em outras chaves de diferenciação que não passam necessariamente pela cor.

A centralidade da categoria trabalhador apareceu de forma clara nas conversas que tive com Ângela, este fato parece estar relacionado com aquilo que Feltran (2008) apontou como uma importante distinção, entre moradores das periferias por ele entrevistados: “trabalhadores” e “bandidos”. Apesar desta distinção ser plástica e variável dependendo do contexto em que é formulada, é certo que no interior de muitas famílias, como a de Dona Maria, a categoria trabalhador é um marco discursivo de diferenciação que os situa no mundo social por estarem muito próximos do “mundo do crime”.

Marcos há muito pouco tempo saiu da categoria daquele que era “problema”, ou seja, “bandido” como ele mesmo disse “*preto, pobre e nóia*” para aquele que, eventualmente, pode oferecer uma solução:

De certa forma todos querem ter o Marcos em algum lugar. Por um trabalho bem feito, uma história de vida de superação. Eu divido meu tempo com várias pessoas. Dou palestra sobre drogas em escolas. Hoje a comunidade e outros lugares nos procuram. A gente não está sendo visto mais como um traficante, um cara que destrói vidas né?, a gente está sendo visto de outra forma agora. A gente está agora pra levar uma solução de algo que era totalmente desconstruído pela sociedade que não tinha mais jeito pra falar que a gente tem jeito sim.

Não há como não relacionar esta fala de Marcos a alguns achados da clássica pesquisa de Oracy Nogueira sobre as relações raciais em Itapetininga na qual ele demonstra as maneira como o preconceito racial de marca opera:

Na vida social, em geral, os caracteres negróides implicam preterição de seu portador quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos brancos ou de aparência menos negróide. Consequentemente o *status* ou o sucesso do indivíduo negróide, depende, em grande parte, da compensação ou neutralização de seus traços – ou de seu agravamento- pela associação com outras condições, inatas ou adquiridas, socialmente tidas como de valor positivo ou negativo – grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços

de caráter e etc. (NOGUEIRA, 1998: 200)

Podemos dizer que o *status* de Marcos muda: primeiramente sua cor estava associada a sua condição de classe e como membro do “mundo do crime” local, depois ele narra uma certa positivação de seu novo *status*, pois agora todos querem tê-lo como exemplo por sua história de superação.

Assim, como Marcos, Ângela nasceu e cresceu na mesma favela, na mesma casa. Aliás, as histórias sobre o bairro e sua relação com elas são muito fortes. Porém, suas leituras, as nuances que dá às suas narrativas marcam as diferentes concepções sobre o território para a geração que nasceu nos anos 1990 e a que vivencia hoje outro diagrama de relações. A violência que caracterizou esta região de São Paulo a ponto de ser denominada a região “mais violenta do mundo” nos anos 1990 perpassa a todo tempo as lembranças da jovem.

Vários episódios de violência fazem parte das lembranças da jovem: histórias de cativeiro na favela, assassinatos. Ângela disse que sempre “viveu nesse meio” mas, “nunca me envolvi porque eu vi quanto era ruim, eu ficava imaginando eu devendo. Ia ser muito ruim”. Por esta fala da jovem, pode-se dizer que há uma relação complexa entre as vantagens econômicas, o jogo de *status* e poder local, a rede de vizinhança e proximidade, e o contexto familiar do jovem que interferem e fazem com que ele integre ou não este mercado ilegal.

Na narrativa de Ângela, o “marco discursivo da expansão do mundo do crime nas periferias” (FELTRAN, 2008) perpassa toda sua sociabilidade, suas lembranças da infância.. Este marco discursivo parece operar e ser baliza de todas as perspectivas de mudanças:

Angela: O meu objetivo não é nem questão de faculdade, trabalho essas coisas. O meu objetivo é ter minha casa, minha família, ter meu emprego. Pra mim não importa qualquer emprego que vir é lucro, sabe?. Porque meu objetivo que eu quero é sair daqui sabe? do Alto do Riviera, eu quero sair daqui

E: Porque você quer se mudar?

Angela: Pelo fato das drogas

Luan: Aqui está me influenciando. É o lugar que me influencia

Angela: Eu sei que todo lugar tem. Mas eu sei que se eu for pra um lugar que ninguém me conhece eu vou me adaptar mais ao lugar. Vou ser mais eu³⁵.

³⁵ Goffman ao tratar de estratégias de encobrimento dos indivíduos desacreditados, cujo estigma não é aparente, assinala que a mudança para uma outra comunidade pode ser uma estratégia chamada

E: Você passou a pensar assim depois de conhecer o Luan?

Angela: Não eu sempre pensei assim. Tipo assim, eu era molecona, gostava muito de brincar de boneca. Até hoje eu tenho minhas bonecas guardadas. Ai depois que fui crescendo e entendendo mais as coisas. Que nem eu falei dos policiais que invadiram aqui e tudo. Fui crescendo e minha mente não foi diminuindo. Porque tem gente que vê isso acontecer cria raiva, cria ódio. Quer usar droga, quer ser traficante. E meu pensamento já foi diferente

E: O que aconteceu com os seus amigos?

Angela: Eu tinha tanto amiga, mas tanto amiga. A gente ficava o dia na rua brincando, não fazendo coisa errada era jogando vôlei, brincando de boneca. Hoje todas elas tem família, marido, casa. Algumas delas ficaram com pessoas inadequadas pra elas. Já foram agredidas, entendeu? ou obrigadas a usar o que não se deve usar. E eu falo assim as vezes pro Luan: nunca me obrigue a fazer nada. Olha o meu tamanho e o tamanho do Luan, mas assim eu não vejo pro esse lado, entendeu? Porque eu faço meu papel de mulher e tento deixar ele fazer o papel dele de homem. Não é por nada, mas pelo tamanho dele pra ele sentir, né? Não é a mulher que manda, mas é o homem. E eu falo nunca me peça a fazer aquilo que eu não quero fazer porque eu não sou assim. Meu objetivo é muito diferente.

Neste trecho, a entrevistada faz referências à violência extralegal e a toda miríade de situações violentas que coexistem com ela: a violência simbólica, a sexual, a institucional. Apesar de saber que tráfico tem em “todo lugar”, ela procura outra morada, outro lugar em que possa ser anônima, onde as relações de vizinhança e conhecimento mútuo sejam mais frouxas, onde possa renegociar os encontros rotineiros.

É interessante notar que não há um projeto de ascensão, de mudança de *status* social, mudança da periferia ou desejo de exercer atividades mais qualificadas. Neste momento, “qualquer trabalho serve” o importante é a mudança para outro espaço de referência. Outros parâmetros se repõem como o modelo de família nuclear: o casamento, o lar, o marido. Novamente a violência aparece na referência à vida conjugal das amigas e às dissonâncias nas relações de gênero. Luan está presente, é mais frágil fisicamente que Angela, mas ela o situa no campo complexo das relações de poder dos papéis sexuais: o “homem é quem manda”.

Para finalizar esta sessão gostaria de situar as trajetórias de Marcos e Ângela e o peso relativo que dão aos fenômenos de preconceito e discriminação racial no *contexto* em que vivem e em *relação* aos outros marcadores sociais que mais são acionados em suas narrativas biográficas: a violência, as poucas alternativas de vida,

descontinuidade biográfica “Quando um indivíduo deixa uma comunidade após haver residido nela por alguns anos, ele deixa atrás de si uma identificação pessoal, não raro presa a uma biografia bem circunstanciada que inclui suposições sobre como ele provavelmente “acabará”.(Goffman, 1981:69)

o tráfico, a distinção entre “trabalhadores” e “bandidos, a mudança de “problema” para “solução”.

Procurei situar as experiências narradas por eles, as tensões, as ambiguidades, as “zonas de sombras e silêncio” (MOUTINHO, 2004) sobre as relações raciais, seus discursos sobre si e sobre os outros tendo em vista a busca por sentido utilizada na etnografia de Fonseca (2004) sobre relações de gênero e violência em um bairro periférico de Porto Alegre: “a lógica que subjaz as atitudes e comportamentos dos moradores do morro só começa a fazer sentido quando colocada contra o pano de fundo dessa violência desesperadamente rotineira” Fonseca (2004: 207).

No entanto, coube-me entender também como se dão as relações de fronteira tanto para Ângela e Marcos que possuem trajetos urbanos mais locais, circunscritos ao bairro, e para jovens para quem a cor importa (Erika, Mauricio e Denis) estes que começam a acessar as estruturas de oportunidades para fora do bairro, que possuem trajetos urbanos expandidos.

3.2.1 “Da ponte pra lá, da ponte pra cá”: estigma territorial

A medida que ia me movendo no campo, que ia visitando as residências, conversando com os jovens e seus familiares fui percebendo a composição de pelos menos dois perfis relacionados à sociabilidade e às percepções que os mesmos tinham sobre sua condição social, particularmente de sua condição racial e de morador de periferia : aqueles que possuíam uma maior mobilidade no espaço urbano e aqueles cujo deslocamento estava circunscrito ao bairro ou a região mais próxima.

Neste momento retomei o ponto inicial da minha indagação sobre como os jovens negros pobres, moradores das periferias construíam uma percepção de si como tal. Entendi que apesar de partilharem de condições similares de existência relacionadas ao ciclo de vida, ao local de moradia, da auto-classificação como negro e, apesar das evidências sobre as desigualdades raciais, as nuances relacionadas as suas trajetórias de vida e de seus trajetos urbanos eram determinantes de como estes sujeitos sociais manipulam estigmas relacionados a cor e ao local de moradia.

Outro dado interessante no que diz respeito à heterogeneidade de perfis do jovens é a idade, alguns ainda estão saindo da adolescência e outros são jovens adultos. Imaginava que a diferença de idade dos informantes também os diferenciaria quanto seus trajetos no espaço urbano. Conforme a literatura que trata das redes

sociais, o ciclo e a vida têm incidência sobre as transformações das redes sociais dos indivíduos “sugerindo a presença de transformações importantes nas redes quando a passagem dos indivíduos para a vida adulta” (MARQUES, 2010: 110).

De imediato imaginei encontrar entre os jovens adultos experiências de trajetos expandidos e entre os jovens que estão saindo da adolescência uma sociabilidade mais centrada no bairro e desenvolvendo trajetos locais. Porém, esbarrei nas trajetórias familiares, escolares e laborais como a de Marcos com 29 anos e a de Mauricio com 17 anos. Percebi que independentemente da idade são as interrupções, descontinuidades, a superposição de eventos de ruptura nestas trajetórias que definem suas redes sociais e seus trajetos.

Quando interpelo jovens que possuem trajetórias mais lineares, sem muitas interrupções e trajetos expandidos e aqueles com trajetos locais sobre a existência, ou não, de preconceitos relacionados ao local de moradia, ambos fazem uma leitura dos espaços delimitados na cidade e das distâncias simbólicas que elas expressam. Porém as vicissitudes desta leitura são completamente diferentes para os dois perfis. Senão vejamos.

Ao falar sobre a existência do preconceito relacionado ao local de moradia, Marcos utiliza a expressão “da ponte pra lá” se referindo às diferenças espaciais da cidade, esta expressão é comumente utilizada nas letras de *rap* como metáfora das diferenças entre duas regiões da cidade de São Paulo: a periferia da Zona Sul e as regiões nobres separadas pelo rio Pinheiros e conectadas pelas pontes da Avenida João Dias e do Socorro. Marcos pontua a mudança em relação ao interesse a à circulação de pessoas “do outro lado da ponte”:

O maior preconceito está dentro da própria periferia. A gente quer colocar a culpa em quem é da ponte pra lá dizendo que eles tem preconceito com a gente, mas na verdade, nessa década atual quem tem ajudado muito a periferia são pessoas que mudaram a visão, são pessoas da ponte pra lá. O preconceito ainda está entre nós mesmos. A gente não encarar que o mundo está sofrendo uma mudança que as pessoas estão tentando ser igual na medida do possível, na condição dela, né? O rico não vai querer ser igual totalmente, mas você mostrar seu trabalho e dizer que é sério ele ajuda. Se você pegar uma pessoa da comunidade e mostrar um trabalho e dizer que é sério ela não vai acreditar enquanto não tiver um resultado.

A sociabilidade e a visibilidade do trabalho desenvolvido por Marcos está completamente centrada em seu bairro, no período em que era usuário de drogas e ao tráfico local. Ele chegou a trabalhar em atividades informais circunscritas ao bairro como feirante. Há dois anos, depois de ser confundido com um outro jovem e ter que

desfazer a confusão a tempo, antes de ser julgado no “debate”, Marcos conta que decidiu mudar de vida. A conversão à religião pentecostal já praticada por sua mãe aconteceu simultaneamente com sua tentativa de “conversão” de *status* dentro de sua comunidade.

Todas as vezes que conversei com Marcos percebia que o mesmo se posicionava na chave do discurso da liderança, do exemplo de jovem que saiu da criminalidade e começou a desenvolver um trabalho social junto às crianças de seu bairro. No início de nosso contato esta postura parecia ser um discurso pronto e que demonstrava que meu entrevistado já tinha respostas padrão sobre alguns assuntos. Porém, depois de visitar sua casa e sua família percebi que era deste lugar social que ele era visto e reconhecido tanto na sua comunidade quanto por sua mãe, irmã e sobrinhos. Na verdade, Marcos opera em um “jogo de distâncias e proximidades” (TELLES, 2006) em relação ao seu passado ligado ao tráfico local, as fronteiras precisavam ser redimensionadas, pois:

Há uma parte de identificação entre os jovens favelados, em geral, e os bandidos. As fronteiras entre eles se tornaram menos claras do que no passado, quando trabalhadores e malandros constituíam duas categorias de indivíduos fortemente opostas uma à outra. Essa identificação é em primeiro lugar característica de uma geração: o bandido é um jovem e recruta entre os jovens (PERALVA, 2001:129).

Assim, a partir de sua atividade nas entidades sociais de sua comunidade, Marcos começa a atuar em um “novo campo de inserção profissional para jovens” como assinalaram Sposito e Corrochano (2005), desempenhando funções como “educador social” ou “oficineiro” em programas e projetos de ONG’s³⁶. Assim, para ele é muito importante marcar a fronteira, demonstrar sua “conversão de *status*”, não ser confundido tanto internamente, como pelo “outro lado da ponte” que, segundo Marcos, possuem mais crença em sua “conversão” do que aqueles da sua comunidade.

Neste ponto gostaria de evocar a discussão feita por Feltran (2008: 193) acerca do marco discursivo da “expansão do mundo do crime nas periferias” e seu efeito de criminalização de certos bairros, regiões da cidade. Ele parte de uma análise em duas dimensões: uma interna, referente à sociabilidade das próprias periferias e outra externa, de fora para dentro, na fronteira, entre esta e o mundo público. Na primeira,

³⁶ As referidas autoras demonstram também que esses trabalhos não possuem perfil técnico definido e em sua maioria são marcados pela informalidade.

ele identifica principalmente entre os jovens uma sociabilidade fundada por este marco discursivo, mas também entre outros moradores. Na segunda dimensão, a forma como a sociedade vê estes territórios reforçando a dicotomia de seus moradores como *trabalhadores ou bandidos* e como o jovem morador de periferia aparece como aquele que conforma um imaginário dos discursos públicos como o bandido em potencial.

Outro depoimento interessante na exemplificação da relação entre fronteiras, estigmas territoriais, e como os jovens percebem estes marcadores, foi explicitado em uma conversa na casa de Ângela. Primeiramente dirigi a pergunta para sua mãe quando então a filha se contrapõe e uma série de pontos interessantes emergem:

Entrevistadora: A senhora acha que ainda existe algum tipo de discriminação quando algum jovem diz que mora aqui, na região do Jardim Ângela?

Dona Maria: Nunca mais ouvi falar sobre isso.

Ângela : Lá na feira falam³⁷...

Dona Maria: Às vezes a pessoa fala assim, “mora na favela”. Coisa que quem mora na favela é só pessoas ruins . E não é! É tudo pessoas boas. Ai dizem:” o fulano quer ser alguma coisa e mora na favela”. E não é assim. Preconceito eu acho que é isso, pessoas que moram aqui na rua, na avenida ali. Diz assim: só quer ser o que não é e mora na favela sendo que tudo aqui é favela. Tem uns que mora ali na rua e já se considera que mora no centro? , não pode ser assim . É favela, é subúrbio, né? . Subúrbio já tá dizendo é favela.

Entrevistadora: Ângela você estava dizendo que lá na feira as pessoas querem saber de onde você vem, perguntam... E qual é a reação quando você fala?

Ângela : Eles ficam abalados. Uma vez uma senhora perguntou se podia trocar de carregador. Eu disse: moça vamos lá, pode ficar tranquila que eu não vou te roubar nem te matar não, falei pra ela. Pode confiar eu sou de confiança. Não é porque eu moro num lugar que não presta que eu também não presto.

Dona Maria: É este povo de mais longe assim né? já sabe da história do lugar a mais tempo e pensam que ainda é do mesmo jeito. Mas não é! Você vê o jardim Ângela ali, menina? O Jardim Ângela, você vê o que os artistas fizeram pro Jardim Ângela. Porque não tinha nada pra jovens. Hoje em dia os jovens do Jardim Ângela vão pra TV eles participam do “Criança Esperança”, entendeu? Vão cantar, vão dançar, tudo é cultura né?

Neste diálogo entre mãe e filha podemos perceber que Dona Maria demarca o tempo em um duplo eixo de referências. Aquele em que havia muita “matança” e o atual que, mesmo com o tráfico “não é violento” e no qual não há homicídios. Aquele

³⁷ A feira livre a que Ângela se refere fica no bairro nobre de Moema, zona sul de São Paulo. Na ocasião da entrevista eles tinham acabado de começar a fazer um “bico” como carregadores de compras nesta feira aos domingos, ganham em média R\$ 40,00 por dia cada.

tempo em que os moradores do Jardim Ângela eram estigmatizados pela má fama da região e como agora o bairro evoluiu com a expansão do acesso a bens e serviços, maiores oportunidades para os jovens, e como aparece positivado nos meios de comunicação.

A mãe continua o raciocínio dizendo que a discriminação que existe é interna, entre os próprios moradores, entre os limites do bairro. Então a filha narra um episódio em que ela tenta convencer uma de suas “clientes” que ela é de confiança e que não acontecerá nada de mal com esta. Dona Maria atribui este episódio à falta de conhecimento destas “pessoas de longe” de que as coisas mudaram por aqui e cita o projeto “Criança Esperança” da Rede Globo de Televisão. Devemos lembrar que Ângela, assim como Marcos, possui uma rede de sociabilidade totalmente centrada em seu bairro e esta é a primeira e recente atividade do “outro lado da ponte”.

Outro aspecto que nos chamou a atenção nos depoimentos acima expostos foi a leitura do preconceito como algo que acontece dentro da própria comunidade. Marcos diz que o preconceito “está entre nós mesmos” e a mãe de Ângela também enfatiza que há uma tentativa de diferenciação entre as pessoas que moram na rua das que moram na favela. Estas colocações lembram o estudo de Kofes (1976) sobre uma vila popular em Campinas na qual ela identifica, entre os moradores, a necessidade de utilizar marcas de desigualdade para a diferenciação de um “nós” e “eles” que são dados tanto por “sinais diacríticos étnicos” quanto exemplificados nas casas reformadas.

É preciso salientar que tanto Angela como Marcos moram em favelas, em casas muito precárias e em áreas muito vulneráveis. Também gostaria de enfatizar que ambos têm uma relação de proximidade com o tráfico local, Marcos já transitou por ele e ainda tenta convencer seu irmão a sair. Ângela evoca esta dimensão em vários pontos de sua trajetória e, durante a pesquisa, seu namorado que estava cumprindo medida -sócio educativa por tráfico representava esta aproximação.

A metáfora da ponte e a ideia do “preconceito interno” evocados por Marcos, “o povo de mais longe” citado por Dona Maria, a oposição entre favela e a rua considerada por alguns como “centro”, a distensão entre trabalhadores e bandidos, ou seja, as diversas divisões simbólicas que demarcam diferentes *status* e pertencimentos relacionados aos locais de moradia de nossos entrevistados nos lembra que a todo tempo ideia de fronteira tal como é utilizada por Telles (2006):

Fronteiras, é importante dizer: não se trata de algo que separa e divide. Fronteira é

o que estabelece a relação entre os lugares e reorganiza os pontos do espaço a a partir dessa diferenciação entre as zonas de proteção e familiaridade e o outro lado. Suas coordenadas são lançadas da morada na qual estão constelados percursos, direções de toda uma vida e os sentidos de um mundo social construído nessa relação entre uma história interna e as circunstâncias do espaço. Não existe lugar sem referências e limites. E é isso propriamente que constrói a morada como centro de gravitação de um território. (TELLES, 2006: 157)

A pergunta sobre os estigmas territoriais também foi feita para jovens cujos deslocamentos pela cidade começaram cedo como é o caso de Mauricio e Denis. Para estes a categoria fronteira aparece explicitamente.

Maurício nos diz que, influenciado principalmente por seus tios maternos, sua família sempre teve “um lado cultural” e a circulação por outros bairros é algo que está no seu dia-dia. Pergunto se seus amigos, outros jovens de seu bairro, também tem esta mesma circulação e ele é enfático ao dizer que não e que, muitas vezes, ao dizer os lugares que frequenta os amigos ficam apavorados “*acham que é uma coisa do outro mundo*”. Além da circulação relacionada a atividades de cultura e lazer, o entrevistado enfatizou que foi no momento da procura por emprego que passou a enxergar fronteiras:

“ Foi procurando emprego que conheci muitos bairros que eu nem sabia que existia e eu pensava que era do outro lado do mundo. Aí eu comecei a ver que o mundo não é só aquele mundinho que eu vivia, que existem fronteiras e eu tenho que tentar quebrar essas fronteiras. Mais morando onde eu moro e tendo os pais que eu tenho eu não consigo fazer coisas que eu acho certo e que eu deveria fazer, eu acho que a distância atrapalha ultrapassar estas fronteiras.

O entrevistado fala de sua experiência de circulação na cidade a partir da ideia da fronteira e a partir da ressignificação e redimensionamento do mundo quando começou sua procura por emprego. O local de moradia e a condição familiar aparecem como parâmetros de classificação neste mundo entre fronteiras e condicionantes para a realização da “quebra”, “passagem” para um outro mundo social que é regulado. Em seu estudo sobre as periferias de São Paulo e o mundo público, Feltran (2008) mobiliza a categoria fronteira num sentido relacional, destacando que há uma comunicação desigual e controlada:

A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de *regulação* dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. Fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes *entre* grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam. Onde há fronteira, há comunicação; de

um tipo desigual e controlada (FELTRAN, 2008: 25)

Em seu depoimento, ultrapassar as fronteiras também está condicionado à distância relacionada ao tempo de deslocamento entre seu bairro e outros espaços sociais e, posso acrescentar que esta distância em termos físicos acaba se traduzindo também em certa distância social. Este fenômeno é o que Bourdieu (1997) denominou de “efeitos de lugar”, no qual o espaço físico seria a reificação do espaço social, manifestando suas hierarquias e distâncias.

Pergunto ao entrevistado se, ao ultrapassar estas fronteiras, o local de moradia converte-se em estigma territorial, como opera nas fronteiras, se é transformado em preconceito :

“ Existe muito, muito forte. As vezes você vai fazer uma entrevista e o cara pergunta onde você mora? Aí eu digo: moro em Santo Amaro, Mas em qual localidade? Eu digo: Riviera. Daí você vê um ponto de interrogação na cara dele, aí você fala o Riviera fica perto do Jardim Ângela, Aí pronto... aí acabou o mundo, o cara começa a te olhar estranho, a fazer perguntas que não era pra ele te fazer, tipo se você tem certeza que a distância não é um problema pra você chegar, se você vai precisar pegar mais de uma condução e ficam pedindo pra você detalhar mais sua vida.

A estratégia utilizada por Mauricio e por todos os moradores de regiões estigmatizadas para que alguém identifique de qual lugar você vem é a mesma: a que denomina de aproximação gradativa. Primeiro dizemos a macro região: neste caso Santo Amaro, depois você dá o nome do bairro que geralmente não é de conhecimento de seu interlocutor, para somente no final relacionar ao distrito, mais negativamente conhecido.

No relato de Denis, quando ele lembra dos seus deslocamentos, de seus trajetos para fora do bairro ainda com 15 anos, ele diz que se “dissociou da vida do bairro”, e a estratégia para driblar o preconceito era não revelar seu bairro:

Denis: Daí como eu comecei a trabalhar de fato, entrei naquela sequência de trabalhar sempre, aí eu me dissocie da vida do bairro(..). Mas assim, eu não falava que morava no Herculano ou no Ângela, falava que morava na região do Guarapiranga. E era assim que eu saía dos preconceitos. Porque Herculano ninguém conhecia.. falar que morava perto da 100º DP. Na época o Ângela era o bairro mais perigoso de São Paulo e era na 100º que se registrava todos os B.O. Então o Herculano ficava conhecido como o bairro mais perigoso. Então eu falava que morava no Guarapiranga.

E: E quando você entrou na faculdade você contava qual era seu bairro?

Denis: Na faculdade eu tava mais resolvido, então eu contava. Eu tive um problema na faculdade porque eu era bolsista, mas no começo eu não queria assumir, mas depois eu assumi. As pessoas tinham curiosidade de saber de onde você era, mas não queriam se envolver muito. Era como se fosse você uma peça de museu, de uma galeria, as pessoas

querem conhecer você, mas não querem te levar pra casa. Como uma obra do museu você acha bonito e tal, mas diz: aquilo não cabe na minha casa, não vai combinar comigo lá. Então o pessoal achava interessante você ter uma oportunidade na faculdade. Tinham alguns que achavam legal dizer: eu tenho um amigo do Ângela, mas na real... eles não queriam você no meio social deles. Só que nesta época eu estava no hedonismo, naquelas de ganhar dinheiro e então eu queria me misturar, mas eu sabia que era difícil, eu sabia da onde eu vinha, mas eu tentava fazer amizade. Teve uma época que não consegui acompanhar, eram festas caras.

A entrada em uma faculdade de prestígio com bolsa de estudos colocou vários impasses e dúvidas na trajetória de Denis. Até este momento ele relata que sempre frequentou baladas e circuitos culturais que fossem predominante da classe média, e que para ele era “*difícil se identificar com o bairro*”, e que não queria “*ser rotulado de nada e para isto gastava muito dinheiro*”³⁸. Foi com esta postura já na universidade que vislumbrou a possibilidade de inserção via consumo e uma tentativa de incorporação de um estilo de vida da maioria dos jovens estudantes do curso de economia da PUC-SP. Porém, como ele mesmo avalia, esta estratégia não resultou em sua total aceitação pelo grupo. Utilizando a metáfora da obra de arte em um museu, explicita que as diferenças colocadas naquela relação não foram diluídas.

Denis começou a se “dissociar da vida do bairro” já na adolescência por meio de sua participação em grupos culturais como o de pichadores, o da música eletrônica. Em toda sua narrativa deste período até a entrada na universidade, ficou evidente a sua busca por uma identidade positivada. Denis também começou a trabalhar cedo como office-boy, estudou em uma escola pública fora do seu bairro, e foi circulando por estas redes de sociabilidade que começou a vislumbrar sua entrada em um curso superior. A sua rápida passagem pela PUC-SP devido à perda da bolsa de estudos representou uma inflexão em sua trajetória, na universidade não conseguiu integração nem permanência, como consequência também perdeu o emprego que havia conseguido em um banco privado e foi acumulando muitas dívidas. Esta inflexão denomino como sua “volta para o bairro”.

Pergunto a Denis se ele vê diferenças entre o momento em que ele realizou sua saída do bairro, quando a região de onde vinha era considerada muito violenta, e o momento atual, no que diz respeito aos preconceitos relacionados aos jovens, se em sua experiência como educador do Centro de Juventude esta é uma questão ainda hoje condiciona os trajetos dos jovens pela cidade e ele diz:

³⁸ Denis conta em tom anedótico que os colegas da primeira empresa em que trabalhou sempre brincavam com ele perguntando “como estavam os manos” e ele sempre desconversava e dizia eu “não sou mano não”, disse que usava um vocabulário todo rebuscado e tentava ao máximo fugir deste rótulo.

Denis: O que acontece hoje eles tem medo de procurar emprego e receber um não. Eles não querem passar pela frustração do não. Eles tem medo de sair da periferia e ir pro centro porque vão lhe dar com pessoas de outra classe social. Aconteceu esta semana, com uma menina que é do CJ, ela arrumou emprego na Chilli Beans, uma marca de óculos famosa, e quando chegava um cliente de uma classe social superior ela travava, não conseguia falar. E acabou indo mal no teste. Eles tem medo do não.

E: Mas porque você acha que isto acontece? Quais as diferenças entre o que você vivenciou e o que faz com eles que tenham medo?

Denis: Olha eu acho eles um pouco acomodados. Mesmo quem está morando na periferia hoje tem uma situação financeira melhor. Eu vejo todo mundo usando tênis original, mesmo o cara que não tem dinheiro ele faz questão de usar o original, eles forçam o pai e a mãe mesmo com pouca renda a comprar o original. O Estado não consegue dar uma resposta pro jovem. Eles ainda estão pensando num jovem dos anos 80 e 90. Eles não conseguiram entender quem é este jovem hoje. Eles tem muitas oportunidades, mas as informações estão muitas pulverizadas e eles não conseguem traçar um caminho. É muita escolha, eles não conseguem se concentrar em uma coisa e realizar um projeto até o fim. A estrutura familiar também mudou. Na classe média ainda tem aquela família constituída e na periferia não, e isto confunde muito a cabeça deles (...). Fazendo uma auto-reflexão eu tentei incidir politicamente, mas o jovem só quer saber de dinheiro, porque o dinheiro faz ele esquecer que ele é negro, de família nordestina. Então ele quer isso: o status.

Nesta fala Denis compara sua inserção e circulação com a de seus alunos sob duas perspectivas paradoxais: a do aumento de oportunidades e a da maior dificuldade dos jovens em acessar as mesmas. O paradoxo também está presente em seu discurso: ao mesmo tempo em que faz uma crítica dos jovens que “querem saber só do dinheiro”, pois este “faz esquecer que se é negro, pobre”, parece estar reconhecendo a si mesmo quando narra as suas tentativas em escapar dos rótulos gastando muito dinheiro, primeiro nos circuitos culturais e depois na universidade.

Esta dificuldade de acesso e circulação por parte de alguns jovens também foi trazida por Mauricio. Ele nos conta que muitos de seus amigos acham que é uma “coisa do outro mundo” circular por alguns lugares onde ele circula “do outro lado da ponte” eu pergunto quais seriam estes lugares pelos quais ele circula e elenca principalmente aqueles relacionados a busca de credenciais educacionais como cursos e também espaços de lazer como teatros, cinemas e etc.

As diferentes formas de inserção, deslocamentos, inscrições em diferentes espaços sociais da cidade evocam a discussão feita por Bourdieu (1997) acerca dos “efeitos de lugar”. Para o autor, o espaço físico é expressão de realidades sociais, sendo assim as desigualdades na reprodução material e simbólica da sociedade também são aí expressas. Assim, as hierarquias e as distâncias sociais são objetivadas no espaço físico, como por exemplo, na distribuição e no acesso desigual de bens e serviços:

“O poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (Bourdieu, 1997:160)

Outro ponto que interessa em sua análise, além da reprodução material expressa no espaço, é a reprodução simbólica na medida em que as estruturas sociais também se convertem em estruturas mentais e vice-e-versa: “isto é, enquanto categoria de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense/provinciano, chique/não chique, etc.)” (BORDIEU, 1997: 162). Assim, é no deslocamento que estes jovens fazem para outros espaços da cidade que a reprodução simbólica também se apresenta a estes de uma forma discriminatória, transformando sua origem em um “efeito do estigma”:

A classificação simbólica não está dissociada do mundo material na medida em que existem conseqüências práticas. Um dos exemplos mais freqüentes dos “efeitos do estigma” refere-se à seleção de pessoas para a obtenção de um emprego(...).A construção/desconstrução de identidades obedece a uma lógica geográfica e relacional, estruturada de acordo com o potencial de cada região na aquisição ou não de bens simbólicos que propiciam a aquisição ou não de bens materiais, conforme seu *status* ou seu estigma. (Almeida et.al, 2008: 121)

Alguns dos entrevistados como Mauricio e Denis delinearam trajetórias urbanas expandidas. Ambos já na adolescência passaram a acessar a estrutura de oportunidades circunscrita fora do bairro onde residiam. A busca por qualificação profissional, cursos, a tentativa em se tornar jogador de futebol profissional, a busca por estágios e empregos, ou mesmo, como disse Mauricio “um lado cultural” de circulação por outros espaços sociais os difere enormemente dos outros jovens Marcos, Ângela e Erika.

Estas diferentes formas de inserções e trajetos no espaço urbano que, consequentemente delineiam diferentes fatores que resultam na vulnerabilidade, entendida como a “defasagem ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades” (Kaztman, 2000, p.2). Acredito que esta defasagem ou falta de sincronia no caso dos jovens com quem conversamos também se agrava com os “efeitos de estigma” relacionados ao local de moradia e também a cor .

É o jogo de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada a que se referia Telles (2006). Porém, acredito que os acessos e bloqueios dependem das diferentes fontes ativos (capital físico, capital humano e capital social) de que dispõem as famílias para acessar as estruturas de oportunidades tal qual apontado pelos teóricos da vulnerabilidade, porém acredito que os “efeitos de estigma” dados pela cor e pelo endereço também entram no jogo de forma decisiva. Comecei a considerar este fator depois de ouvir o seguinte depoimento de Erika quando a interpelei se o fato de morar na região do Jardim Ângela já havia sido um fator de discriminação:

Erika: Tive uma experiência quando tentei trabalhar no shopping de Higienópolis. Ali é bairro em que a maioria é gringo. Eu fui entregar um currículo em uma loja do shopping que estava precisando de vendedor. Mesmo com meu currículo, mesmo por indicação, porque meu cunhado namorava a gerente daquela loja, mas quando eu cheguei veio a calhar que quem estava lá era o gerente geral de todas as lojas e ele veio me entrevistar. Ele olhou pra mim e perguntou: você veio concorrer a que vaga? Eu disse: a vaga de vendedor. Ele disse: mas a vaga de vendedor precisa de uma especialização a mais que não tem no seu currículo. Daí eu perguntei: mas qual é a outra vaga que você pensou que eu ia concorrer? Ele respondeu: de limpeza. Daí ele já perguntou onde você mora? Eu respondi na região de Santo Amaro, aí ele perguntou: próximo ao Ângela? Eu respondi: sim... Aí ele disse pra deixar o currículo que eles entrariam em contato. Mas no momento que eu disse que eu morava na região de Santo Amaro e ele se referiu ao Ângela, eu já senti que ali ele não ia me contratar a não ser que fosse pra vaga auxiliar de limpeza. Se fosse pra auxiliar de limpeza meu perfil estava ótimo. Mesmo com minha escolaridade, com carta de referência, com experiência... mesmo assim, pra ele meu perfil não servia.

E: Você acha que o fato de morar aqui ainda é um fator negativo?

Erika: Ainda continua sendo sim... pelo fato deles terem medo, pelo fato do bairro ser violento, eles tem medo da pessoa ter um pouco do bairro dentro de si.

E: Você disse que primeiro ele pensou que você estava concorrendo a vaga de limpeza e depois quis saber onde você morava, você acha que outro fator como a cor pode ter influenciado nesta pergunta dele?

Erika: Com certeza. Também já trabalhei perto do shopping Cidade Jardim... ali se você imaginar ver um negro dentro do shopping é muito difícil, a não ser os faxineiros, porque frequentadores e até mesmo vendedores é raro você ver um da pele escura.

Assim, o fato de ser negra e moradora do Jardim Ângela, já alocou Erika a um determinado “lugar” tanto no mercado de trabalho, quanto relacionado à representação simbólica sobre o seu “lugar de moradia” como violento. Neste relato de Erika podemos entrever que primeiramente a cor foi mobilizada como um atributo que a aproximou do “perfil” de pessoas que procuravam a vaga de limpeza e o estigma territorial parece ter reforçado a sua inadequação para aquela vaga.

A ideia de “lugar” foi utilizado por Lima (2001) para analisar as relações entre cor e trabalho no Brasil, onde foi construída a representação de que há lugares estabelecidos em relação a determinadas ocupações sendo que, as de menor prestígio que requerem menor escolaridade e pagam menos, seriam aquelas demarcariam o “lugar “do negro no mercado de trabalho. A autora também acrescenta que em algumas ocupações embora não representem *status*, ou seja, não são ocupações de prestígio como a de garçom, e de vendedor, um outro fator de exclusão para os negros entra em jogo: a aparência.

Tanto Erika quanto Angela mencionaram situações em que a identificação de suas pessoas ao local de moradia se dava na chave da interiorização das características negativas do estigma, como na explicação de Erika: *“eles tem medo da pessoa ter um pouco do bairro dentro de si”* ou na reprodução do diálogo de Ângela com a sua cliente na feira: *“Não é porque eu moro num lugar que não presta que eu também não presto”*. Estas falas e justificações nos lembram a acertada caracterização da situação social de jovens como de “alteridade total” empreendida Castel (2008:10) ao tratar dos acontecimentos violentos ocorridos na periferia parisiense em 2005 assinalando que a expressão “jovens da periferia” faz dupla referência a classe e a raça : “se existe em nossa sociedade um grupo colocado em situação de alteridade total e sobre o qual se cristalizam os medos e rejeições, é exatamente junto a estes “jovens da periferia”que se deve procurar tal grupo”.

A delimitação de fronteiras simbólicas tanto internas aos bairros (como foi o exemplo citado por Marcos) quanto e externas a eles- quando estes jovens se colocam em situação de alteridade total em seus trajetos urbanos do “outro lado da ponte” - revelam que a dimensão da classificação simbólica a partir dos espaços da cidade é poderosa articuladora de estigmas e elemento componente da interseccionalidade de discriminações.

Porém, apesar de todos os efeitos negativos que estas classificações geram, percebi em alguns depoimentos o sentimento de pertencimento e positividade “do lado de cá da ponte”:

Pra mim que cresci e me formei uma mulher de respeito na periferia...acho que todos os lugares tem seus altos e baixos, mas eu sempre tive em mente não é vergonha você ser da periferia porque na periferia tem pessoas boas, tem coisas boas a se ensinar e aprender, mais vai de cada um querer ver por este lado e não querer dizer ah porque é da periferia é marginal, é da periferia e não vale nada, porque tem pessoas que são importantes pra própria periferia. Eu amo morar na periferia, não saberia morar em outro lugar (Erika)

“Todo lugar que chego tem um buchicho, ah esse cara escuta funk, ah que ele veio de tal lugar. Mas eu posso chegar lá e mostrar que a periferia não é só esse lado criminal, da violência, posso mostrar que a periferia também tem cultura e eu posso fazer parte dessa cultura. Periferia...pelo que eu lembro da palavra, é crime organizado é o que passa na televisão, mas na verdade não é, a periferia também tem cultura, tem arte que o mundo lá fora esquece de olhar”. (Mauricio)

Para dimensionar os diferentes discursos de pertencimento que tratamos nesta sessão, a forma como os jovens interpretam e ressignificam o lugar de moradia gostaria de evocar a discussão feita por Santiago (2010) sobre os “sentimentos difusos de pertencimento à cidade”, na qual, a partir da recuperação e da discussão dos significados evocados pelos bairros sensíveis parisienses, o autor propõe uma antropologia do sensível da cidade:

Trata-se de decodificar a maneira sensorial pela qual através do bairro ou na sua ótica, a cidade é praticada, habitada e vivida. Lembremos que o bairro é sensível mas o parâmetro desse sensível é estabelecido em relação a uma outra sensibilidade que lhe é exterior. É a este título que aliás pode-se interrogar sobre o como bem definir o que é “sensível” e o que é ordinário para quem. (SANTIAGO, 2010: 16)

A idéia de parâmetro definido em relação ao que é exterior é interessante para pensar que é no deslocamento ou não destes jovens no espaço urbano que se forjam discursos sobre eles mesmos, este discurso e percepção de si que é variável, que se ressignifica no encontro. Vimos que esta dimensão das fronteiras, dos estigmas, não é percebida nem vivida da mesma forma por todos. A periferia enquanto *categoria nativa* aparece positivada nestas falas e aponta para um movimento de querer se diferenciar daquela midiaticamente veiculada.

3.2.3 As dinâmicas da cor relacionadas aos trajetos urbanos

Na seção anterior quando tratei dos trajetos urbanos de jovens que circulam pela cidade para além dos limites de seu bairro como no momento da busca pelo emprego elenquei vários depoimentos em que o estigma territorial relacionado ao local de moradia aparece na fala de nossos entrevistados. No caso de Erika, ao relatar uma entrevista de emprego, a cor e o local de moradia foram apontados por ela como fatores que influenciaram o seu preterimento à vaga que se candidatava. Assim, as situações de discriminações podem combinar simultaneamente tanto a cor como o

estigma territorial.

Não ignorando esta intersseccionalidade dos sistemas discriminatórios que acionam tanto o local de moradia quanto a cor, desencadeando vivências heterogêneas desta discriminação, interessa nesta seção apresentar como os *trajetos urbanos expandidos* ou *locais* interferem nas experiências dos jovens relativas especificamente *cor*. Procurei observar como os jovens interpretam o fato de serem negros em diferentes espaços sociais tanto dentro e fora do bairro.

Vimos que no discurso sobre as trajetórias de Marcos e Ângela a cor não se apresenta como uma dimensão importante. Para falarem de suas experiências, utilizaram as fronteiras internas ao espaço da morada de cada um deles que mais importam. Também vimos que para outros jovens como Denis, Mauricio e Erika a vivência e a leitura de situações de discriminação racial apareceram cedo em suas trajetórias, a convivência escolar e com a vizinhança foram as situações mais recorrentemente lembradas. Cada um, por sua vez, reagiu a seu modo a estas situações, reações norteadas a partir da vivência da raça no âmbito familiar.

No primeiro capítulo apresentei informações estatísticas que demonstram que as desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) estão expressas em diversos indicadores sociais que evidenciam a reprodução das desigualdades raciais neste segmento da população. Estes dados levaram alguns setores do movimento negro a denominar esta situação vivenciada pelos jovens negros brasileiros como *exclusão radical* (BENTO E BEGHIN, 1995), *extermínio* (SANTOS E BORGES, 2005), ou mesmo, como *genocídio* (GÓES, 2008).

Durante a realização da pesquisa, percebi que o deslocamento destes jovens pelo espaço urbano interfere sobremaneira na forma como estes passam a redefinir as fronteiras deste espaço bem como a forma como a cor passa a ser um marcador importante : “a cor/raça é um dos muitos símbolos de classificação e hierarquizações sociais, que estabelecem fronteiras e divisões, agregando em conjunto com outros atributos, tabus e interditos, mais ou menos explícitos, que visam alocar os indivíduos e classes em determinadas posições” (MOUTINHO, 2004:342)

Uma referência importante sobre como opera o sistema classificatório da comunidade brasileiro é o já citado estudo realizado por Oracy Nogueira (1954) em Itapetininga. Este estudo se tornou clássico por ter postulado a distinção entre dois tipos de preconceitos de raça, a saber: o de marca – tendo como base a aparência, os sotaques e os gestos recorrentes no Brasil– por oposição ao preconceito de origem,

mais característico dos Estados Unidos. Porém, foi também neste estudo que encontrei a seguinte passagem relacionando a mobilidade espacial dos indivíduos e a “consciência de cor”:

A predominância de contatos primários, numa comunidade, facilita a acomodação do indivíduo de cor, no nível que tenha atingido, contribuindo conseqüentemente, para a consolidação de sua posição, pela dissociação entre seu conceito pessoal e o estereótipo corrente sobre a “gente de cor” e, conseqüentemente, pela situação inequívoca que se estabelece; e, de outro lado, o volume crescente de contatos secundários, resultante da urbanização e da maior *mobilidade espacial* proporcionada pelos modernos meios de transporte, ao mesmo tempo que *leva a uma maior probabilidade de exacerbação da consciência de cor*, tende a libertar os pretos e pardos do tradicional paternalismo do branco, tornando-os, portanto, afetivamente menos peiados, para cuidar de seus interesses e reivindicações. (NOGUEIRA, 1998: 202 grifos meus).

Sabemos que hoje, mais do que no passado, os habitantes das periferias se deslocam e utilizam outros espaços e bairros da cidade de maneira mais recorrente. Porém, como já delinei, por diversas razões, não são todos os jovens que se deslocam para fora dos limites de sua região de moradia e acessam a estrutura de oportunidades que aí se concentram. A pergunta a que me coube responder nas entrevistas que realizei foi relativa às diferentes percepções do preconceito racial no que diz respeito aos seus deslocamentos pela cidade.

Apesar de estar se referindo a outra configuração social totalmente diferente da atual, Nogueira (1998) dá pistas interessantes dizendo que há uma “acomodação do indivíduo de cor” que permanece tendo contatos primários o que permitiria uma dissociação entre a pessoa e o estereótipo de cor. A relação que estabelece entre mobilidade espacial e maior probabilidade de exacerbação da “consciência de cor” depende também de outros fatores para que o indivíduo faça uma “leitura racial” de espaços, ou das “áreas duras” neste deslocamento.

Porém, se a consciência de cor não decorre somente desta mobilidade, esta ao colocar os jovens em espaços “do outro lado da ponte”, apresenta novas fronteiras, novos diagramas de relações, alteridades que de alguma forma demarcam espaços de expressão dos preconceitos.

A busca de Mauricio de se tornar um jogador de futebol, sua entrada em um time de base de um grande clube, são experiências nas quais nosso entrevistado passa a realizar uma “leitura racial” deste universo. Sabemos que a carreira no futebol representa um dos frequentes sonhos de ascensão social de rapazes negros e pobres

em nosso país, porém desde nossa primeira entrevista em 2010, Mauricio já pontuava as dificuldades em se tornar um jogador profissional e também as diferenças raciais que permeavam este universo:

“Porque no futebol profissional a sua raça e a sua cor determina muito quem você é dentro do campo. Eu jogo futebol de campo. Jogo pelo São Paulo, meu sonho é ser profissional, mas acho que não vou conseguir alcançar esta meta. Então, no futebol dizem os professores que os negros tem mais resistência eles são mais raçudos, eles correm mais atrás dos objetivos deles. E os brancos por eles serem uma classe mais além na história e tudo o que aconteceu eles são mais relaxados, eles não ligam. Que nem tipo no futebol se chegar um menino e falar “eu sou titular” e eu tiver disputando a mesma posição que ele, na semana durante os treinos ou mesmo no jogo eu vou fazer de tudo, mas sem deslealdade, vou fazer de tudo para pegar a vaga dele e ser titular. Por isso que o futebol é pra mim uma escola de vida”

Nesta fala Mauricio ressalta a “biologização” em torno da prática do futebol. Não irei me aprofundar nas representações relacionadas à dimensão deste esporte e à atuação de jogadores negros que, em tese, teriam condições e maior vantagem para o exercício deste esporte. Porém, destaco as análises de Souza (1996) que apontam que o estilo brasileiro de jogar bola, que estaria atrelado a especificidades de força e raça de nosso povo traduzidas na “malandragem” e no “gingado”, características “inatas” do povo brasileiro herdadas dos negros:

As representações populares do “futebol-arte” associam-no diretamente ao físico ideal para a prática “maliciosa” da bola, características essenciais do “futebol-arte”. A “biologização” desse discurso é facilmente percebida inclusive pela denominação das características necessárias (e geneticamente herdadas pelos negros) à prática brasileira do futebol: “biotipo” (SOUZA, 1996, p. 36).

No entanto, ao dizer que “*no futebol profissional a sua raça e a sua cor determina muito quem você em campo*”, Mauricio também aponta para o futebol profissional como locus no qual conflitos sociais são ritualizados: “a força dos estereótipos negativos, sobretudo contra os negros, é ainda hoje evidente, mesmo com muita ironia no meio, jeito de remendar a conflitos e as rupturas” (MARTINS, 2006). Este conflito latente e seu desencadeamento foram vivenciados por Maurício:

Eu já tinha visto pela televisão e já presenciei em campo. Na televisão foi o caso do Grafite em que o zagueiro do Uruguai chamou ele de macaquito, ele se sentiu ofendido e levou pra justiça e ganhou a causa. No campo foi com meu time. Eu tava jogando e dei uma chegada mais forte, mas sem deslealdade, aí um menino levantou, e pela pele dele ser branca ele falou: “Esse macaco, gorila vem para o campo pra agredir os outros. Aí eu e meu time todo foi pra cima do cara”.

Este episódio parece ter sido desencadeador de muitas mudanças. Quando o reencontrei no segundo semestre de 2011, sua rotina estava dividida entre trabalho,

curso e escola . O sonho de ser jogador de futebol profissional tinha sido interrompido, o futebol passou a ser apenas uma atividade ligada ao lazer com os amigos em alguns finais de semana. Mauricio estava cursando o terceiro ano do ensino médio no período noturno e por meio de um curso técnico de informática em uma instituição ligada ao SENAI tinha sido indicado para um estágio em uma empresa de grande porte. Foi nesta ocasião que pude compreender o que realmente aconteceu e o que significou este evento em sua trajetória:

Nossa me impactou muito. Nas primeiras semanas eu era um menino super revoltado. Eu ia pro treino no estádio do Morumbi e pegava o ônibus todo dia lotado e eu via um cara branco, nossa eu queria ir pra cima bater em todo branco que eu via. Depois de um tempo eu percebi que minha atitude foi errada eu não devia ter batido nele. Eu fui na base do time dele e pedi desculpas. Mas o primeiro sentimento era de ódio eu queria matar todo branco que eu via na frente. Como consequência da briga, somado com mais algumas coisas, eu saí do time. Eu levei uma multa, naquela época eu já ganhava um dinheiro R\$ 250,00, a multa era descontada no meu salário . E também levei a suspensão de 7 jogos, então fiquei fora do time. Aí veio a somatória de problemas com o técnico e eles me mandaram embora.

A punição e a saída do time foram eventos desencadeados por este episódio que, juntamente com o projeto da família de Mauricio envolvendo a continuidade de seus estudos, resultaram em um momento de inflexão em sua trajetória dada por um processo de definição e negociação da realidade, conforme explica Velho (2003:47) sobre a interação de projetos individuais com outros dentro de um campo de possibilidades

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e da interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades.

O sofrimento desencadeado por este episódio foi expresso na fala de sua mãe e sua insistência para que o filho se voltasse para os estudos.:

Eu não sou contra. Mas é muita luta pra ele. Chega até ser um sofrimento. Mas se ele quiser escolher aí é a vontade dele. Mas eu sempre falo pra ele que além do futebol ele também que estudar, porque se não der certo uma coisa ele tem o estudo dele pra aproveitar este outro lado. Eu incentivo mesmo que ele estude faça uma faculdade. Jovem hoje tem que estudar. Eu falo pra ele aproveita que tem eu e seu pai pra te ajudar e vamos estudar.

A palavra sofrimento utilizada por Dona Nilde me chamou muito a atenção. Desde minha primeira conversa com ela , ao ser perguntada sobre a dimensão racial nas vivências de seu filho , ela sempre deu maior ênfase para o estudo como uma maneira de minimizar os efeitos do racismo: “*Você tem que estudar, ser uma pessoa direita porque o racismo existe*” . Outros episódios de discriminação racial foram

relembrados por Mauricio desde sua infância, o que demonstra uma leitura sobre estes episódios desde então, mas estes foram como um divisor de águas, exigindo uma redefinição de seus projetos e aspirações.

Eu tenho vontade de um dia jogar em um time profissional, mas essa vontade diminuiu, porque eu cresci, fiquei com mais peso, fiquei mais lento. Se eu tivesse oportunidade de voltar a treinar e voltar para um time eu queria muito correr atrás. Mas agora eu estou trabalhando, fazendo curso e estudando não tenho muito tempo. Se eu fosse um pouquinho mais novo eu ainda correria atrás. Eu fui atrás do meu sonho, mas já que não deu... vamos seguir outro sonho. Eu acho que se meu pai tivesse dinheiro e eu morasse num bairro melhor... Primeiro nada disso teria acontecido e segundo eu teria mais tempo, porque meus pais poderiam me bancar, eles poderiam me dar do bom e do melhor. Não que eles não possam eles me dão, mas o jovem sempre quer algo a mais..esse algo a mais meu pai poderiam me dar então eu teria mais tempo correr atrás pra quem sabe um dia ser jogador de futebol profissional.

A saída do time profissional se deu aos 16 anos, apesar de ainda muito jovem. Em seu depoimento, pude ver o peso da moratória social reduzida devido à necessidade de entrada no mercado de trabalho e a conquista do “algo a mais” que seus pais não poderiam lhe dar, ou seja, os jovens das classes populares “carecem de tempo e dinheiro – moratória social – para viver um período mais ou menos prolongado de relativa despreocupação (Margulis & Urresti, 1996).

É interessante notar que Mauricio atribui a sua condição social e seu bairro como fatores que contribuíram para sua saída do time. A sua família poderia ter condições materiais para que o episódio de discriminação fosse contornado e ele pudesse ter insistido em seu sonho. Mas, a saída do time e suas restrições para driblar essa situação – ser pobre e morador de um bairro periférico – reordena suas aspirações e, ao mesmo tempo, introduzem uma inflexão em seu campo de escolhas. Não é possível persistir na carreira de jogador quando é preciso trabalhar e garantir o que os pais não podem lhe garantir. Assim, continuar os estudos e trabalhar são uma possibilidades de continuar vislumbrando uma trajetória ascendente.

É importante salientar que dentre os entrevistados Mauricio era o que tinha melhor situação social, seus pais relataram que por ser filho único eles conseguiram fazer uma poupança destinada a ajudá-lo a pagar a faculdade. Porém, seu campo de possibilidades de escolha no sentido dado por Velho (2003) mesmo envolvendo a possibilidade de continuação dos estudos não o coloca em uma posição de vantagem social a ponto que o mesmo possa desfrutar de sua moratória social.

Na primeira ocasião em que o entrevistei, momento no qual ele ainda tinha

expectativas de voltar a jogar profissionalmente, perguntei como encarava as situações de discriminação pelas quais passou :

Tem uma música³⁹ que gosto muito que fala que hoje em dia se você nascer preto você tem que ser duas vezes melhor, mas ser duas vezes melhor como? Se Deus te fez desta forma? Então você tem que seguir a risca esta música. Eu faço o que eu posso, além do que eu posso, principalmente em entrevista de emprego e no futebol.

Na letra da música, há a estratégia da mãe do narrador que, para a superação das situações de desvantagem social vivida pela condição racial, aconselha o esforço individual sintetizado pela ideia de ser “duas vezes melhor”. Por sua vez, o narrador refuta este posicionamento sentenciando : “Você vai escolher o que tiver mais perto de você. O que tiver dentro da sua realidade”. O entrevistado parece se mover tendo em vista esta contradição e ele demarca a busca pelo emprego e o futebol como dois espaços em que a cor incide sobre as possibilidades de sucesso.

Procurei verificar também se Mauricio enxergava diferenças entre jovens negros e brancos em seus trajetos locais e também fora do bairro. Ele relata que dentro do bairro, não enxergava tantas diferenças, pois todos tinham as mesmas oportunidades de estudo, dependendo do individuo aproveitá-las ou não, mas fora do bairro exemplificava novamente a busca pelo emprego como uma “área dura” em relação à cor. Perguntei, então, se havia alguma situação dentro do seu bairro em que a sua cor é motivadora de alguma situação discriminatória e ele relata a situação da abordagem policial:

“Uma vez estava saindo de casa e o policial parou em frente a minha casa. Ele já desceu do carro apontando a arma pra mim e gritando: “põe a mão na cabeça” aí eu coloquei. Ele perguntou pra mim: Onde você mora? E eu: Aqui senhor. Ele disse que eu esta mentindo e que ia me levar pra delegacia por desacato. Até que saiu meu pai quando percebeu o que estava acontecendo e conversou com o policial. Se meu pai não tivesse em casa era perigoso eu levar um cassete e ainda ser levado pra D.P só por estar parado em frente a minha casa. Acontece também quando estou com outros amigos de etnia diferente, quando ando com meus amigos da etnia branca é totalmente diferente os policiais falam bom dia, dão um sorrisinho apertam até a sua mão, mas se você passa sozinho os caras já olham pra você impunham a arma, muitos te param. Se eu passo com um amigo e volto sozinho eles me param com certeza, tomo um enquadro. Aí eu falo: eu acabei de passar aqui porque você não me parou? Porque você não era suspeito, a fala deles é essa. Pra mim isso é uma loucura. É como se eu fosse suspeito desde a época que nasci, só por ser preto.”

³⁹ Reproduzo trecho da música do grupo Racionais MC's citada por Mauricio: "Tem que acreditar. Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.' Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como ? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você. O que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz".

As situações de contato com a polícia como as descritas por Mauricio baseadas na identificação de traços de pertença étnica para fazer destas o suporte para um tratamento diferencial baseado na estigmatização foram relatadas como “delito de aparência” (CASTEL, 2008) e como a identificação de um tipo o “elemento suspeito de cor padrão” (RAMOS E MUSUMECI, 2005). Quando perguntei para Erika sobre esta estigmatização ela é incisiva ao dizer:

Erika: Tem alguns policiais que já chegam na forma do preconceito e do racismo: levanta mão neguinho, mas ele tem nome. O tratamento que o branco recebe mesmo sendo um criminoso quando são abordados e quando são presos é diferente dos negros. As vezes eu comento com minha amiga vendo alguma reportagem se fosse um preto tinha apanhado, acho que nem vivo estaria. Pra outras etnias o homem negro é visto como marginal, ele é mais taxado que a mulher.

E: Como assim?

Erika: A mulher negra é mais difícil assim a convivência com outras mulheres, porque tem certo tipos de locais que uma mulher negra de cabelo black não vai ser bem vista.

E: Que lugares são esses?

Erika: A minha conduta é sempre entrar e sair de qualquer lugar de cabeça erguida. Mas é óbvio que tem alguns lugares que um negro frequenta, que ele que ele não é bem visto. No Shopping você sente um certo preconceito ao você passar por um casal de branco e a pessoa te olhar torto ou olhar pro seu cabelo e falar: aqui não é o lugar dela. Tem lugares e lugares, não pelo negro em si, mas pelo resto da sociedade que quer demarcar um terreno onde ele pode entrar e onde ele não é bem vindo.

O aspecto significativo da fala de Érika é a comparação entre homens e mulheres negras no que tange ao tratamento em diferentes instâncias de interação bem como sobre a demarcação de espaços sociais e territórios em que ambos não podem adentrar e circular sem constrangimentos e reafirma achados de outras pesquisas:

As descrições dos jovens reafirmam dados da literatura, segundo os quais o mercado de trabalho e a circulação por locais públicos são contextos em que a cor/raça interagem com as desvantagens sociais preexistentes, produzindo uma dimensão específica da discriminação. Neste particular, é fundamental ter em mente o fato de que homens negros e pobres, moradores de áreas urbanas são mais vulneráveis as praticas discriminatórias e racistas, inclusive pelas instituições criadas para protegê-los, como a polícia. (CECCHETTO E MOTEIRO, 2006:214)

Dentre os trajetos realizados por Denis, a questão racial parece ter marcado sua experiência em dois momentos distintos, o primeiro no contexto de seu trabalho e na identificação com o “seu mentor” como ele nomeou um chefe de trabalho:

No meu segundo emprego o cara que me entrevistou era negro. Marco Antonio o nome dele(...) Daí eu lembro que ele falou pra mim: “a oportunidade para a gente que é negro é difícil, né? . Eu acho que ele se identificou com a situação dele na juventude. E eu comecei a trabalhar como office-boy naquela empresa e lá eu fiquei cinco anos. Eu terminei o colegial em 2000 e trabalhei lá até 2005. E ali foi uma escola pra mim. Porque tinha o departamento financeiro onde eu trabalhava então o pessoal tinham um visão de classe média, média alta, mas empresa era pequena com 40 funcionários e eu tive a oportunidade de conhecer todo mundo da empresa. Eu adquiri os valores daquelas pessoas lá e tal... e fiquei mais ambicioso em construir um futuro melhor pra mim financeiramente. Também lá tive a oportunidade de fazer cursos. Eu não tinha idade mas tinha muita ambição. Sobre a questão racial que o Marco Antonio falou pra mim no dia da entrevista eu achei mesmo que eu não tinha consciência tão clara disso na época, mas depois lá nessa empresa eu senti que existia isso mesmo. Ele sentia isso pra com ele. E um dia que um outro cara falou pra mim, que eu estava com muitas ideias de grandeza,: “você chegou aí com a camiseta toda puidinha, suando, gaguejando e agora tá cheio de querer?”. Então sei lá, às vezes também , eu falava alguma coisa que a pessoa te tratava mal porque você era negro ele falava que esse era um discurso repetido que eu tava me fazendo de vítima. As pessoas não querem enxergar que existe preconceito né? . Então no trabalho aconteceu isso.

Depois deste emprego, Denis ingressou na PUC-SP e passou a trabalhar num banco, estes dois espaços demarcavam em sua fala a efetivação de um projeto de ascensão social, pois mesmo morando no mesmo bairro ele tentava se integrar depois que tentou “adquirir os valores” das pessoas de classe média com quem passou a conviver desde seu segundo emprego. Pergunto para ele se na universidade e neste emprego a questão racial se apresentava de alguma maneira:

Denis: Na PUC eu tentava me misturar, mas chegou uma hora em que o pessoal começou a frequentar as festas caras, então não dava pra eu ir, mas era a questão de grana mesmo. Quando eu tinha dinheiro o pessoal não olhava muito a cor. O pessoal não se importa muito, se você tem dinheiro o pessoal não liga muito pra cor não.

E: E nesta época você trabalhava no banco, como eram as relações lá?

Denis: No banco tava todo mundo preocupado em ganhar dinheiro. Só quando você tava cara a cara com as pessoas que era mais complicado, nem tanto com os clientes, mas quando surgia uma oportunidade...e quando o banco foi assaltado, eu acho que eles fizeram perguntas demais pra mim, mais do que pras outras pessoas.

E: Então nem na PUC nem no banco você sentiu algum tipo de discriminação racial?

Denis: O pessoal na PUC tem uma mente mais progressista. É só quando você queria ocupar os locais de fato, como por exemplo ir pro grêmio, os locais de poder aí... opa! Ai você era questionado, principalmente questões relacionadas ao seu poder financeiro. Porque enquanto você está na sua fazendo seu papel aí você não está incomodando ninguém, mas a partir do momento que você quer um cargo de gerência, como eu queria no banco aí sempre vinha vários questionamentos, vários obstáculos. Teve também o episódio de quando no banco toda sexta-feira os funcionários podiam ir com uma roupa mais casual e em um dia desses o supervisor geral foi até minha agência. Ele me viu e deu aquela olhada, eu estava como os outros, mas eu senti o olhar dele. A partir deste dia ele determinou que todo mundo tinha que voltar a usar roupa formal na sexta-feira.

Neste trecho da entrevista Denis descreve várias situações por que passou na PUC e no banco afirmando primeiramente que eram as diferenças de classe que mais se faziam presente, mas ao mesmo tempo descreve situações em que a “cor” foi importante como sinal de discriminação. Ser tratado com desconfiança após um roubo no banco, ser avaliado pela maneira como estava vestido por um superior, ou disputar uma vaga no grêmio estudantil foram situações em que o reconhecimento de seu *status* como estudante e como funcionário não se efetivou, nestas passagens ele faz uma alusão a sua condição racial.

Denis só permaneceu um ano na universidade⁴⁰ e após a sua saída por um encadeamento de fatos ele fez o que chamei de uma “volta para seu bairro”:

Quando que eu sai da PUC foi como se tivesse aberto um buraco. Pensei até em suicídio. Porque era muito vergonhoso as pessoas falarem, mas você perdeu uma bolsa na PUC. Daí eu entrei em umas de começar a beber. Internamente eu estava muito mal. Perdi a faculdade, o trabalho, não tinha dinheiro e as pessoas que eu procurava não me ajudavam. Então eu fiquei bem isolado. Eu arrumei dois trabalhos de telemarketing, depois fiquei um tempo desempregado, e eu já estava morando sozinho. Mas eu não tinha desistido, continuei tentando voltar pra PUC, fazendo provas, tentando outras bolsas, eu queria provar para as pessoas que eu podia voltar a estudar lá. E foi num desses dias em que eu bebi demais que um policial me acordou com um tapa, pois eu estava encostado dormindo em uma calçada, eu sei que discutimos e ele me acusou de desacato, me levou pra delegacia e tudo e eu tive que comparecer em uma audiência no fórum. Assim, eu tomava enquadro direto, por ser negro, na época da pichação... a policia só desapareceu da minha vida quando estava na igreja, mas nesta ocasião aí foi abuso do policial, eu até queria reverter a acusação, mas na audiência me explicaram que se eu perdesse a causa não teria como cumprir a pena alternativa, então optei em cumprir e ficar com minha ficha limpa até porque eu não tinha testemunhas a meu favor. Foi cumprindo esta pena que fui trabalhar em uma ONG onde um amigo meu já trabalhava e foi a partir daí que comecei a conhecer o trabalho do Centro de juventude.

A saída da universidade marcou um momento de inflexão em sua trajetória escolar, laboral e provocou uma ruptura em seu projeto de mobilidade. Denis, ao descrever suas tentativas de inserção no mundo de classe média, desde os tempos em que era office boy e depois na PUC nos conta tentou escapar dos rótulos, nunca quis ser identificado como o “mano da periferia”. Para isso, interpretou que sua inserção poderia se dar na chave da partilha de certos valores, na posse de atributos de prestígio social que iniciariam um processo de pertencimento e no qual a cor pudesse

⁴⁰ A bolsa de estudos que havia conseguido fazia parte do Programa Escola da Família do Governo do Estado de São Paulo. Nesta modalidade de bolsa, o estudante deve cumprir a carga horária de 12 horas divididas entre os sábados e domingos desenvolvendo atividades em escolas estaduais junto a comunidade. Marcos nos relatou a dificuldade que era trabalhar durante a semana no banco, assistir as aulas no período noturno e, aos finais de semana cumprir o trabalho que era contrapartida da bolsa, o que resultou na perda da mesma e a reprovação em uma matéria do curso.

ser subsumida. Porém, apesar das idas e vindas em suas afirmações sobre a predominância do preconceito de classe nestes espaços, ele também nos deu exemplos nos quais o fato de ser negro influenciou sobremaneira em alguns momentos.

O episódio da abordagem policial que o condenou ao cumprimento de uma pena alternativa se colocou também como um acontecimento que em sua fala demarca desencadeia a sua volta para o bairro. A relação com a polícia é demarcada por Denis como uma relação em que a raça tem um peso importante e, apesar das abordagens terem sido constantes em boa parte da adolescência e da juventude, esta última, em especial, foi interpretada por ele como uma abordagem motivada pela suspeição baseada em seu fenótipo racial.

Tendo em vista a problemática que gostaria de introduzir, as nuances relacionadas à heterogeneidade de vivências desta discriminação e às diferentes percepções relacionadas aos trajetos dos jovens prossigui analisando outros depoimentos nos quais e estas diferenças podem ser percebidas. Quando interpelei Marcos, que não possui a vivência de trajetos expandidos para fora do seu bairro, sobre a sua percepção de como a cor opera nas “áreas duras” como na busca pelo trabalho ele responde :

Marcos: Bom só trabalhei na Av. Faria Lima no farol, vendendo água, mais a maioria dos meus tramos foi por aqui, não tive muitos trabalhos da ponte pra lá, não. Mas meus amigos falam que muitas vezes vão fazer entrevista e são barrados pelas mínimas coisas, eles não vão deixar de dar o emprego pra eles mesmos, pros que moram da ponte pra lá, então tem esse preconceito que não é falado. Mas também acho tem o lance da aparência, tem a característica visual, um penteado mal feito, uma má combinação de roupa pode influenciar antes mesmo de você dizer da onde você vem.

E: Mas em relação a cor? Você acha que o fato do jovem ser negro isso influência negativamente nestes momentos como na busca pelo emprego?

Marcos: Acho que a cor ficou no passado essa questão, dizer que por ser pretinho você não tem chance... Acho que é mais o visual e a qualificação que conta, você vê nas pesquisas é o fato do cara ter cursos, ter escolaridade que conta.

Em relação às abordagens policiais, Marcos também credita à aparência o fato de no contato policial alguns jovens serem discriminados:

Marcos: Na visão dos homens da lei.. tinha até aquele o lema que ficou muito conhecido na quebrada: o pai cria e a rota mata. O engravatado é um ladrão disfarçado e eles não vêem isso, mas a gente que anda de bombeta principalmente as bombetas artesanais feitas de crochê, que nem as de cadeiros os policias já vem enquadrando: “tem passagem? a casa caiu solta aí a micha”. Então eles já vem com a certeza que você sabe de alguma coisa errada. Se você andar bem arrumadinho, de cabelo de lado, com uma roupa de esporte fino, acho que você passa despercebido em qualquer lugar, negro ou branco. Normalmente os

meninos da periferia gesticulam muito, e se você andar gesticulando muito, com a bombeta pra trás, com a calça meio caída você com certeza vai ser enquadrado. Mas se você andar bem arrumado, significa que você não vai ser visto em alguns lugares, a aparência é que conta a cor nessa hora não conta muito não.

Como podemos ver em seu depoimento, Marcos designa a aparência entendida como o modo de vestir, gesticular, a postura corporal como elementos desencadeadores de situações discriminatórias das “áreas duras”. A dimensão da aparência relacionada a cor tal como postulou Oracy Nogueira também está associada a manipulação da “marca” conforme a sua associação com aspectos estéticos, de personalidade e etc.

É muito interessante notar que ao dizer: “*se você andar bem arrumado, significa que você não será visto em alguns lugares*”, Marcos opera uma interessante inversão dizendo que estar bem arrumado é a possibilidade de invisibilidade, de passar despercebido. Não ser visto é associado à possibilidade de que os possíveis atributos negativos, como a cor, não sejam vistos. Esta também é a opinião de Ângela sobre as possíveis discriminações relacionadas à cor no momento da procura por emprego :

Acho que a cor não importa, o que importa é a pessoa ser educada, saber tratar as pessoas, não se envolver com coisa errada, ser honesta. Se um branco e um negro tiverem concorrendo a mesma vaga vai ficar quem for mais inteligente, tiver mais cursos e experiência.

Como assinalamos na análise de suas trajetórias, apesar de ambos se autoclassificarem como negros, a cor não é uma dimensão que é vivida por Marcos e Ângela, ela não é mencionada como elemento norteador dentro da família e das relações e fronteiras internas a seus bairros e espaços de sociabilidade que frequentam. Ambos têm experiências de deslocamentos para fora do bairro muito relacionadas a atividades econômicas precárias: Marcos como vendedor de água no farol e Ângela como carregadora de compras numa feira-livre. Logo, estou querendo situá-los em uma posição social específica:

Decerto que as interpretações diante de práticas discriminatórias podem variar e talvez um bom indicador seja a posição social dos indivíduos; uma pessoa pobre que é discriminada pode atribuir o tratamento desigual ao fato de ela estar mal vestida para a ocasião, pode creditar ao fato de que ela não soube se expressar corretamente, e até mesmo porque ela não soube se comportar devidamente. Enfim, muitas vezes essas pessoas acabam, de uma forma ou de outra, assumindo para si a responsabilidade. (FIGUEIREDO, 2004: 209)

Podemos dizer que ambos de certa permanecem “do lado de cá da ponte” e ainda não passaram a acessar a estrutura de oportunidades, como a busca sistemática por uma vaga de emprego, a fruição de bens culturais e de lazer em espaços públicos presentes “do lado de lá”. Neste ponto, gostaria de resumir meu argumento de que é no entrelaçamento das experiências relacionadas à raça tanto na trajetória quanto nos trajetos urbanos é que aumentam a “probabilidade de exacerbação da consciência de cor” como disse Nogueira, ou ainda como observou Figueiredo (1999) a probabilidade de assunção de uma “identidade étnica”.

Comecei a pensar na hipótese informada por algumas passagens dos depoimentos em que as fronteiras e os marcadores étnicos também se modificavam conforme a mobilidade espacial dos entrevistados, além de experimentarem outros contextos de interação onde outros marcadores também aparecem (classe social, o local de moradia e o *status*), o marcador racial se coloca para eles, de tal modo que, apesar da interseccionalidade dos sistemas discriminatórios, é o fator racial que muitas vezes baliza essas interações.

“As fronteiras e os marcadores étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço e, em algumas circunstâncias, a despeito de muitas provas de discriminação racial, as pessoas preferem mobilizar outras identidades sociais que lhe parecem mais compensadoras. Se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica global quanto pela local”. (SANSONE, 2007: 12)

Porém, como enfatiza Sansone nesta passagem, não são as provas de discriminação racial que levam as pessoas a mobilizarem um discurso sobre si baseado em sua ascendência racial, foi neste sentido que procurei trazer a experiência anterior a mobilidade espacial destes jovens concernentes a família, escola, a sociabilidade no bairro, ou aos contatos primários como nomeou Oracy Nogueira.

Notei nas falas de Mauricio, Denis e Erika um aspecto que Moutinho (2004: 271) havia percebido na narrativa dos indivíduos “não-brancos” entrevistados por ela, um “marco” em suas trajetórias ao qual estes recorrem à construção de si e de seu lugar social:

Grosso modo, mas sem generalizar em excesso, pude detectar a narrativa sobre um certo momento (...) no qual os entrevistados se deparam de forma dramática não com diferença de “cor/raça” (isso eles já sabiam), mas como esta poderia evocar a hierarquia e a desigualdade entre eles e o “outro” com base na “raça”. Um momento radical que vem a (re) construir sua relação (e inserção) no mundo e com as pessoas.

Este “marco” aparece nas falas aqui expostas. Para Denis, a entrada no mercado de trabalho e na universidade, mas principalmente a sua saída dela é que marcou este momento. Para Maurício são suas experiências no futebol profissional e a inserção em redes de sociabilidade fora do bairro. Erika também relata como percebe a relação entre territórios, espaços, momentos em que a cor ganha maior relevância. Acompanhando alguns momentos, passagens e bloqueios de seus trajetos urbanos ao entrarem em contato com as “áreas duras” pude vislumbrar como os mesmos constroem maneiras de lidar com os estigmas raciais e territoriais, qual o peso que dão a eles, como interpretam a interseccionalidade destes atributos.

A ausência deste “marco” por sua vez está presente nas trajetórias e trajetos até então delineados por Ângela e Marcos. Procurei mostrar que para ambos os diagramas de relações que importam, aqueles delimitados nas fronteiras internas das periferias (Feltran, 2010), não são perpassados pela questão racial e devido a diversos eventos em suas trajetórias de vida os mesmos ainda não foram levados às redefinições da mesma em relação as fronteiras externas, mesmo assim a leitura à distância que fazem dos espaços, interações que ocorrem “da ponte pra lá” não é feita pela ótica das possíveis discriminações e preconceitos raciais.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurei investigar as percepções e vivências relacionadas ao pertencimento racial de jovens que se autodeclararam negros moradores de uma região periférica da cidade de São Paulo bem como outros marcadores sociais da diferença que acionavam ao falar tanto de suas trajetórias de vida quanto de seus trajetos urbanos, seu deslocamento pela cidade.

As perguntas que motivaram a produção desta dissertação surgiram após a constatação que o jovem negro é tema incipiente nos campos de estudos da juventude e das relações raciais. Em estudos mais recentes de cunho quantitativo é crescente o destaque dos jovens negros como um segmento específico da juventude brasileira. Estes estudos mostram a reprodução da desigualdade racial neste segmento em vários aspectos, mas é o fenômeno da violência urbana que chama particular atenção por apontar uma sobre-representação de jovens negros nas taxas de mortalidade, expectativa de vida, e no número de homicídios.

O desafio que se coloca para os pesquisadores frente ao entendimento da situação juvenil dos jovens negros no Brasil é de duas ordens: a primeira é a interpretação do papel da variável racial para a reprodução da pobreza, na reprodução do “ciclo cumulativo de desvantagens” (HASENBALG e SILVA, 1992) a outra está relacionada as vivências cotidianas destas desigualdades nos vários âmbitos da vida social. Esta pesquisa qualitativa visou aproximar-se da segunda ordem de desafios, tentando perscrutar como estes atores sociais interpretam seu pertencimento racial tentando apreender os significados, atitudes e representação que sustentam.

Para isto, tomei como ponto de partida, suas experiências particulares em relação à vivência da cor no âmbito familiar, nas relações com a vizinhança e dentro do bairro, ou seja, em suas trajetórias de socialização em diferentes contextos (família, escola, vizinhança). Ao longo do trabalho de campo também atentei para a importância das interações sociais, na mobilização dos marcadores das diferenças relacionados a diferentes contextos.

Ao colocar em relação os contextos em que o marcador racial era acionado nas falas dos jovens entrevistados percebi que os trajetos urbanos, também podiam informar muito sobre como estes passam a demarcar fronteiras internas e externas a periferia, bem como a sua percepção racial em diferentes espaços e momentos em que se lançam ao mundo como no momento da busca do emprego.

Vimos no capítulo 1 que os jovens negros são um grupo específico dentro do universo da juventude brasileira, esta especificidade só pode ser demarcada a partir do reconhecimento de dois níveis de entendimento da juventude enquanto categoria que se traduz concomitantemente enquanto uma *condição* e uma *situação*, ou seja, o modo como uma sociedade constitui e significa este ciclo de vida e também como reconhece situações específicas desta condição a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia.

Apesar da especificidade dos jovens negros no universo da juventude brasileira, pude perceber a partir do contato que tive em campo, como este é um grupo heterogêneo, que se diferencia em relação as situações de vulnerabilidade, em relação a construção de seu pertencimento racial, na forma como interpreta e lhe dá com as situações de discriminação, na interpretação do peso do fator racial no acesso a estrutura de oportunidades. Dentre esta heterogeneidade, devemos lembrar ainda como fizemos no capítulo 1 a existência da juventude negra organizada que mobiliza politicamente um discurso identitário na reivindicação de transformações materiais e simbólicas. Portanto, nossa pesquisa não acenou para a conformação de uma única juventude negra e pobre, pelo contrário.

A associação de jovens negros moradores das periferias com estigmas relacionados ao local de moradia e a cor ressaltou a recorrência de uma produção simbólica disseminada socialmente que conforma um imaginário, nos quais “os sinais diacríticos usuais facilitam a tarefa, corporificando uma estética em que a cor da pele, os modos de vestir e falar, os circuitos urbanos e etc, tornam visíveis os critérios a empregar cotidianamente como distinção social” (Feltran, 2010: 571)

Porém, a forma como nossos entrevistados manipulam e vivenciam (ou não) estes estigmas relacionados à cor e ao local de moradia também variam enormemente. Os depoimentos de Ângela e Marcos nos demonstraram como, muitas vezes, os estereótipos, apelidos relativos à sua condição ganham sentidos nas situações em que são utilizadas, como por exemplo, na demarcação da distância entre vizinhos, são interpretados como brincadeiras, como algo aceitável. Assim, percebi que alguns marcadores, matrizes discursivas, deveriam ser situadas nos contextos em que são acionados. Foi neste momento que comecei a diferenciar os jovens em dois perfis: aqueles que possuem uma mobilidade pela cidade e aqueles que têm uma sociabilidade e vivência ancorada no bairro, aqueles que delineavam trajetos urbanos expandidos ou locais.

Os jovens Ângela e Marcos ao falarem sobre seus bairros e sobre suas experiências permeadas por um cotidiano de proximidade, ou no caso de Marcos um envolvimento direto no passado, com aqueles que transitavam por caminhos ilícitos e pela criminalidade mobilizaram outros marcadores para falarem de sua experiência social. Ficou evidente que, ao falarem sobre seu pertencimento ao bairro, tinham que se opor a e representação social sobre os moradores das favelas e demarcar as diferenças entre o par de categorias “trabalhador” e “bandido”.

Ambos têm uma sociabilidade e deslocamento ainda circunscrito aos locais de moradia. Um pouco antes de nossa última conversa Ângela havia começado a fazer um “bico” em uma feira de um bairro nobre e já nesta breve experiência ela pontuou um episódio em que descreveu o pânico de uma de suas clientes quando soube que ela morava nas proximidades do Jardim Ângela. Marcos trabalha como educador, desenvolve trabalhos voluntários, suas atividades são voltadas para seu bairro, e todo seu empenho está em consolidar seu próprio projeto social. Em todas nossas conversas percebia que o mesmo estava em busca da positivação de seu novo status nos limites de sua comunidade, de “nóia” para aquele que “leva soluções” para a sua comunidade.

Em suas trajetórias de vida a questão racial é silenciada ou tratada de maneira ambígua. Isso não quer dizer que ela não exista no cotidiano deles. Ser negro não foi pontuado por esses dois entrevistados como traços constitutivos que marcaram de alguma forma as suas trajetórias de socialização e, por isso, a percepção da dimensão racial não apareceu como um ponto importante de suas experiências. Os pontos mais enfatizados em suas falas eram relacionados a outros marcadores sociais referidos a violência, ao tráfico local, ao seu campo de possibilidades e alternativas de vida.

Na narrativa de outros jovens como Mauricio, Denis e Erika o reconhecimento da dimensão racial foi presente em diversos momentos de suas trajetórias de vida e também em seus trajetos urbanos em busca de oportunidades. A forma como a família lidava com os episódios de preconceito racial que aconteciam na escola e entre os vizinhos, variou desde um enfrentamento direto, até como episódios que desencadearam a abertura do diálogo sobre estas questões.

Para Denis a busca por mobilidade social ascendente e seu envolvimento com grupos culturais desde a adolescência o colocaram em uma relação conflitante com relação ao seu bairro e sua identidade racial. Denis percebia-se como negro criticava a existência de estereótipos e as desigualdades relacionadas à condição racial, mas

procurava se inserir em tribos, e grupos em que a cor e a origem social não eram atributos relevantes para a sua aceitação. Sua aposta na escolaridade e na possibilidade de uma trajetória profissional de êxito o colocou em contato com outros grupos sociais e sua sociabilidade passou a ser fundada predominantemente fora do bairro. Apesar de avaliar suas experiências relacionada ao ingresso na universidade, o trabalho como momentos nos quais fronteiras sociais e raciais foram redimensionadas, Denis acredita que o prestígio e o status social dados por uma ascensão social podem fazer com que negros sejam tratados como brancos, ou como ele mesmo pontuou “negros dissociado dos valores negros” não incomodam.

No depoimento de Mauricio que também desde muito cedo passou a acessar outros espaços sociais fora de seu bairro na busca da realização de seu sonho em se tornar jogador de futebol profissional e, depois sua busca por emprego, provocou o redimensionamento de fronteiras que foram lidas por ele como sinônimos de barreiras relacionadas tanto ao estigma territorial quanto a seu pertencimento racial.

No caso de Erika, apesar da mesma ter uma trajetória de vida com alguns percalços, tais como, uma gravidez precoce, a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, a mesma atribui a sua entrada em um grupo cultural de seu bairro como um fator que a apresentou a possibilidade de uma afirmação de uma identidade étnica por meio de discussões e práticas de atividades culturais.

A maneira como foram construídas as leituras acerca do pertencimento racial, das situações de discriminação de Mauricio, Denis e Erika parece estar mais relacionadas aos seus trajetos urbanos do que à escolaridade e a condição social. Os trajetos redimensionam as fronteiras internas e externas ao local de moradia levando a construção de novas subjetividades ao lidar com diferentes grupos sociais e diferentes situações principalmente relacionadas às “áreas duras” como o momento da busca por emprego. No caso de Érika, estas leituras também estavam informadas por seu envolvimento com o grupo cultural que tratava de questões como o racismo e a valorização de símbolos étnicos.

Sendo assim, os trajetos urbanos destes jovens, os deslocamentos espaciais motivados para o acesso a estrutura de oportunidades os coloca em circuitos que acionam, muitas vezes de forma simultânea, estigmas relacionados à cor e ao local de moradia.

No caso da região de M’Boi Mirim, a temporalidade que a caracterizou nos anos 1990 como uma região periférica com altos índices de homicídios e

precariedade urbana , parece ter sido congelada no imaginário do mundo social situado do “lado de lá da ponte” , ressoando em estigma territorial ainda hoje sentido por estes jovens que se lançam para o outro lado da ponte. Estas dinâmicas de discriminação não se reduzem aos indicadores sociodemográficos que indicam a distribuição da população vulnerável na região.

Ainda que as avaliações e experiências relacionadas a cor sejam distintas no que diz respeito as experiências urbanas de cada entrevistado, é possível dizer que é no deslocamento que a cor passa a ser percebida como um atributo que pode evocar hierarquia e a desigualdade e passa a ser reinterpretada por cada um deles não necessariamente como a assunção de uma “identidade étnica”, mas como um marcador que passa a ser ter importância em alguns contextos de interação e que pode demarcar fronteiras, representar bloqueios e pontos de tensão.

A análise das trajetórias dos jovens nos permitiu entender que a forma como cada indivíduo se posiciona em relação a temas como preconceito e discriminação, identidade racial, é construído ao longo da vida dos sujeitos, é um processo nunca acabado. O que os entrevistados pensam sobre si e sobre o que é ser negro está referido as experiências de como a cor é vivenciada no âmbito familiar, ou seja, as experiências positivas ou não deste atributo contribuem para seu posicionamento posterior. Para Marcos e Ângela que se autodeclararam negros, a dimensão racial não se constituía em um tema pertinente em relação as suas trajetórias e trajetos por espaços mais próximos ao seu bairro.

Para Mauricio e Denis a família, a escola e acesso à faculdade se configuram como projetos de possibilidade de ascensão social. Mauricio faz a tentativa de se tornar jogador de futebol, mas frente a alguns percalços e desentendimentos e frente à expectativa familiar de que pudesse se dedicar aos estudos para conseguir um trabalho melhor qualificado, não levou o projeto adiante. A trajetória de Denis aponta para as dificuldades de efetivação de seu projeto de ascensão social e o mesmo realiza uma “volta pro seu bairro”, marcada por uma abordagem policial desencadeada por uma suspeição referida à cor. É no bairro também que Mauricio diz ser sempre abordado por policiais principalmente quando não está com amigos “de outras etnias” como ele mesmo falou.

Ao acompanhar as narrativas destes cinco jovens procurei me afastar das explicações gerais que os classificam como jovens negros vulneráveis e procurei me aproximar de como eles mesmos operavam um discurso sobre si com base nas suas

trajetórias de vidas e em seus trajetos urbanos. Foi por esta abordagem que procurei conhecer algumas maneiras de lidar com o pertencimento racial que longe de apresentar regularidades ou padrões de comportamentos demonstram a heterogeneidade das maneiras de viver a condição de ser jovem, negro e morador de uma região periférica.

Referências Bibliográficas

- ABAD, Miguel. Jovens e Juventude: Contribuições, Possibilidades e limites da participação juvenil para o impacto na agenda pública. *Redes e Juventudes*. Recife: 2004.
- ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar. FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6, p.25-36, mai./dez. 1997.
- _____. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. 1ª Edição. São Paulo: Scritta, 1994. 172p.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID. 2002a.
- _____. Por um novo Paradigma do fazer políticas - políticas de/para/com juventude. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 19, p. 143-176, 2002b.
- ADORNO, Sergio. *O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana*. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 1999.
- _____. *O jovem e a criminalidade urbana em São Paulo*. Relatório de Pesquisa. Convênio SEADE-NEV/USP. São Paulo, 1994, Mimeo. 126p.
- ALMEIDA, Elmir. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In : SPOSITO, Marília Pontes (coord). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- ALMEIDA, Ronaldo. de; D'ANDREA, Tiaraju. e DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n. 82, pp. 109-130. 2008.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1996.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual – Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. In: *Tempo Social*, São Paulo, p. 11-33, 2005.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 111-136, 1999.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, M; FRANCO, S; MENDONÇA, R. *A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza*, 2007. Texto para discussão n. 1256. IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

Becker, Howard. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude Negra e Exclusão Radical. In: *IPEA- Políticas Sociais, acompanhamento e análises*, 11/ago/2005, p. 194-197.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 87, p. 114-129, 2010.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. “Efeitos de lugar”. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CACCIA BRAVA, Jr. AUGUSTO. “Direito civil dos jovens e insegurança pública” In: *Revista semestral do departamento de Sociologia. Laboratório Editorial*, UNESP, Araraquara, São Paulo, 2004, p. 41 -64.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 21, julho 1998, p. 116-132.

CAPRANZANO, Vicent. “Estilos de interpretação e retórica de categorias sociais”. In: MAGGIE, Y e REZENDE, C.B. (orgs). *Raça como Retórica. A Construção da Diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*, São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

CASTEL, Robert. *Discriminação negativa: cidadão ou autóctones?* Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. *A insegurança social: o que é estar protegido?* Petrópolis: Editora

Vozes, 2005.

_____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. In: *Cadernos CRH*, n. 26 e 27, p. 19-40, 1997.

CASTRO, Mary. “O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares”. In: NOVAES, Regina, PORTO, Marta e HENRIQUES, Ricardo (Orgs.). In: *Juventude, Cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002. (Comunicações do ISER - número especial).

CASTRO, Mary e ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, 2002.

CECCHETTO, Fátima Regina e MONTEIRO, Simone. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro: a perspectiva masculina. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14, 2006.

_____. Galeras *funk* cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?. In: *São Paulo Perspec.* 1999, vol.13, n.4, pp. 3-12.

CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. do. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p.143-168.

DAYERELL, J.; CARRANO, P. 2003 *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem/> – acessado em 7/9/2010).

DURHAM, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. “La société Française et sa jeunesse” In: Darras, **Les Partages des Bénéfices**, Ed De Minuit, Paris, 1966.

_____. “Adolescence et post-adolescence: la 'juvénisation' ”, em *Adolescence terminée, adolescence interminable*, organizado por Anne Marie Alléon et al. PUF: Paris, 1985

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. – 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 303p.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Jovens no Brasil: Difíceis travessias de fim de século e promessa de um outro mundo*. 2003. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br> Acesso em 05 de Junho de 2010.

DUBET, François. *La galère: jeunes en servie*. Paris: Fayard, 1987.

EISENSTADT, S. N. *De geração em geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FELIX, João Batista de J. *Hip-Hop: cultura e política no contexto paulistano*. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Unicamp, 2008.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. In: *Revista de Antropologia*, vl 53, n2. São Paulo, 2010 p. 565-610.

FERREIRA, Maria P.; DINI, Na´dia P. e FERREIRA, Sinesio P. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do estado de São Paulo: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.20, n.1, jan-mar 2006.

FIGUEIREDO, Ângela. Efeitos e interiorização das diferenças: representação subjetiva das classes entre famílias negras e brancas. In: *Interseções: Revista de estudos interdisciplinares*. Rio de Janeiro, UERJ. NAPE, 1999.

_____. Fora do jogo: A experiência dos negros na classe média brasileira. In: *Cadernos Pagu* (23) julho-dezembro de 2004, p.199-228.

_____. *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: *CEPAL. Seminario Vulnerabilidad*. Santiago: Cepal, 2001.

FONSECA, Claudia . *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: *Revista de Antropologia São Paulo*, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

GALLAND, Olivier. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. In: *Revue Française de Sociologie*, p42-4, 2001.

GARLAND, David. *The Culture of Control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GÓES, Weber. Genocídio da Juventude negra: da acumulação primitiva a superfluidade. In: *Bis- Boletim do Instituto de Saúde*, n. 44, 2008, p. 23-25.

GOMES, Nilma Lino . Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades. In: *27a. Reunião Anual da ANPEd, 2004*, Caxambu. Anais. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p. 1-16.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. In: *Rev. Bras. Educ.*, Dez 2002, no.21, p.40-51

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GROPPO, Luís Antonio. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.26, p.37-50, 2009

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. São Paulo: Revista de Antropologia v. 47 nº 1 , 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.149-174.

HASENBALG, Carlos Alfredo e VALLE, Nelson do. *Relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

_____. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do, (Org.). *Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

_____. (Org). *Abalando os anos 90, funk e hip hop: globalização,*

violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da Juventude*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242 .

JANKOWSKI, Sanchez Martín. As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional. In: *Revista Brasileira Educação*. 1997, n.05-06, pp. 180-198.

KAZTMAN, Ruben e FILGUEIRA. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidades e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidades e segregação*. NEPO. Sitta Gráfica e Editora Ltda. Campinas (SP). 2006.

_____. *Marco Conceptual sobre activos, vulnerabilidade y Estructura de Oportunidades*. Documento preparado por La Oficina de CEPAL em Montevideo, com el apoio financeiro Del PNUD.

_____. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.117-142, 1994.

_____. *Entre nós, os pobres, eles os negros*. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1976

KOMINSKY, E. V. Internados: Os filhos do Estado padrasto. In: MARTINS, Joé de Souza. (Org.), *O massacre dos inocentes: A criança sem infância no Brasil* (pp. 155-180). São Paulo: Hucitec, 1991.

LEÓN, Oscar Dávila. “Adolescência e juventude: das noções às abordagens”. In: FREITAS, Maria Virgínia (org), ABRAMO, Helena Wendel. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LEVI,Giovanni; SCHIMITT, Jean Claude (orgs). *História dos jovens*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. In: *Revista Novos estudos CEBRAP*. 2010, n.87, pp. 77-95.

_____. 'Race' and class dynamics in metropolitan contexts. *Série textos para discussão CEM*, v. 5, p. 1-28, 2010b.

_____. *Serviço de “branco”, serviço de” preto”*: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2001, PPGSA/IFCS/UFRJ.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Tribos urbanas: metáfora ou categoria?". In: *Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP*, 2 (2): 49-51, 1992.

MALACHIAS, Rosângela. *Ação transcultural: a visibilidade da juventude negra nos bailes black de São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Prolam-USP, 1996.

MADEIRA, Felícia R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 58, p. 15-48, agosto 1986.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Futebol: conflito social ritualizado. O Estado de São Paulo. São Paulo, 7 de julho 2006

MARTINS, Luciano. *A Geração A1-5*. São Paulo: Editora Argumento, 1979.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La constitucion social de la condición de juventud. In: CUBIDES, Humberto et al. (Orgs.). *Vivendo a toda: jovens, territorios culturales e nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo del Hombre; Diuc Universidade Central, 1998. p. 3-21.

_____. La juventud es más que una palabra. In Margulis, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MATZA, David. *Becoming deviant*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*, n. 5 e 6 , 1997.

MIRAGLIA, Paula. *Rituais de violência: a Febem como espaço do medo em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

MISCHE, Ann. “De Estudantes a Cidadãos: Redes de Jovens e Participação Política”. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 5 ANPED, 1997.

MOUTINHO, Laura. Homossexualidade, cor e religiosidade: flerte entre o “povo de santo” no Rio de Janeiro. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Negociando com a adversidade: reflexões sobre "raça", (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.103-116, abril 2006.

_____. *Razão, "cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga*. São Paulo: EDUSP, 1998

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. In: *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, outubro de 2007.

_____. Prefácio. In: CASTRO; AQUINO; ANDRADE (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: *Análise Social*, vol. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

_____. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIRA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.7-21

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

_____. O jovem como modelo cultural. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, p. 15-25, 1997.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *"A maior zoeira": experiências juvenis na periferia de São Paulo*. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PERLONGHER, Nestor. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, ano 8, n. 22, p. 137-144, 1993.

PIMENTA, Melissa Mattos. Situando o problema. In: *"Ser jovem" e "ser adulto": identidades, representações e trajetórias*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.19-34.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n.

1, p. 127-145, abril 2005.

RAMOS, S; MUSUMECI, L. *Elemento suspeito : abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: CESEC, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2005.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5 e 6, 1997.

SANTIAGO, Jorge P. *O social, o local e o sensível em bairros e “zonas urbanas sensíveis”* (mimeo)

SANTOS, Gevanilda, SANTOS, Maria José P e BORGES, Rosangela. *A juventude negra*. In: ABRAMO, Helena e BRANCO, P. (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005, p. 291-302.

SANSONE. Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. 2ª Edição. – Salvador: Edufba, Palas, 2007.

_____. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 (variações por cor e classe). In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003. p.245-280.

_____. “Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença geracionais”, In: *Estudos Afro-Asiáticos* 25, 1993. p. 73-98.

SHERIFF, Robin. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: REZENDE, C.; MAGGIE, Y. (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.213-244.

SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: *Tempo Social*, São Paulo, v.5, n. 1/2, p. 161-178, 1993.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.87-128.

_____. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002.

_____. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6 (n. especial Juventude e Contemporaneidade), 1997. p.37-52.

_____. *Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura*. Educ. Pesquisa . 2010, vol.36, p. 95-106.

_____; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.141-172, novembro de 2005.

_____; TOMASI, Livia; MORENO, G. Adolescentes em processo de exclusão social. In Sposito, Marília Pontes. (Org.). *O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. VII*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SOUZA, Marcos Alves de. *A “nação de chuteiras”: raça e masculinidade no futebol brasileiro*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 1996. 62p.

Souza, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1983.

SOUZA, Raquel. *Ser homem: percepções , significados e narrativas de rapazes negros e pobres da cidade de São Paulo*.2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2009.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

_____; CABANES, Robert (Org.). *Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial, 2006.

_____ e HIRATA, D. V.. *Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo*. *Tempo Social USP*, v. 22, p. 39-59, 2010.

_____. Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate - entrevista com Vera Telles. *Serv. Social e Sociedade*. São Paulo, n. 104, Dezembro, 2010b.

TEIXEIRA PACHECO, Moema de Poli. *Família e identidade racial: os limites da corn as relacions de um grupo de baixa renda..* PPGAS Museu Nacional, 1986

Torres, H. ; MARQUES, E. . Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza urbana em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 1, n. 4, 2001.

_____; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula and BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estud. Avançados*. 2003, vol.17, n.47, pp. 97-128

VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. (Org.) *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio

de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

VIGNOLI, J.R. *Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência, In Hermano Vianna, In: Galeras Cariocas, Editora UFRJ, 1997.

_____. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: DURHAN, E. e CARDOSO, R. *A Aventura antropológica: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. In: *O negro no Brasil. Estudos avançados*. São Paulo: USP, vol. 18, n. 50, jan/abril, p. 225-241.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad demográfica em América Latina: qué hay de nuevo? In: CEPAL. *Seminario Vulnerabilidad*. Santiago: Cepal, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Apr. 2002

WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revam, 2005.

_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Revam, 2003.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p.260-300, junho de 2005.

_____. O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 40, p.103-115, abril 2004.

WHYTE, William F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 (1943).

Anexos

Anexo A

Pichação na Estrada M'boi Mirim

Anexo B

Viela que dá acesso a casa de um de nossos entrevistados - Jardim Alto do Riviera

Anexo C

Guarita que demarca fronteiras entre dois padrões de moradia – Jardim Riviera Paulista

Anexo D

Residência e sede provisória do projeto de nosso entrevistado Marcos